

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**CURSO SUPERIOR
DE BACHARELADO
EM
ADMINISTRAÇÃO**



Campus Coari

2023.2

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Victor Godoy Veiga
Ministro da Educação

Jaime Cavalcante Alves
Reitor *Pro Tempore* do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

Jucimar Brito de Souza
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Maria Francisca Morais de Lima
Pró-Reitora de Extensão

Adanilton Rabelo de Andrade
Pró-Reitor de Administração

Leandro Amorim Damasceno
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Elcivan dos Santos Silva
Diretor Geral *Pro Tempore* do *Campus Coari*

José Renan de Souza Belém
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e
Extensão *Campus Coari*

Comissão de Elaboração de Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração,
conforme Portaria N° 066, de 13 de abril de 2020:

Sérgio de Oliveira Santos

Presidente

Alex Pereira do Carmo

Vice-Presidente

Iracema Ramos Martins

Jackson Mitozo Alho

Liliane de Oliveira Souza

Sidney Cavalcante Costa

Membros

Maurício Roberto da Silva

Pedagogo

Colaboradores na Elaboração de Ementas:

Alex Pereira do Carmo

Professor Especialista

Antônio Roberto de Deus Carvalho

Professor

Bruna Aparecida Madureira de Souza

Professora Doutora

Cláudio Afonso Peres

Professor Doutor

Ezequiel de Souza

Professor Doutor

Gisele Melo Uchôa

Professora Mestra

Hedvan Fernandes Pinto

Professor Mestre

Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi

Professor Mestre

Iracema Ramos Martins

Professora Mestra

Jackson Mitozo Alho

Professor Mestre

Jean Felipe Silva de Abreu

Professor Doutorando

Joseldo Alasson Moreira Araújo

Professor Mestre

Liliane de Oliveira Souza

Professora Mestranda

Marcos Bernardo de Lima

Professor Mestre

Marcos Cione Fernandes da Silva

Professor Mestre

Márlon Breno Costa Santos da Graça

Professor Doutor

Oswaldo Antônio Ribeiro Júnior

Professor Mestre

Pedro Issa Figueiredo

Professor Mestre

Robson Freitas da Silva

Professor Mestre

Sérgio de Oliveira Santos

Professor Especialista

Sidney Cavalcante Costa
Professor Mestrando

Thayná Aline Lopes da Silva
Tradutora e Intérprete de Libras

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campi do IFAM	14
Figura 2: Mapa do Estado do Amazonas destacando o município de Coari	15

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso de Bacharel em Administração	51
Quadro 2: Disciplinas Optativas	53
Quadro 3: Carga Horária do Curso de Bacharel em Administração	54
Quadro 4: Curricularização da Extensão	60
Quadro 5: Relação dos Docentes	79
Quadro 6: Relação dos Técnicos Administrativos	81
Quadro 7: Infraestrutura Física do Campus	91
Quadro 8: Ambientes Físicos do Campus	92
Quadro 9: Computadores dos Laboratórios de Informática	93
Quadro 10: Gabinetes	93
Quadro 11: Monitores de Vídeo	94
Quadro 12: Hard-disk drive	94
Quadro 13: Motherboard	94
Quadro 14: Acervo Bibliográfico na Área da Administração	97
Quadro 15: Extintores de Incêndio	99

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	12
2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	12
2.1.1 Campus Coari	15
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	16
3.1 DADOS GERAIS DO CURSO	16
4 CONTEXTO EDUCACIONAL	17
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	18
5.1 POLÍTICAS DE ENSINO	18
5.1.1 Políticas da Educação Superior	21
5.1.2 Cursos de Bacharelado	23
5.2 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	24
5.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	29
6 JUSTIFICATIVA	33
7 OBJETIVOS	35
7.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO	35
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	35
8 ESTRUTURA CURRICULAR	36
9 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	44
9.1 METODOLOGIA	44
10 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM	47
11 ACESSO DOS DISCENTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	49
12 MATRIZ CURRICULAR	51
12.1 FLUXOGRAMA CURRICULAR	55
13 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	56
13.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS	56
13.2 CURSOS DE FÉRIAS	56
13.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	56
13.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS	57
14 RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	59
15 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	60
16 AVALIAÇÃO	61
16.1 INSTITUCIONAL	62

16.2 CURSO	63
16.3 DISCENTE	64
17 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	65
17.1 PROVA DE SEGUNDA CHAMADA	67
17.2 EXAME FINAL	67
17.3 PROMOÇÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	68
18 APOIO AO DISCENTE.....	68
18.1 PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL:	69
18.2 PROGRAMAS INTEGRAIS.....	70
18.3 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	70
18.4 SEGURO DE VIDA.....	71
18.5 NÚCLEO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - NAPNE.....	72
18.6 INICIAÇÃO CIENTÍFICA:	72
18.7 PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO – INCUBADORA DE EMPRESAS AYTY.....	73
18.8 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PIBEX)	73
18.9 PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS – PAEVE	73
18.10 CURSOS DE EXTENSÃO.....	73
18.11 MOBILIDADE ACADÊMICA, NACIONAL E INTERNACIONAL, DE DISCENTES DO IFAM	74
18.12 OUVIDORIA	75
19 PERFIL DO EGRESSO	76
20 CORPOS DOCENTE E ADMINISTRATIVO.....	78
20.1 CORPO DOCENTE	78
20.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	81
21 COORDENAÇÃO DO CURSO	83
22 COLEGIADO DE CURSO.....	86
23 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	86
24 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	87
25 ESTÁGIO CURRICULAR.....	89
26 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	90
27 INSTALAÇÕES FÍSICAS E RECURSOS PARA O ENSINO.....	91
27.1 DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES FÍSICOS.....	91
27.2 BIBLIOTECA.....	94
27.2.1 Espaço Físico.....	96
27.2.2 Acervo	96
27.2.3 Automação do Acervo	98

27.3 EQUIPAMENTOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM.....	99
27.4 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.....	99
28 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	100
29 ATIVIDADES DE TUTORIA	100
29.1 MEIOS UTILIZADOS NA TUTORIA	101
30 MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E DISCENTES	102
31 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)	103
32 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
ANEXOS: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS.....	110
ANEXOS: ATAS TÉCNICAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIORES NO IFAM/CCO.....	172

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o projeto pedagógico do curso de Bacharel em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, no Campus Coari. O oferecimento do curso atende à demanda da sociedade coariense, conforme resultado da audiência pública, realizada pelo Campus Coari, em 1º de setembro de 2016, com a participação de vários segmentos da sociedade civil, nos termos da Ata Técnica de Realização da Audiência Pública de Implantação dos Cursos de Nível Médio e Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Coari. Neste compasso, em 1º de julho de 2022, a aspiração e a expectativa de oferecimento do curso de Bacharel em Administração, expressa em 1º de setembro de 2016, foi confirmada pelos vários segmentos da sociedade civil coariense, conforme a Ata Técnica de Audiência Pública Para Implantação dos Cursos Superiores do IFAM/CCO, realizada presencialmente no auditório do Instituto. As cópias das Atas Técnicas mencionadas encontram-se anexadas a este projeto pedagógico.

O conteúdo inicia com a apresentação da missão desta instituição e de seu histórico, desde suas fases como escola agrotécnica e de nível médio até a sua atual configuração, na qual, mantendo seus cursos de nível médio, a instituição passou, também, a atuar em cursos de nível superior e de pós-graduação.

A seguir, apresentam-se justificativas para a implantação de um curso de Bacharelado em Administração no Campus Coari. Dentre estas justificativas, destaca-se a necessidade de Administradores para o desenvolvimento do Município e região circunvizinha, visando contribuir para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Destaca-se, também, o fato de que a infraestrutura, a boa qualificação e experiência do corpo docente do Campus Coari são adequados ao bom funcionamento deste curso. Junta-se a essas evidências a experiência proporcionada pela existência continuada de curso Técnico em Administração, neste Campus, há vários anos.

Tendo sido dadas as justificativas, são apresentados, na sequência, os objetivos gerais e os objetivos específicos do curso. O documento prossegue com o estabelecimento dos requisitos de acesso pelos discentes ao curso e com o perfil esperado dos egressos, incluindo-se as competências e habilidades a serem por eles desenvolvidas e a conformidade destas com as especificadas em diretrizes oficiais. Em seguida, faz-se uma descrição de como são abordados os aspectos de ensino, pesquisa e extensão. A curricularização da extensão é discutida adiante, cujo objetivo é intensificar, aprimorar e articular as ações de extensão nos processos educacionais.

São apresentados, então, a organização curricular do curso, os procedimentos relacionados ao Trabalho Final de Curso, as atividades complementares e a matriz curricular, incluindo-se as ementas de todas as disciplinas. Apresenta-se o corpo docente proposto para o curso, constituído por professores do Campus Coari, especificando-se, brevemente, a formação de cada um de seus membros.

São expostas, na sequência, as finalidades e atribuições do colegiado de curso, órgão consultivo e deliberativo a ele associado. Em seguida, apresentam-se as diretrizes oficiais para o estágio supervisionado e o detalhamento de como se dará esta atividade neste curso. O documento prossegue expondo os critérios de aproveitamento de estudos, os quais tratam do reconhecimento de equivalências entre disciplinas deste curso e disciplinas eventualmente cursadas fora dele pelos seus discentes.

Apresenta-se, a seguir, a filosofia de atendimento ao discente seguida pelo Instituto, em especial por meio da Coordenação de Curso, a qual, dentre outras ações, busca ajudá-lo a enfrentar dificuldades pessoais e escolares.

Também são especificados os critérios da avaliação da aprendizagem, os quais estão em conformidade com a Norma Acadêmica da Instituição para os Cursos Superiores, além de apresentar os modelos de certificados e de diplomas adotados pela Instituição. Na sequência, são apresentadas a definição e as normas de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante, responsável pela elaboração, reavaliação e atualização do projeto pedagógico do curso. Segue-se uma descrição de como são abordados os aspectos de ensino, pesquisa e extensão e, então, descritas as instalações gerais do Campus, com maior detalhamento das instalações especificamente relacionadas a este curso. Aborda-se, adiante, o uso das tecnologias de informação e comunicação no curso.

Finalmente, é apresentado um quadro contendo dados gerais do curso, a lista de professores que atuaram mais diretamente na criação e elaboração deste documento, e é dada a lista de referências citadas no texto.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Com a missão de promover uma educação de excelência através do Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, no dia 29 de dezembro de 2008, o

Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº. 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi criado com a união de três autarquias federais já existentes: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM foi criado através do Decreto Presidencial de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 27 de março de 2001, implantado em razão da transformação da então Escola Técnica Federal do Amazonas, denominação dada em 1965. Sua origem histórica oriunda da Escola de Aprendizes Artífices, instalada em 1º de outubro de 1910, seguindo Decreto Nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. Durante o Estado Novo, a Escola ganhou seu espaço definitivo, onde até então, era a Praça Rio Branco. Através do Decreto Nº 4.127/42, passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Manaus. Em consequência da Lei Federal Nº 3.552, de 16 de janeiro de 1959, obteve a sua autonomia e pelo Decreto Nº 47.038/59, transformou-se em Autarquia.

Em 1987 a Escola Técnica Federal do Amazonas expandiu-se e, além de sua sede, na Av. Sete de Setembro no centro da capital, conta com uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), localizada na Av. Danilo Areosa, no bairro Distrito Industrial. E, em fevereiro de 2007, foi implantado um *Campus* em Coari, constituindo-se na primeira Unidade Descentralizada no interior do Estado.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus foi criada pelo Decreto-lei nº. 2.225 de 05/1940, como Aprendizado Agrícola Rio Branco com sede no Estado do Acre. Iniciou suas atividades em 19 de abril de 1941. Transferiu-se para o Amazonas através do Decreto-lei nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, quando foi elevada à categoria de escola, passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, posteriormente passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas. Em 12 de maio de 1972, foi elevada a categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto nº 70.513, ano em que se transferiu para o atual endereço. Em 1979, mediante o Decreto nº. 83.935 de 04/09/79, recebeu o nome que até hoje vigora: Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Transformou-se em autarquia educacional pela Lei nº. 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da

Secretaria de Educação Média e Tecnológica, nos termos do art. 2º do anexo I do Decreto Nº. 2.147 de 14 de fevereiro de 1997.

A Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira foi criada pela Lei 8.670, de 30 de junho de 1993, sendo transformada em autarquia federal pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993. A partir do ano de 2003, após o I seminário de Educação Profissionalizante do Alto Rio Negro, a Escola Agrotécnica diversificou sua oferta de cursos, criando os cursos Técnicos em Secretariado, Administração, Contabilidade, Informática, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros, tendo por objetivo articular a ação da escola a outras políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Rio Negro. No ano de 2005, com a realização do I Seminário Interinstitucional "Construindo educação indígena na região do Rio Negro" promovido pela FOIRN, iniciou-se o diálogo intercultural e parceria entre a EAFGSC e o movimento indígena organizado.

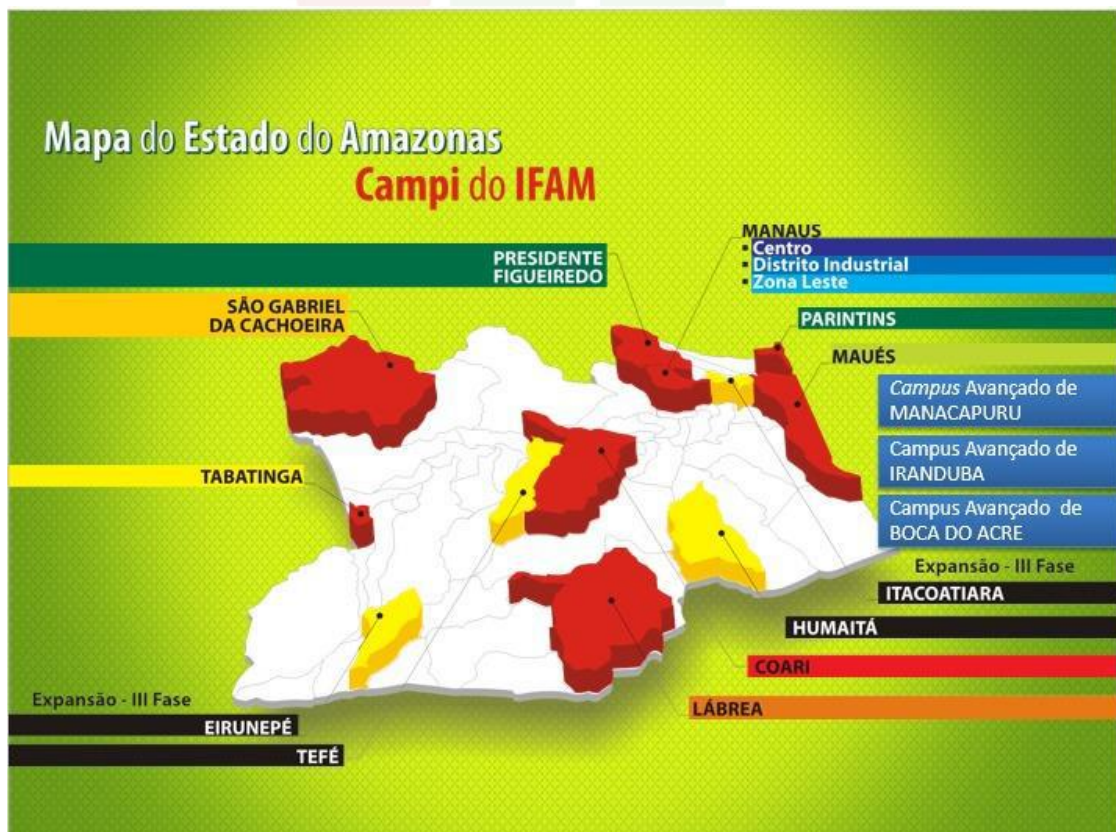


Figura 1: Campi do IFAM

Atualmente, o IFAM é constituído por catorze campi e três campi avançado, sendo eles: campus Manaus Centro, campus Manaus Distrito Industrial, campus Manaus Zona Leste, campus Coari, campus São Gabriel da Cachoeira, campus Lábrea, campus Maués, campus Parintins, campus Presidente Figueiredo e campus Tabatinga e na expansão – III fase, os campi de Humaitá, Itacoatiara, Tefé, Eirunepé. Os campi avançados estão localizados em Manacapuru, Iranduba e Boca do Acre, como pode ser verificado a acima.

O IFAM é uma autarquia especial mantida pelo Governo Federal, comprometida com o desenvolvimento de sociedades sustentáveis na região amazônica, criando condições favoráveis à formação e à qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, dando suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, fomentando as oportunidades de geração e a disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos, motivando o desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional.

2.1.1 Campus Coari

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Coari. O Campus Coari está localizado na Mesorregião do Centro Amazonense, no rio Solimões entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari, que engloba 31 municípios do Estado, distribuídos em seis microrregiões, conforme o mapa mostrado na Figura 1. Coari pertence à microrregião de mesmo nome, a mais ocidental de sua mesorregião e que reúne seis municípios: Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari e Codajás. Coari está distante 363 km a oeste da capital amazonense.



Figura 2: Mapa do Estado do Amazonas em destaque o município de Coari.

No dia 18 de dezembro de 2006 o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi autorizado, mediante a Portaria de nº 1.970, do Ministério da Educação, permitindo

o início das obras para a construção da unidade. O ano letivo de 2007 iniciou no dia 22 de fevereiro de 2007. A comunidade da UNED-COARI era composta por dezenove servidores docentes, dezesseis servidores na área administrativa e duzentos e quarenta discentes. As dificuldades foram inúmeras, não havia equipamentos nos laboratórios nem nos setores administrativos. O processo ensino-aprendizagem contou apenas com as habilidades dos docentes e técnicos administrativos.

A UNED-COARI funcionou inicialmente nas dependências do prédio do Serviço Social do Comércio (SESC LER), consolidando uma de suas parcerias, ministrando à comunidade coariense os seguintes Cursos Técnicos: Integrado e Subsequente em Edificações e em Informática.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Adequando-se a essa Lei, a UNED-Coari passou a denominar-se Campus Coari. As novas instalações do Campus Coari, localizada na Estrada Coari-Itapeua, km. 02, s/n - Bairro Itamaraty, tiveram suas atividades letivas iniciadas em 05 de maio de 2008, e sua inauguração oficial aconteceu em 10 de setembro do mesmo ano, com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, considerando o processo de ampliação da rede federal de educação, o Campus Coari conta no seu quadro funcional, com corpo docente composto por 37 professores, 39 técnico-administrativos e 664 discentes matriculados, distribuídos nos cursos técnicos de Informática, Manutenção e Suporte, Recursos Pesqueiros, Agricultura e Administração, sendo ofertados nas modalidades Integrada, Subsequente e PROEJA. Na forma EAD, o Campus oferta curso de graduação de Física e Pedagogia e, também, curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica e curso de Pós-Graduação em História, Cultura Africana e Afro-brasileira.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Curso Superior de Bacharel em Administração.

Modalidade: Híbrida, sendo 80% (oitenta por cento) presencial e 20% (vinte por cento) a distância.

Área de conhecimento a que pertence: Ciências Sociais Aplicadas (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios).

Forma de Ingresso: Processo seletivo público/vestibular classificatório, transferência, reingresso, reopção entre cursos ou áreas afins, ingresso para portadores de diploma.

Distribuição de Vagas: 40 vagas oferecidas anualmente.

Turno de Funcionamento: Noturno.

Unidade de Funcionamento: IFAM/Coari.

Regime de Matrícula: A matrícula é realizada semestralmente, por disciplinas.

Prazo para integralização do Curso: O prazo mínimo para integralização do curso é de 8 semestres (4 anos) e o prazo máximo é o dobro do total de semestres do curso menos 1 semestre, ou seja, 15 semestres (7 anos e meio).

4. CONTEXTO EDUCACIONAL

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (MEC, 2014) prevê em sua Meta 12, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para 40% das novas matrículas no segmento público. Neste contexto, insere-se, também, o atendimento na educação superior, de uma maior parcela da população regional, com a oferta do Curso Superior de Bacharel em Administração pelo IFAM - Campus Coari.

O Curso Superior de Bacharel em Administração será o primeiro neste segmento no município. Considerando a potencialidade local para o comércio e a abrangência do IFAM na região, a oferta do curso atenderá aos discentes provenientes do Ensino Médio de Coari e municípios circunvizinhos, viabilizando, assim, duas dimensões sociais: a) a interiorização do conhecimento tecnológico e b) a fixação de profissionais em seus locais de origem.

É necessário ressaltar, também, que o IFAM Campus Coari, que doravante será mencionado pela sigla CCO, é referência na formação de Técnicos, entretanto, a sua política institucional de expansão prevê também a oferta de cursos superiores na área de Informática e Contabilidade. Com o *savoir-faire* acumulado pelo corpo institucional nesta área, a oferta deste Curso Superior de Bacharel em Administração se dará de maneira adequada e a contento, preenchendo a lacuna existente de ensino superior na mesorregião do Centro Amazonense.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As políticas institucionais definidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2019-2023) são de ensino, extensão e pesquisa.

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO

A política de ensino do IFAM constitui-se na busca pela excelência acadêmica, materializada na efetivação de processos de ensino e de aprendizagem que sejam realmente significativos e possibilitadores da construção de conhecimento dos discentes desta instituição

A Política de Ensino no IFAM está diretamente vinculada ao princípio constitucional em que a educação é compreendida enquanto direito subjetivo e nesse sentido direito de todos e dever do Estado e da família devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Vincula-se ainda com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentos essenciais para o desenvolvimento educacional, o qual exige gestão colegiada e ações acadêmicas que possibilitem ao educando formação acadêmico-científica significativa, posicionamento crítico e atuação política com compromisso ético para uma atuação cidadã.

As diretrizes pedagógicas perpassam por duas vertentes. A primeira vertente constitui o conteúdo da política pedagógica da instituição, que traça as linhas mais gerais, os fundamentos que embasarão as atividades pedagógicas do IFAM, a saber: fundamentos estéticos, políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos; a visão que traçamos; nossos objetivos institucionais; e metas priorizadas para legitimar nossa política pedagógica. Na segunda vertente, constitui nossa proposta curricular, bem como o modelo da estrutura pedagógica a ser adotado pelo instituto.

Convém destacar ainda que, por acreditarmos que uma política dessa relevância deva ser desencadeada dialogicamente para se configurar de forma madura, as ideias contempladas não se esgotam nesse documento, igualmente, são passíveis de modificações ao longo de todo um processo de implementação, desde que elas se façam necessárias.

Desde a sua implantação, o IFAM vem cumprindo com as finalidades e objetivos para os quais foi criado. Neste sentido, em atendimento às orientações legais contidas na Lei N° 5.692/71, alterada pela Lei N° 7.044/82 e nos termos da Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de

2008, tem oferecido Cursos Técnicos de Nível Médio, Tecnológicos, Licenciaturas e Pós-Graduações, expressando, assim, a sua identidade institucional.

O IFAM procura estruturar suas matrizes curriculares de forma a organizá-lo por área de conhecimento, procurando construir as habilidades profissionais exigidas em cada curso, sem deixar de lado a formação humana que subjaz a todos os processos de ensino desta Instituição. Todos os cursos do IFAM são organizados tendo como base o Catálogo dos Cursos Técnicos e Tecnológicos.

Nesse sentido, o processo educativo exige o desencadeamento de ações capazes de redimensionarem a prática educativa como a instrumentalização teórica do indivíduo (o aprender a conhecer), centrada na apropriação de conceitos e fundamentos que desenvolvam a capacidade de compreensão do mundo e, conseqüentemente, sua inserção no mundo do trabalho, enquanto sujeito produtivo, historicamente situado, com uma postura crítica, criativa e autônoma.

Todo o exposto, no entanto, será possível com o subsídio de uma instrumentalização técnica (o aprender a fazer) capaz de vencer os desafios colocados pelo avanço tecnológico que ocorre no mundo do trabalho, que requer dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando o interesse da coletividade. E que, também será reforçado pelo estímulo à interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos), suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo sendo conduzido para a meta principal: o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser) enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, a fim de que possa aprender a aprender.

O IFAM, que prima pela formação de cidadãos capazes de construir suas histórias de vida, considerando o desencadeamento de ações aqui já mencionadas, assume a importância da Educação Profissional como locus de produção e disseminação de conhecimentos e cultura a partir de um grande desafio: o pleno exercício da cidadania e a preparação para o trabalho, numa conjunção que articule base científica e tecnológica, que possa ser desencadeada através do efetivo desempenho de suas atividades cotidianas. Enfim, o IFAM prima pela formação de profissionais capazes de construir suas histórias de vida, de maneira que todos os seus integrantes direcionarão suas ações, especialmente nas relações com os discentes, tendo em vista os seguintes valores:

I. Sensibilidade: para perceber a si e ao outro enquanto humanos que possuem sentimentos, respeito e ideias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os discentes, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturar uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de valores éticos alicerçados em sentimentos humanos, no respeito às diferenças e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de ideias;

II. Autenticidade: para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos discentes e dos professores (as), sempre visando ao novo. É importante que toda e qualquer ação de nossos discentes seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social;

III. Autonomia: construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizar-se por elas;

IV. Criatividade: como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os discentes devem manter uma relação de interação com o mundo, assim como com o objeto, enquanto sujeitos. O que é imprescindível para que se desenvolva tornando-se sujeito de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, senão homens completos, situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-ambiental-cultural e político, enfim, num contexto histórico;

V. Solidariedade: princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFAM, por ser postulado da sociedade democrática. Convém ressaltar ainda que o IFAM tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição de conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-progressistas, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

No âmbito do IFAM, o ensino e suas concepções estão diretamente sob responsabilidade da Pró-reitora de Ensino, a qual é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades no âmbito das estratégias, diretrizes e políticas do

Ensino, nas suas diversas modalidades, com prioridade para a Educação Profissional e Tecnológica, além das ações relacionadas ao apoio, ao desenvolvimento do ensino e ao discente do IFAM.

5.1.1. Políticas da Educação Superior

O Instituto Federal do Amazonas - IFAM compreende os cursos de graduação como um compromisso social de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e emancipação social, econômica, cultural e epistemológica, na perspectiva da formação ontológica que envolva tanto a formação para o trabalho como a transformação do ser humano na sua plenitude, dependendo que o conhecimento se constrói na interface entre a realidade e a intervenção inovadora desta.

A graduação do IFAM, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, a Lei n.11.892/2008, o Plano de Desenvolvimento da Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais é concebida para atender a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vista à cidadania social, bem como à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias, devendo atender às demandas não apenas do estado do Amazonas, como também do país, no que diz respeito à formação profissional, conhecimento científico e inovação, articulando-se com uma proposta de graduação que dimensiona uma visão sistêmica de educação com o desenvolvimento territorial, a interdisciplinaridade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a articulação entre teoria e prática e a flexibilização curricular. Para tanto, a formação acadêmica de Graduação tem como princípio considerar a sala de aula como todo espaço em que ocorra o processo de ensino e aprendizagem, articulando-se com as diferentes dimensões do real.

Partindo das sociedades amazônicas e suas múltiplas especificidades culturais, sociais, produtivas e econômicas, a graduação do IFAM visa superar o modelo educacional vigente, de visão iluminista, e promover uma integração social baseada na condição humana, consubstanciada na riqueza material e imaterial dos povos amazônicos.

Esses princípios deverão refletir no Projeto Pedagógico de Curso- PPC, o qual é o instrumento básico da gestão do ensino e o propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional que se pretende construir. Nessa perspectiva os PPC deverão estar em sintonia com as diretrizes preconizadas pela Lei n.11.892/2008, quais sejam:

a) a necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades destas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;

b) a compreensão da pesquisa ancorada nos princípios científico – que se consolida na construção da ciência e desenvolvimento da tecnologia – e no educativo – que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade – entendendo-a como essencial para a construção da autonomia intelectual e, portanto, potencializadora de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade;

c) a concepção das atividades de extensão como forma de diálogo permanente e mais amplo com a sociedade;

d) a compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos – permeando as propostas pedagógicas dos cursos de graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Superiores de Tecnologia) – na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais;

e) o reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;

f) a necessidade de assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania, na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade;

g) a organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes segmentos da graduação (Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontalmente (formação continuada);

h) a sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;

i) o reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo educativo.

Para atingir essas diretrizes os cursos de graduação do Instituto Federal do Amazonas incentivam o pluralismo pedagógico, o uso de tecnologias digitais de ensino e aprendizagem, a otimização de equipamentos, instalações e recursos financeiros, e uma flexibilização curricular, a

qual pode ser realizada por meio da organização em eixos que permitam certificações durante o processo de formação.

Nesse sentido, os princípios e as diretrizes teórico-metodológicas buscam fundar-se na valorização da autonomia e do protagonismo do discente, tornando-o capaz de aprender continuamente, analisar criticamente e compreender os limites e impactos do conhecimento e suas tecnologias.

5.1.2. Cursos de Bacharelado

Os Cursos de Bacharelado, um dos três graus historicamente consolidados na Educação Superior, são aqueles que têm por objetivo a formação científica e humanística, conferindo ao egresso, competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural.

Uma de suas principais características que diferem o grau de Bacharelado do de Tecnologia é sua formação abrangente. Enquanto os Cursos Superiores de Tecnologia são mais específicos e voltados para a prática, os de Bacharelado são mais generalistas, concedendo base teórica e científica com vistas à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento conforme a Lei 11.892, a qual institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Segundo a Lei supracitada, ministrar cursos de Bacharelado é um dos objetivos dos Institutos Federais, consequentemente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, o qual valoriza e valida a verticalização do ensino.

Os Cursos de Bacharelado do IFAM são regidos:

- a) por regulamentações provenientes da Política Nacional para o Ensino Superior;
- b) pelas Diretrizes e pelos Referenciais Curriculares Nacionais para cada área ou curso específico;
- c) pelas Diretrizes/Regulamentações Internas da Instituição;
- d) pelas orientações dos órgãos orientadores da profissão caso se aplique.

A estrutura curricular dos cursos, sejam na modalidade presencial, sejam a distância, observa as Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais. São esses referenciais legais que norteiam o IFAM e definem os requisitos básicos para a formação do bacharel, o perfil do

gresso, os conteúdos curriculares e os procedimentos de organização e de funcionamento dos cursos.

5.2. POLÍTICA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

A política de Pesquisa no IFAM é compreendida como uma ação integrada ao Ensino e à Extensão, sendo aspectos indissociáveis da/na formação do sujeito. Sendo uma das características dos Institutos Federais de Educação, e não diferente deles – o IFAM, sua atuação em diferenciados níveis de ensino, conforme preconiza a Lei 11.892/2008, entende-se que a pesquisa deve ser fomentada tanto nos Cursos Técnicos de Nível Médio, como nos Cursos Superiores e de Pós-graduação.

A compreensão de que “o processo de pesquisa resulta de fina e apurada percepção do mundo, sistematizado por meio de uma atitude metódica que efetua, no texto produzido, uma comunicação do olhar, posto com atenção sobre determinado objeto investigativo [...] (GHEDIN; FRANCO, 2008, p. 71), possibilita uma formação acadêmica diferenciada. A pesquisa favorece a produção de conhecimento e elaborações teóricas que devem ser direcionados ao desenvolvimento local e regional, compreendido, também, como objetivos do ensino e da extensão.

A pesquisa, pós-graduação e inovação no IFAM são partes de um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, tendo sua aplicação na extensão tecnológica e na sociedade de maneira geral.

Realiza e estimula a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Atuando na pesquisa aplicada e em seu fazer pedagógico, no tratamento estreito com a ciência e a tecnologia, pode estabelecer interlocução permanente com setores difusores da tecnologia e colaborar significativamente com áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Entende-se que as novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos e nessa tessitura de saberes, materializa-se também a formação profissional. A ciência

deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso da sociedade.

Em seu perfil mais específico está o conhecimento científico sob o aparato das tecnologias – aqui também entendidas como manifestação da essência do homem. Entende-se, portanto, que as tecnologias são produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciadas por elas.

A pesquisa no IFAM está ancorada em dois princípios básicos: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade fomentado no diálogo provocador da atitude e curiosidade frente ao mundo e possibilitando o dialogar com este mundo numa atitude própria de pesquisa.

A pesquisa no IFAM deve estar presente em todo trajeto da formação educando, e quando possível na atuação de todo o docente. Deve representar a conjugação do saber, do mudar e do se construir, na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano econômico nacional e global.

Tem como proposta em suas diretrizes realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecendo um diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos relacionando-os quando se trata da formação dos profissionais da educação para a capacitação continuada na perspectiva de qualificação adequada à atual complexidade do mundo do trabalho que considera o perfil do professor-pesquisador.

Assegura a propriedade intelectual dos pesquisadores, bem como tem um papel importante na disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas por meio das revistas científicas no âmbito do IFAM.

De forma mais detalhada, dentre as ações que configuram essa política, temos: Ciência, Pesquisa e Inovação: atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, orientando os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão;

Propriedade Intelectual: assegurar e consolidar o desenvolvimento tecnológico por meio da propriedade intelectual de produtos ou processos que atendam aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial constituindo-se um preceito que fundamenta o IFAM a partir das ações:

- a) Realização de eventos objetivando a difusão da cultura de inovação tecnológica e da propriedade intelectual;
- b) Consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT do IFAM;
- c) Criação de infraestrutura física necessária para consolidação do NIT, pleiteando junto a Reitoria o efetivo necessário para a composição da equipe gestora do NIT.

Difusão do Conhecimento: divulgar o conhecimento científico-tecnológico produzido, principalmente, por pesquisadores dos diversos cursos do IFAM: Ensino Básico, Ensino Superior e Pós-graduação, quer na modalidade presencial ou à Distância por meio de periódicos científicos.

Comitê de Ética: consolidar os Comitês de Ética em Pesquisa em Humanos e o de Uso de Animais a partir dos seguintes procedimentos:

- a) Consolidar a infraestrutura adequada dos Comitês de Ética em Humanos e o de Uso de Animais;
- b) Consolidar a infraestrutura adequada dos Comitês de Ética em Humanos e o de Uso de Animais.

Profissional em Formação: proporcionar oferta múltipla de qualificação numa ambiência em que as multifacetadas do processo educativo se evidenciam e trazem a possibilidade de se estabelecerem nexos internos e promover a inter-relação de saberes, o que concorre para um tratamento mais adequado à natureza da ciência que é multi e interdisciplinar com programas de pós-graduação Lato e Stricto Sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada. Uma qualificação profissional contextualizada, revestida de conhecimentos, significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho cada vez mais aprimorado na técnica e no conhecimento da ciência aplicada para promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos.

Capacitação dos TAE: incentivar sistematicamente o ingresso dos Técnicos Administrativos em Educação para se qualificar em nível de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado em conformidade com o Plano de Capacitação de cada campus, conforme ações vistas a seguir:

a) Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino, visando à capacitação em nível de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado;

b) Incentivar os campi do IFAM a promoverem cursos de capacitação em elaboração e desenvolvimento de projetos.

Projetos de Inovação de docentes: apoiar o desenvolvimento de Pesquisa Científica Aplicada à Inovação Tecnológica no IFAM, buscando:

a) incentivar a pesquisa científica, e de inovação tecnológica, ampliando a produção acadêmico-científico cultural na Instituição;

b) possibilitar a geração e a transformação do conhecimento, que tenha comprovado impacto e/ou utilidade, e que esteja consonante com as necessidades e interesses sociais e institucionais;

c) estimular iniciativas inovadoras e a formação e consolidação dos Grupos de Pesquisa;

d) promover a geração de produtos e/ou processos inovadores que resultem em propriedade intelectual, possibilitando a integração com o setor produtivo;

e) contribuir para a transformação e consolidação do IFAM como centro de referência em pesquisa e inovação;

f) propiciar a participação de pesquisador de reconhecido mérito científico no desenvolvimento científico de soluções tecnológicas e de inovação no IFAM.

Curso de Aperfeiçoamento: promover nos campi do IFAM, a criação, anualmente, de no mínimo, um curso de aperfeiçoamento/especialização nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades estabelecidos por meio das seguintes ações:

a) Implantar, em parceria com o campus, cursos de aperfeiçoamento/especialização em diferentes modalidades;

b) Criar infraestrutura adequada em parceria com o campus para a realização de cursos de aperfeiçoamento/especializações;

c) Firmar parcerias com instituições de ensino superior público e privada e agências de fomento, afim e possibilitar a oferta de cursos de aperfeiçoamento/especializações;

d) Firmar parcerias entre campus para promover os cursos de mestrado e doutorado;

e) Implantar cursos de especialização em parcerias com Secretarias de Educação e/ou empresas privadas por meio de convênio via Fundação de Apoio.

Cursos de Mestrado/doutorado: Promover no IFAM, a criação, a cada dois anos, de um curso de mestrado e/ou doutorado nas diferentes áreas de conhecimento, buscando a excelência da avaliação da CAPES a partir das seguintes ações:

a) Implantar em parceria com o campus, cursos de aperfeiçoamento/especialização em diferentes modalidades;

b) Criar infraestrutura adequada em parceria com o campus para a realização de cursos de aperfeiçoamento/especializações;

c) Firmar parcerias com instituições de ensino superior público e privada e agências de fomento, a fim de possibilitar a oferta de cursos de aperfeiçoamento/especializações;

d) Firmar parcerias entre campus para promover os cursos de mestrados/doutorado;

e) Submeter à CAPES, via Aplicativos de Propostas de Cursos Novos – APCNs, em parceria com o campus, a proposta de criação de cursos novos em nível de mestrado/doutorado;

f) Captar recursos financeiros junto a Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação;

g) Priorizar, por meio de edital de apoio financeiro, à publicação de artigos científicos em periódicos classificados pela CAPES de Qualis A e B;

h) Ampliar a infraestrutura do mestrado/doutorado no IFAM;

i) Firmar parcerias com Instituições de pesquisa para compartilhar o uso de infraestrutura;

Grupos de Pesquisa: contextualizar com a legislação vigente os grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma do CNPq, maximizando a produção científica do grupo junto a Plataforma. Buscar financiamentos para os projetos dos Grupos de Pesquisas por meio de editais, internos e externos, difundir a cultura da propriedade intelectual, internalizando o processo de Inovação Tecnológica. Propagar a cultura empreendedora e a inter-relação academia e setor produtivo entre os Grupos de Pesquisas.

Fortalecer os atuais Grupos de Pesquisa, em conformidade com as áreas de atuação dos da CAPES, Ciências Humanas; Ciências Agrárias; Engenharias; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Ambientais; Linguística, Letras e Artes; Ciências Sociais Aplicadas

e Ciências da Saúde, respeitando os Arranjos Produtivos Locais (APL) dos campi e incentivar a criação de demais grupos.

Iniciação Científica: ampliar nos Programas de Iniciação Científica Institucional o número de bolsas para os educandos por meio das seguintes ações:

- a) Estimular os docentes mestres e doutores para orientação de educandos do Ensino Técnico nos Projetos de Iniciação Científica;
- b) Estimular os educandos para o desenvolvimento de pesquisa científica e/ou tecnológica;
- c) Melhorar a infraestrutura de pesquisa para atender a ampliação dos Projetos de Iniciação Científica.

Laboratórios: criar e ampliar os laboratórios no IFAM. Prospectar potencial vocacional da região, cujo campus está instalado a fim de subsidiar prioridades de instalação de laboratórios, compatível com a capacidade técnica do mesmo.

Prospectar aportes financeiros junto às agências de fomentos e afins, setores público e privado, criar/estruturar banco de dados com as informações dos laboratórios do IFAM, como por exemplo, das atividades desenvolvidas, dos procedimentos realizados e dos equipamentos utilizados e existentes. Promover o compartilhamento do uso dos laboratórios intrainstitucional e interinstitucional.

Realizar e criar alternativas de parcerias públicas e privadas para captação de recursos financeiros e agentes financeiros intervenientes entre o IFAM e as agências de fomento e entidades afins.

5.3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A extensão é o processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade (FORPROEXT, 2015).

Como prática educativa a extensão interliga o ensino e a pesquisa com a demanda da população amazonense consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes na região.

A extensão é uma via de mão dupla que assegura a troca de saberes sistematizados: acadêmico e popular, e permite a produção do conhecimento a partir do confronto com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Instituição, promovendo a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental.

A extensão contempla diversas áreas de atuação em diversos níveis de ensino com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Os princípios norteadores das atividades extensionistas no IFAM, norteados no FORPROEX, são os seguintes:

1. a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. as instituições de ensino não são proprietárias de um saber pronto e acabado;
3. as instituições de ensino devem participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
4. Ação cidadão não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes;
5. a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. Atuação junto ao sistema de ensino deve ser uma das diretrizes da educação básica. À luz desses princípios, o fortalecimento da Extensão está diretamente relacionado com a compreensão das especificidades desse fazer acadêmico e de sua vinculação com o Ensino e a Pesquisa.

As Diretrizes que orientam as ações de extensão no IFAM são:

- 1) Interação Dialógica: a extensão como prática acadêmica dialógica promove uma interação entre Instituição e Sociedade marcada pelo diálogo e troca de saberes, superando assim o discurso da hegemonia acadêmica. Nesse sentido, temos uma ação de mão dupla, na qual acadêmicos, servidores e comunidade externa produzem novos conhecimentos juntos.
- 2) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: As ações de extensão estimulam a interdisciplinaridade, visto que a extensão possibilita a interlocução entre áreas distintas do

conhecimento e favorece novas formas de desenvolvimento dos saberes. Contribui também para o desenvolvimento da sociedade e o mundo do trabalho constituindo um vínculo que estabelece troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e melhoria da pesquisa e do ensino.

3) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: O tripé ensino-pesquisa- extensão fortalece as ações de extensão como atividade acadêmica. Nessa perspectiva, as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

4) Contribuição na Formação educando: As ações de extensão contribuem para formação do discente, visto que se constituem em um aporte enriquecedor na vida acadêmica do mesmo. Permitem que ele, como protagonista do processo, aplique o conhecimento adquirido em sala de aula junto a sociedade, de modo a realizar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, e consolidando, assim, o compromisso solidário e ético do IFAM. A participação do discente nas ações de Extensão deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular conforme prevê a meta 12, estratégia 12.7 PNE 2014-2024.

5) Transformação Social: Em seu espaço de diálogo com a sociedade a extensão reafirma-se como mecanismo pelo qual se estabelece inter-relação do IFAM com outros segmentos da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas. Além de atender demandas para diminuição das desigualdades sociais e geração de renda.

A Extensão, no âmbito de sua atuação, tem constituídos como seus objetivos:

I. desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, dando ênfase à produção, ao desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

II. estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

III. implementar ações de extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, no âmbito da Reitoria e campi;

IV. realizar ações voltadas preferencialmente para a população em situação de vulnerabilidade social e risco, através das ações voltadas a inclusão social, geração de oportunidades e melhorias das condições de vida;

V. propiciar ações de formação inicial e continuada visando a inserção do trabalhador no mundo do trabalho;

VI. favorecer a interação do ensino e da pesquisa as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do curso superior de Bacharelado em Administração estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM/CCO 2019-2023, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IFAM/CCO é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os discentes participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

As ações de pesquisa do IFAM – Campus Coari constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações

de apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa, e instigar os discentes na busca de novos conhecimentos.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IFAM – Campus Coari e a sociedade, e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão, no qual os discentes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada do Campus e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os Campus do Instituto, além disso, é dado incentivo à participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados a área de atuação dos mesmos.

Os discentes do Curso Superior de Bacharelado em Administração serão estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

6. JUSTIFICATIVA

A formação profissional do Administrador é muito importante para o desenvolvimento das organizações e da sociedade. Toda e qualquer área de atuação profissional, nos âmbitos público e privado, envolve conhecimentos do campo da gestão. A formação em Administração possibilita uma ampla e complexa abordagem de variedades de conhecimentos, pressupondo-se que, após a formação acadêmica, consiga-se um lugar no mercado de trabalho com maior facilidade em relação a outros cursos, tendo em vista que toda e qualquer empresa obtém seus rendimentos e lucros através de uma administração ajustada e adequada. Neste contexto, insere-se a demanda da sociedade coariense por um Curso Superior de Bacharel em Administração.

O município de Coari está localizado no Médio Solimões com uma população estimada, conforme o IBGE, em 2020, de 85.910, sendo o quinto município mais populoso do Estado, estando a cerca de 363 km da capital, entre o Lago Mamiá e o Lago de Coari. A cidade que desde sua origem teve na agricultura familiar sua base econômica, sendo inclusive conhecida nas

décadas de 1980 e 1990 como a Terra da Banana, foi inserida na lógica do capital internacional, quando a descoberta de petróleo e gás natural em seu território atraiu vultosos investimentos do Estado Brasileiro que culminou com a construção de um sistema de gasoduto, inaugurado no ano de 2009, pelo qual o gás natural é transportado até a cidade de Manaus.

Entre 1990 a 2000 a cidade de Coari teve um crescimento explosivo que coincide com a construção do gasoduto, saltando de 38.678 habitantes em 1991 para 67.096 habitantes em 2000. Com o fim das obras do gasoduto, a cidade passou a conviver com diversos problemas sociais, econômicos e ambientais, tais como o crescimento desordenado, poluição dos igarapés, aumento da violência e do desemprego que contribuem para um Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo – 0,586 (PNUD – 2010).

Além dos repasses financeiros do governo Federal e Estadual, a cidade tem no setor de serviços um importante aliado da economia local e, por isso, precisa ser fortalecido pelas instituições públicas locais com ações técnicas e educativas, que possam criar mecanismos que cooperem com o desenvolvimento desse setor da produção. O oferecimento do Curso de Bacharelado em Administração atende à demanda da sociedade coariense, conforme resultado de audiência pública, realizada pelo Campus Coari, com a participação de vários segmentos da sociedade civil. Neste contexto, o Campus Coari, no âmbito das suas competências e em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM 2019-2023, propõe-se a oferecer a formação de Administradores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do Município, onde está localizado, favorecendo, também, sua região circunvizinha.

Este projeto vem atender à solicitação de qualificação e formação básica das pessoas, alavancando o comércio e a indústria regional, gerando trabalhador qualificado, novas frentes de trabalho, novos empregos, melhoria na qualidade dos serviços prestados, sistematização na resolução dos problemas locais, com a possibilidade de manter as pessoas em suas cidades, diminuindo a migração para outros lugares com melhor infraestrutura, gerando possibilidades para o emprego e para a empregabilidade.

Nessa perspectiva, é que o IFAM/CCO se propõe a oferecer o Curso de Bacharelado em Administração, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Administrador, através de um processo de apropriação e de construção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico do Médio Solimões. Fica implícita a necessidade de qualificar as pessoas, tanto no contexto operacional quanto gerencial. É importante destacar que os espaços de formação precisam potencializar as habilidades e competências, no sentido de amplificar as

capacidades das empresas para atuarem em um cenário cada vez mais marcado pela acirrada concorrência. Qualificar a gestão é um importante elemento que impulsionará o desenvolvimento das capacidades dinâmicas das organizações no gerenciamento de seus processos operacionais e na percepção e gestão estratégicas.

Em Coari, existe uma carência de profissionais qualificados para o desenvolvimento de práticas de gestão, possibilitando a automação de serviços, alterando o quadro de rotinas administrativas e viabilizando a interação, a interligação e a integração de todas as atividades das diferentes áreas funcionais de gestão. O IFAM/CCO possui as condições estruturais e corpos docente e administrativo habilitados para a condução do curso.

7 OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar profissionais em Administração com sólida formação teórica e prática, aptos a atuar em um mercado competitivo com capacidade de resolver os problemas em tempo hábil, com senso crítico e ético, e uma visão humanística e holística, promovendo continuamente o progresso científico, voltados à viabilidade e sustentabilidade das organizações, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências de gestão e liderança.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do curso são:

- ✓ Desenvolver possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais, políticas e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os como cidadãos e futuros trabalhadores;
- ✓ Preparar profissionais aptos para intervir na realidade do mundo do trabalho, de forma empreendedora e criativa, ampliando os campos de atuação profissional, priorizando a ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento em todos os níveis organizacionais;

- ✓ Formar profissionais com a capacidade de transferir conhecimentos e experiência de vida do seu cotidiano para o ambiente de trabalho e de modelo de atuação em diversos ambientes organizacionais;
- ✓ Formar profissionais com a capacidade de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os processos técnicos que visem otimizar a gestão das áreas fins e meio das organizações, mediante a elaboração, implementação e consolidação de projetos organizacionais;
- ✓ Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, assim como expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- ✓ Capacitar profissionais com competências e habilidades capazes de reconhecer e solucionar problemas;
- ✓ Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, para fortalecer a formação do discente;
- ✓ Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais.

8 ESTRUTURA CURRICULAR

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A organização curricular do Curso Superior de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, ofertado pelo Campus Coari tem seus fundamentos nos instrumentos normativos a seguir:

- Constituição Federal de 1988, artigos 205, 206 e 208;
- Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14084.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022;

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19674.htm> Acesso em 31 jan. 2022;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 sobre a incorporação de conteúdo que trate de ética e políticas de educação ambiental;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior - SINAES e dá outras providências;
- Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que trata das atividades de tutoria;
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2010, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação

superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições;

- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de discentes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração;
- Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece que as instituições de ensino superior podem planejar a oferta de 20% da carga horária total do curso em disciplinas, na modalidade a distância, integral ou parcialmente;
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância - reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP, 2017.
- Resolução nº 02-CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e dá outras providências;
- Resolução nº 29-CONSUP/IFAM, de 04 de novembro de 2011, que estabelece os Procedimentos e Critérios para a distribuição da Carga Horária dos Docentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas de que trata o Anexo ao Decreto nº 94.664 de 23 de julho de 1987, Portaria nº 475/87 e Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008;

- Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que aprova o Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
- Resolução nº 23-CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
- Resolução nº 49-CONSUP/IFAM, de 12 de dezembro de 2014, que disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Resolução nº 21-CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015, que aprova como Aporte Documental e Norteador para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, os formulários/modelos integrantes desta resolução e anexados nos autos do processo nº 23443.000410/2015-31;
- Resolução nº 22-CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015, que aprova as Normas que regulamentam a Composição e o Funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM que com esta baixa, conforme consta no processo nº 23443.000574/2015-69;
- Resolução nº 46-CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015, que aprova o Regulamento Interno das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, nos termos estabelecidos no Apêndice B, conforme texto votado e aprovado pelo colegiado que consta nos autos do processo nº 23443.002382/2015-97, que com esta baixa;
- Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Resolução nº 96-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, que aprova o Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;

- Resolução nº 31-CONSUP/IFAM, de 23 de junho de 2017, que trata do Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
- Resolução nº 43-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017, que aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
- Resolução nº 66-CONSUP/IFAM, de 15 de dezembro de 2017, que aprova o Regulamento das Atividades Docentes e a Distribuição da Carga Horária Semanal da Docência no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Plano de Carreiras do Magistério Federal no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Nota Técnica Nº 01-PROEN/IFAM, de 20 de setembro de 2018, que estabelece um documento norteador, exigido nas avaliações do MEC para padronização e formalização dos procedimentos para a formação e desenvolvimento de coleções nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio de diretrizes recomendadas, respeitando-se as peculiaridades de cada biblioteca, possibilitando a interação e facilitando o compartilhamento de soluções;
- Resolução nº 161-CONSUP/IFAM, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Resolução nº 174-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019, que aprova as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;

Com base nestes instrumentos normativos, a organização curricular do Curso Superior de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, ofertado pelo Campus Coari é constituído pelos seguintes campos interligados de formação:

Os **Conteúdos de Formação Básica**, que totalizam 880 horas, destinam-se aos componentes curriculares para a formação básica do egresso, contribuindo para o aperfeiçoamento da sua qualificação. Estão relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.

Os **Conteúdos de Formação Profissional**, que somam 940 horas, destinam-se aos componentes curriculares específicos da área de formação em Administração, visando proporcionar os conteúdos necessários à formação do administrador. Os conteúdos estão relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, administração financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.

Os **Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias**, que totalizam 360 horas, abrangem a aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração.

Os **Conteúdos de Formação Complementar**, que possuem 660 horas, abrangem componentes curriculares, que fornecem o embasamento teórico necessário para o futuro profissional desenvolver o seu aprendizado. São estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar, que incluem componentes curriculares obrigatórios e eletivos, as atividades complementares, a orientação de estágio profissional supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, visando à flexibilização curricular e a atualização constante da formação profissional.

O **Estágio Curricular Supervisionado** possui carga horária de 160 horas e poderá ser realizado em instituições que o IFAM/Coari possua convênio.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

I – **Educação ambiental** – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial na disciplina de Agricultura Familiar e Agronegócio, Gestão Ambiental e Sustentável, Gestão do Agronegócio, Desenvolvimento Rural e nas atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação do bacharel em Administração.

II – **História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena** – está na disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os discentes e servidores.

III – **Educação em Direitos Humanos** – está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática como Introdução à Filosofia e Ética Profissional e

Sociologia Aplicada à Administração. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Campus Coari conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática, voltadas para os discentes e servidores.

IV – **Libras** – está presente como componente curricular optativo na grade curricular.

V - **Educação a Distância (EaD)** – é uma modalidade adequada a nova sociedade da era digital, e oferece ao discente uma oportunidade de aprendizagem diferenciada e inovadora.

Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o curso de Bacharelado em Administração desenvolve, de forma transversal ao currículo, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

A organização curricular do curso, que totaliza 3.000 horas, está estruturada de forma a concretizar e atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso, atendendo às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, à legislação vigente, às características do contexto regional e às concepções preconizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Amazonas.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade adequada a nova sociedade da era digital, e oferece ao discente uma oportunidade de aprendizagem diferenciada e inovadora.

O Curso Superior de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, implantado pelo Campus Coari oferecerá disciplinas na modalidade a distância, integral ou parcialmente, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, o que corresponde a 600 horas. As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade a distância obrigatoriamente são presenciais. A oferta de disciplinas nesta modalidade é regida pelas normativas institucionalizadas do IFAM e estão relacionadas a inclusão de métodos e práticas de ensino/aprendizagem nas quais estão incorporados o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVA) e Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem, para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como encontros presenciais pelo(s) docente(s) do componente curricular e atividades de tutoria definidas nos regulamentos internos. Os professores vinculados ao componente curricular atuarão como tutores.

9 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

9.1 METODOLOGIA

Tendo em vista a formação de um profissional preparado para planejar e gerir de forma reflexiva e ética, o Curso Superior de Bacharel em Administração tem como pressuposto pedagógico ser realizado por meio de metodologias que valorizam a aprendizagem do discente, envolvendo o desenvolvimento de competências de forma a considerar conhecimentos, habilidades e atitudes no processo.

Portanto, serão desenvolvidas atividades de cunho intertransdisciplinar por meio de projetos, isto é, elaboração de planos de negócios. Conforme PAVANI, “Um plano de negócio é um documento que descreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado.” As especificidades serão abordadas de forma contextualizada como partes de um todo referente à formação do discente. Assim, os planos de ensino, principalmente, das disciplinas de Empreendedorismo e Inovação, Análise de Viabilidade Econômica de Negócios, Gestão de Projetos e Administração Estratégica deverão prever estratégias, discussões e debates construídos em equipe e inseridos em um projeto mais amplo. O principal objetivo do Plano de Negócio é nortear as ações do empreendedor.

Neste cenário de aprendizagem, a interdisciplinaridade ganha corpo e mais desenvoltura, propiciando oportunidades para que os discentes lancem olhares diferentes (através do diálogo com as outras disciplinas/conteúdos cursados) para os temas de cunho social e epistemológico desencadeados em sala de aula.

A contribuição da interdisciplinaridade se deve à possibilidade de superação da visão fragmentada do conhecimento e de colocar em ação um trabalho que integre os conteúdos de diferentes áreas do conhecimento através do diálogo entre as mesmas. Esta mobilização e integração de diversos saberes para debruçar sobre um tema é também a possibilidade da construção do conhecimento pautado pela reflexão e pelo desenvolvimento do senso crítico.

A aprendizagem significativa, por sua vez, faz-se presente nas disciplinas, na medida em que, através das metodologias utilizadas pelo professor, sempre se parte dos conhecimentos prévios e do legado sociocultural trazidos pelos discentes como ponto de ancoragem para a construção de conhecimentos significativos e relevantes para a vida deles. Além disso, novos

desafios são lançados de maneira a provocar mudanças e sedimentar a possibilidade de novas conexões, abstrações e inferências:

Para Ausubel, a aprendizagem significativa é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo. (...) A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação ancora-se em subsunçores relevantes preexistentes na estrutura cognitiva de quem aprende (MOREIRA; MASINI, 2005, p. 17).

Outros importantes indicadores para o desenvolvimento da aprendizagem significativa são levados em consideração, uma vez que esta aprendizagem pressupõe que: a) o material a ser aprendido seja potencialmente significativo para o aprendiz, ou seja, relacionável a sua estrutura de conhecimento de forma não-arbitrária e não-literal (substantiva); b) o aprendiz manifeste uma disposição de relacionar o novo material de maneira substantiva e não-arbitrária a sua estrutura cognitiva (MOREIRA; MASINI, 2005, p. 23).

Observa-se assim a importância dos professores neste processo de ensino-aprendizagem, uma vez que ele precisa atuar como um mediador do processo de ensino-aprendizagem. Sua tarefa é muito mais pautada pela criação de situações desafiadoras, inovadoras e que oportunizem espaços de criação de significado para os discentes.

Assim, a metodologia adotada pelo curso articula-se em diferentes possibilidades de ensino, caminhos alternativos para que o discente possa efetivamente participar como sujeito de sua aprendizagem e considera o discente como o principal ator e construtor do seu processo de aprendizagem.

Como procedimentos, poder-se-ão utilizar as seguintes:

- Aula dialogada – aquela que permite valorização da troca e dos acréscimos de informações pelos discentes e professor, implicando posicionamento e participação ativa de todos na sala;
- Aula expositiva – aquela que permite ao educador expor conteúdos, ideias e informações;
- Estudo de caso – atividade que requer interpretação, assimilação para trabalhar a capacidade de fazer analogias de situações reais;
- Estudo dirigido – atividade investigativa de casos, situações e questões direcionadas para compreensão de problemas gerais ou específicos;
- Visitas técnicas – atividade de observação, de verificação e acompanhamento de processos e atividades empresariais, tais como os processos produtivos de grandes fábricas e

desenvolvimento de modelos estratégicos e de gestão empresarial, com finalidade de elaborar relatórios técnico-científicos e outros;

- Desenvolvimento de seminários – oportunizar ao discente mostrar as leituras e análises elaboradas de modo individual ou em grupo;
- Dinâmica de grupo – permite analisar o potencial de cada um ou do grupo para a concretização de tarefas propostas;
- Atividades extraclasse – valorização de atividades que complementem o conhecimento e ideias trabalhados na sala de aula;
- Atividades individuais ou em grupo – valorização da produção-criação do discente de modo individual ou em grupo
- Atividades laboratoriais – aprender a trabalhar em laboratório ou em rede problemas gerais ou específicos à área de formação.

O Curso de Graduação em Administração, nos termos da Resolução CNE/CES Nº 5, de 14 de outubro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, manterá um sistema de Gestão da Aprendizagem com o objetivo principal de avaliar o curso, a partir da verificação do efetivo desenvolvimento das competências definidas para os egressos e garantir o aprimoramento contínuo do currículo e do Projeto Pedagógico do Curso, visando a atingir essas expectativas de aprendizagem.

O sistema de Gestão da Aprendizagem estará voltado aos objetivos amplos de aprendizagem expressos pelas competências definidas no Projeto Pedagógico e resultantes do processo de formação do Curso como um todo, ao invés dos objetivos específicos de aprendizagem de disciplinas ou outros componentes curriculares isolados.

O sistema de Gestão da Aprendizagem incluirá:

I - mecanismos de avaliação da aprendizagem dos discentes, podendo utilizar medidas diretas (conjunto de evidências de aprendizagem obtidas a partir de atividades efetivas dos discentes como testes, provas, projetos, relatórios de atividades práticas supervisionadas, entre outros) ou indiretas (conjunto de evidências e indícios de aprendizagem não relacionadas diretamente ao efetivo trabalho do discente como entrevistas e pesquisas com egressos, com empregadores, acompanhamento dos egressos, entre outros);

II - processo de identificação de lacunas de aprendizagem a partir das avaliações realizada e diagnóstico das causas de tais lacunas;

III - concepção e implementação de intervenções no currículo e no Projeto Pedagógico do Curso visando a eliminar as lacunas de aprendizagem identificadas.

O sistema de Gestão da Aprendizagem contará com ampla e relevante participação do corpo docente do Curso.

10 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (doravante TICS) são o resultado da fusão das telecomunicações, da informática e das mídias eletrônicas e servem de ferramentas mediadoras do processo educacional como um todo (BOHN, 2011).

A TIC está presente no cotidiano de docentes e discentes, assim, os processos educacionais utilizados hoje nas escolas, não são suficientes às condições de aprendizagem da sociedade, a qual possui a necessidade de independência na busca de informações e construção de saberes. Este requisito de mudança se dá pelas rápidas transformações tecnológicas a que está submetido o homem moderno. Não podemos mais pensar em ensinar, como na forma tradicional, sem correr o risco de se estar desatualizado e oferecer recursos e técnicas que já não funcionam (CASTILHO, 2015).

As características primordiais da TIC - simulação, virtualidade, acessibilidade, bem como a superabundância e extrema diversidade de informações são novas e exigem concepções metodológicas distintas das metodologias tradicionais de ensino, baseadas num discurso científico linear, cartesiano e positivista. Sua utilização com fins educativos exige a radicalização nos modos de compreender o processo de ensino-aprendizagem e a didática (BELLONI, 1998).

Mediante a essas novas possibilidades, torna-se imprescindível repensarmos a educação, a integração do ensino com as facilidades proporcionadas pelos recursos da tecnologia da informação e comunicação e os novos papéis que os professores assumirão para possibilitar novas formas de construção do conhecimento contemporâneo e atualizado (CASTILHO, 2015).

Dentro deste contexto, citamos os apontamentos propostos por Belloni (2005), que preconizam sobre as novas ferramentas tecnológicas e o papel do gestor da educação quanto ao estabelecimento de uma nova mediação do processo ensino e aprendizagem:

[...] aproveitando ao máximo as potencialidades comunicacionais e pedagógicas dos recursos técnicos: criação de materiais e estratégias, metodologias, formação de educadores como professores, comunicadores, produtores, tutores, e produção de conhecimento.

Essa ação conjunta de “tecnologias da informação e comunicação com sólidas bases pedagógicas” requer uma adequada infraestrutura que, valendo-se de um ambiente virtual de aprendizagem colaborativo, preze-se pela qualidade e não somente pela quantidade (BOHN, 2011).

Para que o discente possa participar de forma ativa no processo de sua aprendizagem, é necessário articular diferentes possibilidades de ensino, diferentes abordagens, métodos e técnicas. Tendo isso em vista, o Curso Superior de Bacharel em Administração também conta com disciplinas a distância. Essas disciplinas, nos termos da legislação vigente, serão ofertadas em até 20% da carga horária total do curso. Na matriz curricular deste projeto pedagógico, as disciplinas de **Introdução à Filosofia e Ética Profissional, Instituições de Direito Público e Privado, Direito do Trabalho, Psicologia Organizacional, Direito Tributário, Gestão Pública, Direito Empresarial, Gestão da Qualidade, Direito do Consumidor, Comércio Eletrônico e a disciplina optativa IV** estão definidas para a modalidade a distância.

Vale mencionar que contamos com laboratórios preparados para receber os discentes dessas disciplinas, o que garante a todos o acesso aos materiais digitais, promovendo assim a inclusão digital.

O processo de ensino e aprendizagem na modalidade semipresencial ocorre por meio da internet e correio convencional. O objetivo dessa comunicação é o intercâmbio de informação e o estabelecimento da interatividade para a construção colaborativa do conhecimento. Adotam-se os seguintes procedimentos de ensino e aprendizagem, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, para a oferta dos componentes curriculares:

- Disponibilização, impresso e/ou on-line, do referencial teórico dos componentes curriculares, do material didático e do conteúdo;
- Atividades interativas virtuais para reforçar o aprendizado do discente com base em conteúdos abordados nas aulas;
- Uso de mídias (vídeos, filmes, webconferência, audiobooks) como suporte tecnológico, complementando a aprendizagem do discente;
- Suporte dos Professores e Tutores, para esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos dos componentes curriculares.

No AVEA se disponibilizam aos discentes, professores e tutores as ferramentas síncronas e assíncronas necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, a saber:

- Conteúdo didático estruturado em unidades contendo videoaulas, slides em flash, textos, anexos e links na Web.

- Caixa de Mensagens (e-mail) exclusiva, independente de contas de e-mail pessoais de discentes e professores.
- Sala de chat agendada pelo professor, com conversas gravadas para consulta posterior.
- Avaliações online corrigidas virtualmente pelo próprio sistema.
- Fórum de Discussão com conteúdo que pode ser disponibilizado para novos discentes após a conclusão das atividades e é uma ferramenta para interação direta entre professor e seus discentes, pois é um espaço para discussão e troca de ideias a partir de um tema proposto no componente curricular.
- Protocolo Eletrônico para que os discentes enviem arquivos formalmente à coordenação e aos professores/tutores e estes, por sua vez, possam analisar, deliberar e divulgar seus comentários.
- Acesso direto ao professor e à coordenação que permite que os discentes se comuniquem com facilidade com seus professores e coordenadores.
- Glossário criado pelo professor com os termos mais importantes tratados no conteúdo e seus respectivos significados.
- Calendário de atividades que pode ser alimentado pelos professores e coordenadores.
- Texto Colaborativo (Wiki) que permite a produção de textos com a participação de todos os discentes através de um inteligente sistema de controle de versões.

11 ACESSO DOS DISCENTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Coari oportuniza acesso a todos os seus discentes aos equipamentos de informática disponíveis no Campus, tanto para as atividades didáticas convencionais, quanto para as extraclases correlatas ao tripé, ensino, pesquisa e extensão. O Campus Coari investe em novidades e aperfeiçoamento de sua estrutura tecnológica e disponibiliza acesso à rede Wi-Fi, que estão interligados aos diversos ambientes, utilizando assim os mesmos recursos e velocidade de acesso. O sinal está disponível em todos os segmentos da Instituição, que incluem laboratórios, biblioteca, cantina, restaurante e salas de aulas, permitindo acesso a toda a comunidade.

Os *campi* do IFAM estão interligados por sistemas de rede de computadores. As facilidades de comunicação intercampi viabilizam a implantação das diretrizes de integração

acadêmica e administrativa entre as duas bases. A sistemática de uso das instalações do Campus, viabiliza a integração entre laboratórios e ambientes especiais para as práticas acadêmicas, permitindo, inclusive, a mobilidade do discente para estudos individualizados e/ou coletivos nessas unidades.

Os equipamentos computacionais do Campus Coari, exclusivamente dedicados aos discentes, encontram-se alocados nas dependências físicas do Campus, distribuídos em 03 laboratórios de informática e na biblioteca, disponíveis para os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, além de cursos de extensão. Os laboratórios de informática são salas equipadas com recursos computacionais para aplicação prática dos componentes curriculares dos diversos cursos que utilizam o computador como ferramenta de ensino/pesquisa. A responsabilidade pela administração dos laboratórios de informática cabe à Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação, que controla as solicitações de uso e dos equipamentos encaminhados pelos professores, discentes e demais usuários do Campus. Para agendamento do uso dos laboratórios de informática, têm prioridade as atividades regulares de ensino, pesquisa, extensão e assistência.

Para acesso aos computadores nos laboratórios de informática e na biblioteca, cada discente possui um login e senha individual. Nas salas de aula os discentes têm acesso à internet Wi-Fi. Vale reforçar que a Política de Segurança da Informação (PSI/IFAM) determina que os usuários de computadores pertencentes à infraestrutura do IFAM devem obedecer às seguintes normas:

- Não abrir arquivos ou executar programas anexados a e-mails, sem antes verificá-los com um antivírus;
- Criar, transmitir, distribuir, disponibilizar e armazenar documentos, desde que respeite às leis e regulamentações, notadamente àqueles referentes aos crimes informáticos, ética, decência, pornografia envolvendo crianças, honra e imagem de pessoas ou empresas, vida privada e intimidade;
- Não tentar interferir sem autorização em um serviço, sobrecarregá-lo ou, ainda, desativá-lo, inclusive aderir ou cooperar com ataques de negação de serviços internos ou externos;
- Interceptar o tráfego de dados nos sistemas de TI, sem a autorização de autoridade competente;
- Não violar medida de segurança ou de autenticação, sem autorização de autoridade competente;
- Não armazenar ou usar jogos em computador ou sistema informacional do IFAM.

12 MATRIZ CURRICULAR

QUADRO 1 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO

1º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Metodologia Científica		48		12		60
	Português Aplicado à Administração		48		12		60
	Teoria Geral da Administração I		48		12		60
	Informática Aplicada à Administração		32		8		40
	Fundamentos de Economia		48		12		60
	Matemática Aplicada à Administração		48		12		60
	Contabilidade Básica		48		12	20	80
Subtotal			320	-	80	20	420
2º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Introdução à Filosofia e Ética Profissional			32	8		40
	Sociologia Aplicada à Administração		48		12	20	80
	Teoria Geral da Administração II	Teoria Geral da Administração I	48		12		60
	Instituições de Direito Público e Privado			48	12	20	80
	Economia Brasileira Contemporânea	Fundamentos de Economia	48		12	20	80
	Matemática Financeira	Matemática Aplicada à Administração	48		12	20	80
	Contabilidade de Custos	Contabilidade Básica	48		12	20	80
Subtotal			240	80	80	100	500
3º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Marketing		48		12		60
	Estatística Aplicada à Administração		48		12		60
	Organização, Sistemas e Métodos	Teoria Geral da Administração II	48		12		60
	Direito do Trabalho	Instituições de Direito Público e Privado		48	12		60
	Administração Financeira I		48		12		60
	Mercado de Capitais		32		8		40

	Análise das Demonstrações Contábeis	Contabilidade de Custos	48		12		60
Subtotal			272	48	80	-	400
4º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Psicologia Organizacional			32	8	12	52
	Gestão de Pessoas		48		12		60
	Agricultura Familiar e Agronegócio		48		12	20	80
	Direito Tributário	Instituições de Direito Público e Privado		48	12		60
	Administração Financeira II	Administração Financeira I	48		12	12	72
	Gestão de Materiais e Patrimônio		48		12		60
	Gestão Pública			48	12	14	74
Subtotal			192	128	80	58	458
5º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Planejamento Tributário		48		12		60
	Gestão da Produção e Operações		48		12		60
	Sistemas de Informações Gerenciais		48		12		60
	Direito Empresarial	Instituições de Direito Público e Privado		48	12		60
	Comportamento Organizacional		32		8		40
	Gestão da Qualidade			48	12		60
	Optativa I		48		12		60
Subtotal			224	96	80	-	400
6º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Gestão Ambiental e Sustentável		32		8	10	50
	Logística		48		12		60
	Empreendedorismo e Inovação		48		12	12	72
	Direito do Consumidor	Instituições de Direito Público e Privado		48	12		60
	Análise de Viabilidade Econômica de Negócios		48		12	10	70
	Gestão de Projetos		48		12	20	80
	Optativa II		48		12		60
Subtotal			272	48	80	52	452
7º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-	C.H. Teórica		C.H.	C.H.	C.H.

		Requisito	Presencial	EaD	Prática	Extensão	Total
	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	Metodologia Científica, Português Aplicado à Administração	16		4		20
	Comércio Eletrônico			32	8	10	50
	Estágio Curricular Supervisionado I				80		80
	Práticas Administrativas		48		12	20	80
	Administração Estratégica		48		12	20	80
	Associativismo e Cooperativismo		48		12	20	80
	Optativa III		48		12		60
Subtotal			208	32	140	70	450
8º Período							
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito	C.H. Teórica		C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
			Presencial	EaD			
	Atividades Complementares				60		60
	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	16		4		20
	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado I			80		80
	Optativa IV			48	12		60
Subtotal			16	48	156	-	220
Total			1.744	480	776	300	3.300

QUADRO 2 – DISCIPLINAS OPTATIVAS

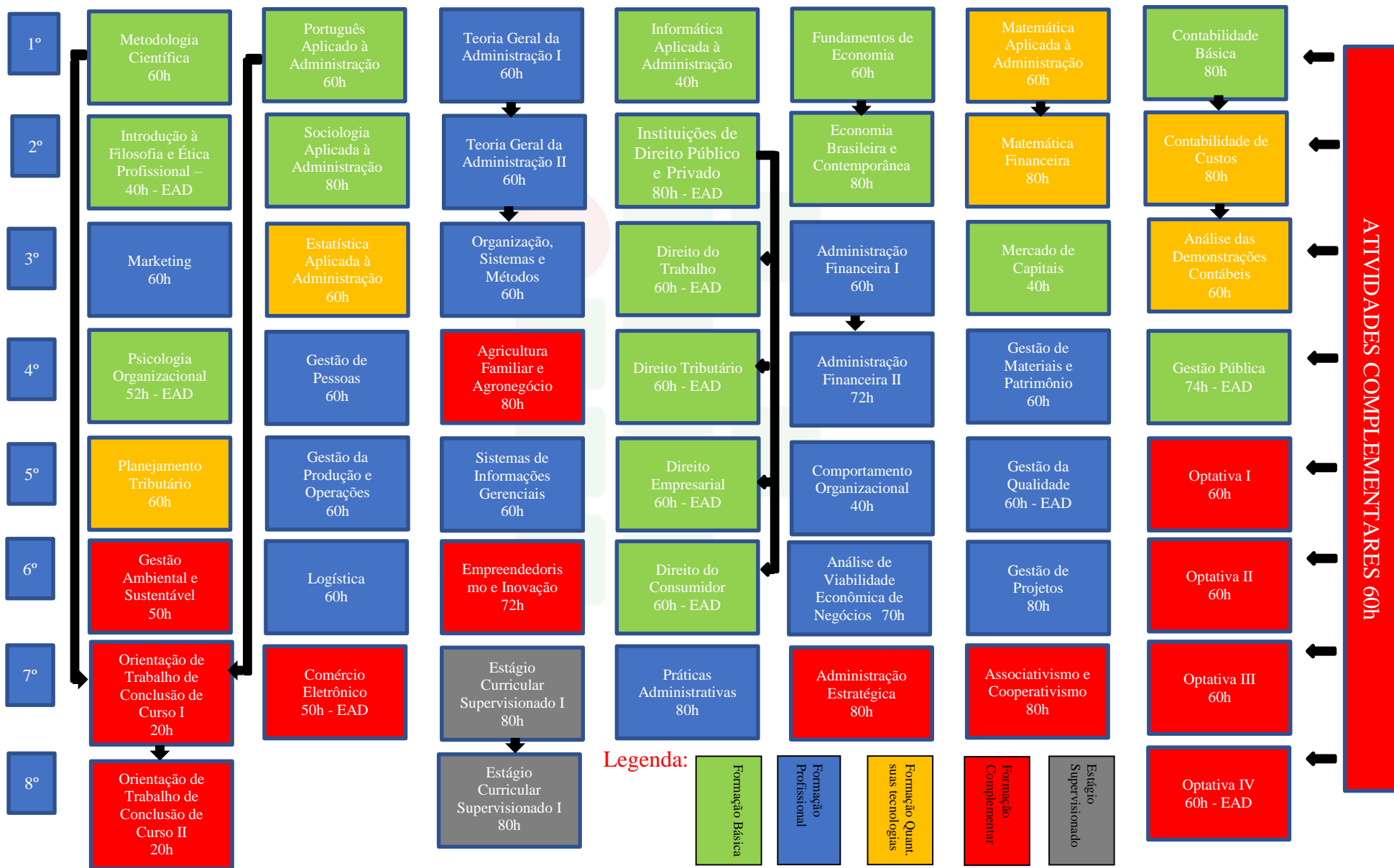
Nº	Disciplinas Optativas	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
1	Consultoria e Perícia Operacional	48	12	60
2	Gestão Hoteleira e Turística	48	12	60
3	Libras	48	12	60
4	Gestão Hospitalar	48	12	60
5	Práticas de Liderança e Negociação	48	12	60
6	Gestão da Inovação	48	12	60
7	Programação e Controle da Produção	48	12	60
8	Administração de Organizações do Terceiro Setor	48	12	60
9	Gestão do Agronegócio	48	12	60
10	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	48	12	60
11	Desenvolvimento Rural	48	12	60
12	Comercialização de Produtos Agropecuários	48	12	60

13	Introdução à Ciência Política	48	12	60
14	Gestão de Serviços	48	12	60
15	Segurança e Saúde do Trabalho	48	12	60
16	Expressão Gráfica e Tridimensional em Projetos	48	12	60

QUADRO 3 - CARGA HORÁRIA DO CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO

COMPONENTES CURRICULARES (horas)		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRESENCIAIS	1.960
	Educação a Distância - EaD	540
DISCIPLINAS OPTATIVAS	PRESENCIAIS	180
	Educação a Distância - EaD	60
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO		300
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		160
TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO		40
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3.300

12.1 FLUXOGRAMA CURRICULAR



13 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Para criar alternativas que possibilitem ao acadêmico gerir seu percurso de aprendizagem, direcionando sua formação para áreas de seu interesse, independentemente do currículo obrigatório a ser cumprido para a integralização do curso, serão utilizadas as seguintes estratégias:

13.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS

O curso deverá disponibilizar as disciplinas optativas a partir de critério de análise do Coordenador do Curso, juntamente com o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante, que considerarão as condições de infraestrutura e de pessoal da Instituição. A publicidade das disciplinas optativas será realizada mediante Edital de Chamamento. A carga horária máxima para este tipo de atividade será de 240 horas.

As disciplinas optativas deverão constar no histórico escolar do egresso. Os pré-requisitos das disciplinas a serem cursadas deverão ser respeitados e serão selecionadas dentre aquelas que já integram, como obrigatórias ou optativas, o currículo de qualquer curso oferecido pelo IFAM, tendo a possibilidade de aproveitamento de estudo, quando cursada pelo discente em outra instituição de ensino superior credenciada.

13.2 CURSOS DE FÉRIAS

Em observância ao Art. 42 da Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, está prevista a oferta de cursos de férias. São atividades acadêmicas curriculares, desenvolvidas em regime intensivo, no período de férias escolares, com duração não inferior a três semanas e não superior a seis semanas e duração diária máxima de 4h aula, devendo ser concluído antes do início do período regular seguinte. Nos termos do Art. 52 da Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, para que o curso de férias ocorra é necessário que haja, no mínimo 12 (doze) inscritos para cada componente curricular. Não serão oferecidos componentes curriculares que serão ministrados no semestre seguinte. Casos excepcionais serão decididos pelo Colegiado do Curso.

13.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Os aproveitamentos de estudos serão realizados em outra instituição ou no próprio IFAM, apresentando histórico escolar, ementário e conteúdo programático referentes aos estudos em apreço, no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico (divulgado e distribuído

anualmente). O aproveitamento será concedido respeitando-se a legislação vigente e as normas institucionais para aproveitamento de estudos.

Deverá estar dentro do currículo flexível, que compreende as disciplinas optativas. A mobilidade é uma possibilidade para troca de experiências educativas e é prevista em dois planos, o interno (intercampi) e o externo (nacional e internacional) e seguirão as normas previstas pelo IFAM.

13.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS

A avaliação para reconhecimento de competências anteriormente adquiridas para fins de continuidade de estudos é uma tônica da legislação educacional e deve ser implementada nos cursos de graduação do IFAM, nos termos do artigo 16, inciso VI, da Resolução nº. 94-CONSUP/IFAM, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Poderão ser aproveitados conhecimentos experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridos:

I - *em qualificações profissionais e etapas/módulos concluídos em outro(s) curso(s) de graduação;*

II - *e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.*

Os procedimentos de avaliação para aproveitamento de estudos e competências de candidatos com formação prévia relacionada ao perfil compreendem as fases a seguir apresentadas e as técnicas e instrumentos indicados:

a) **Orientação e Balanço de Competências:**

Propicia visão geral das competências profissionais do candidato em relação ao perfil profissional da qualificação; e

Subsidia o diagnóstico de carências para a decisão sobre a pertinência de avanço para a fase b e c, condicionada ao cumprimento das condições mínimas de reconhecimento, previamente estabelecidas.

As técnicas e instrumentos indicados para a fase A são:

- Entrevista com o candidato;
- Análise documental (*curriculum lattes* e portfólio).

A entrevista e análise documental do candidato possibilitam diagnosticar necessidades, levantar experiências profissionais e apresentar as possibilidades de ingresso no sistema de

formação. A entrevista permite uma primeira aproximação com o candidato, visando levantar as suas expectativas e fornecer informações sobre os perfis e itinerários possíveis.

A análise documental do candidato é realizada quando este já fez curso de mesma natureza na instituição em que está pleiteando o reconhecimento de estudos e competências ou quando já tiver feito um curso em instituição de natureza semelhante. Essa análise documental deve ser feita por uma comissão constituída especificamente para esse fim por Portaria publicada pela Direção Geral do *Campus*, composta por três docentes, preferencialmente que ministram disciplinas no curso, que tenham condições de analisar o currículo e verificar as semelhanças e diferenças entre as competências apresentadas pelo candidato e as definidas no perfil profissional do Projeto Pedagógico do Curso.

b) Sistematização das Competências Adquiridas:

Propõe a estruturação do histórico profissional e formativo do candidato e a valoração do mesmo em relação ao perfil profissional do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia;

Oferece o diagnóstico de componentes curriculares e de módulos passíveis de reconhecimento; e

Diagnostica necessidades formativas.

As técnicas e instrumentos indicados para a fase B são: o discente elaborará um portfólio, no qual deverá apresentar os registros de evidências sobre suas competências profissionais adquiridas em situações reais de trabalho ou em processos formativos. O portfólio pode ser complementado de maneiras diferenciadas, não só por meio de documentos comprobatórios, mas também por meio de vídeos, áudio-cassetes, fotos e outras formas, desde que apresentem claramente as evidências do domínio de competências que se quer comprovar. A respectiva análise do portfólio é realizada pela comissão de docentes acima mencionada.

c) Avaliação e Reconhecimento das Competências Explícitas:

Realiza a avaliação e o reconhecimento das competências correspondentes ao(s) componente(s) curricular(es) solicitados(s) pelo candidato em processo formativo.

As técnicas e instrumentos indicados para a fase C são: Prova escrita de cunho teórico e prova oral com situações problema são os instrumentos indicados para a avaliação das Competências anteriormente desenvolvidas. O discente deve evidenciar, por meio de avaliações, aquelas competências adquiridas na experiência acadêmica-profissional. Essas avaliações deverão ter consonância com o perfil profissional da qualificação.

14 RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A tríade que sustenta o ensino de graduação, que corresponde à conexão harmônica entre Ensino, Pesquisa e Extensão está amparada por intermédio das políticas e ações implementadas pela instituição, dentre elas:

a. Os Programas de Iniciação Científica PIBIC (fomentado pelo CNPq e pelo IFAM) e PAIC (Programa de Apoio a Iniciação Científica do Amazonas, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM) desenvolvidos no IFAM. Esses programas buscam despertar a vocação científica e incentivar discentes no envolvimento de projetos de pesquisa. Essa dinâmica permite a formação de profissionais qualificados e o encaminhamento à prática da investigação científica.

b. O Programa de Monitoria do IFAM para a Graduação dá suporte às atividades acadêmicas curriculares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores. A implantação de um programa como este contribui para a melhoria da qualidade do ensino oferecido por esta IFES, combate a retenção e a evasão escolar, proporciona ao discente experiência profissional e auxilia os cursos nas diversas tarefas que compõem a atividade docente, tais como: atendimento para reduzir dúvidas de conteúdo de aula, a elaboração, aplicação e correção de exercícios escolares, participação em experiência de laboratório, entre outras. O resultado esperado com o programa é o desenvolvimento científico e pedagógico do acadêmico que demonstre interesse ou dificuldades em relação ao conteúdo de uma disciplina específica, aprofundando o nível dos conhecimentos em um ou mais componentes curriculares.

c. A Semana de Ciência e Tecnologia é uma atividade articulada entre a Pró-Reitoria de Ensino e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, visando à difusão e a popularização da Ciência & Tecnologia.

d. O Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, que oportuniza por meio do fomento de bolsas para os discentes o desenvolvimento de projetos de extensão junto às comunidades externas. Os projetos de extensão fortalecem a relação entre teoria e prática, aproxima o saber acadêmico do saber popular e contribui para a produção e a aplicação de conhecimentos, por meio da interação dialógica e transformadora entre a instituição e outros setores da sociedade.

e. Os convênios com Instituições de Pesquisa para a realização de estágios e participação em eventos científicos em Instituições de Pesquisas reconhecidas mundialmente, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outras, as quais oferecem cursos em diversos níveis.

As parcerias contribuirão para a formação do acadêmico-pesquisador que é sujeito na construção de sua aprendizagem por intermédio da pesquisa pura e aplicada, pois essas Instituições oferecem oportunidades de vivência e participação em atividades de pesquisa científica (estágios de iniciação científica e visitas técnicas monitoradas), amparadas pelos convênios estabelecidos pelo IFAM com essas instituições.

15 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e no IFAM pela Resolução No 174-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019.

Consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, como parte obrigatória da formação humana de todos os discentes, sob a perspectiva de uma transformação social por meio de programas e projetos orientados por docentes e envolvendo a comunidade externa.

A Extensão na educação é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A Resolução estabelece, entre outras coisas, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Outra exigência é que as atividades devem ser formadas por ações e produtos que busquem a solução de problemas da sociedade. No curso de Bacharelado em Administração, a curricularização da extensão será contemplada como parte da carga horária de componentes curriculares não específicos de extensão, descritos nas ementas das disciplinas.

O Quadro 4, abaixo, resume a carga horária de extensão por disciplina.

QUADRO 4 – CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

COMPONENTE CURRICULAR	C. H. EXTENSÃO
Contabilidade Básica	20
Sociologia Aplicada à Administração	20

Instituições de Direito Público e Privado	20
Economia Brasileira e Contemporânea	20
Matemática Financeira	20
Contabilidade de Custos	20
Psicologia Organizacional	12
Agricultura Familiar e Agronegócio	20
Administração Financeira II	12
Gestão Pública	14
Gestão Ambiental e Sustentável	10
Empreendedorismo e Inovação	12
Análise e Viabilidade Econômica de Negócios	10
Gestão de Projetos	20
Comércio Eletrônico	10
Práticas Administrativas	20
Administração Estratégica	20
Associativismo e Cooperativismo	20

16 AVALIAÇÃO

O Instituto adota como componentes de avaliação institucional o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que serve de base para o aumento da eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social.

O SINAES foi criado em de 14 de abril de 2004 pela Lei nº 10.861 e é formado por três componentes principais: 1) a avaliação das instituições, 2) dos cursos e 3) do desempenho dos discentes. Ele avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos discentes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Portanto, o curso de Bacharel em Administração busca alinhar-se com as orientações provenientes das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores com intuito de atender aos parâmetros avaliativos do SINAES.

Para a coleta de dados, poderão ser utilizadas ferramentas virtuais disponíveis *online* para a comunidade acadêmica, durante e após a conclusão do curso, vinculado ao PNAES (Programa Nacional de Assistência ao Educando).

16.1 INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é um dos componentes do SINAES e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

A autoavaliação coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Em 2012, a partir de um rearranjo das atribuições no processo interno de avaliação institucional, foi criada a Coordenação de Avaliação Institucional (CAI), vinculada a PRODIN (Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional). A CAI é a responsável pela produção dos processos internos de avaliação. É ela que, atualmente, elabora periodicamente questionários de avaliação que são aplicados em três segmentos internos (discentes, docentes e técnico-administrativos) e um segmento externo (egressos) e avaliam a gestão acadêmica nos âmbitos administrativos, educacional e acadêmico.

16.2 CURSO

A Avaliação dos Cursos de Graduação é um procedimento utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, representando uma medida necessária para a emissão de diplomas. O Decreto n.º 5.773 de 09 de maio de 2006 instituiu que a avaliação dos cursos realizada pelo SINAES constituirá o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Esta avaliação passou a ser realizada de forma periódica com o objetivo de cumprir a determinação da Lei n.º 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 20 de dezembro de 1996, a fim de garantir a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições de Educação Superior.

O Formulário eletrônico, instrumento de informações preenchido pelas Instituições, possibilita a análise prévia pelos avaliadores da situação dos cursos, possibilitando uma melhor verificação in loco. Este formulário é composto por três grandes dimensões: a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas, com ênfase na biblioteca. O processo de seleção dos avaliadores observa o currículo profissional, a titulação dos candidatos e a atuação no programa de capacitação, a partir de um cadastro permanente disponível no sítio do INEP, o qual recebe inscrições de pessoas interessadas em atuar no processo.

As notas são atribuídas em dois aspectos (acadêmico/profissional e pessoal) pela comissão de avaliação da área. Todos os docentes selecionados farão parte do banco de dados do INEP e serão acionados de acordo com as necessidades do cronograma de avaliações. Para a devida implementação da avaliação, os avaliadores recebem um guia com orientações de conduta/roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos e participam de um programa de capacitação que tem por objetivo harmonizar a aplicação dos critérios e o entendimento dos aspectos a serem avaliados.

Ressaltamos que os resultados da avaliação institucional obtidos pela CPA a respeito do Curso de Bacharel em Administração servirão como instrumentos de gestão, auxiliando na tomada de decisão, orientando o planejamento do dimensionamento dos recursos necessários ao desenvolvimento do curso e ao aperfeiçoamento técnico dos profissionais vinculados, desencadeando melhorias na estrutura geral do curso e nas condições do ensino e aprendizagem.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) será um dos instrumentos que subsidiarão a produção de indicadores de qualidade e dos processos de avaliação deste curso. Participam do Enade discentes ingressantes e concluintes do curso Bacharelado em Administração.

Além do ENADE, o sistema de Gestão da Aprendizagem contribuirá para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem pela comunidade acadêmica.

16.3 DISCENTE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, tem o objetivo de aferir o rendimento dos discentes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O ENADE é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do discente ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC.

Em adição, a Avaliação do Rendimento Acadêmico será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos, abrangendo simultaneamente, aspectos como frequência e de aproveitamento.

Os critérios e instrumentos de avaliação do rendimento acadêmico serão estabelecidos pelos professores e estarão em constante processo de avaliação, podendo ser discutidos com os discentes, destacando-se, prioritariamente, o desenvolvimento:

- I. do raciocínio;
- II. do senso crítico;
- III. da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV. de associar causa e efeito;
- V. de analisar e tomar decisões.

A natureza da avaliação do rendimento acadêmico poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, ficando a critério do docente a forma e quantidade a ser adotada para cada critério, respeitada, no entanto a aplicação mínima de dois instrumentos individuais por semestre/módulo. O conteúdo da avaliação será definido pelo professor de acordo com o conteúdo ministrado.

O registro do aproveitamento acadêmico será realizado através de notas, obedecendo a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para aprovação será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se apenas a fração de 0,5 (cinco décimos).

Para aprovação, o discente deverá ter cumprido frequência mínima de 75% em todas as disciplinas, em aulas práticas e teóricas, dentro dos prazos estabelecidos, e ter sido aprovado em todas as disciplinas por ele matriculado, atendendo a estrutura curricular preconizada pelo curso.

Ressalte-se ainda que a “avaliação deve constituir-se em uma prática de investigação constante, caracterizando-se como uma construção reflexiva, crítica e emancipatória, e não passiva, repetitiva e coercitiva”; avaliação que para os discentes indique “o seu desempenho” e

para os professores aponte “indícios dos avanços, dificuldades ou entraves”, “permitindo-lhes a tomada de decisões” no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação deverá ocorrer valendo-se de múltiplos procedimentos e instrumentos no desenrolar das disciplinas ou atividades de campo.

A avaliação discente se pautará pela Sistemática de Avaliação do Desempenho Discente do IFAM, ocorrerá em datas distribuídas no período letivo e caso o discente não atinja a média estabelecida terá direito ao Exame Final. Havendo reprovação nas disciplinas do semestre, o discente deverá refazê-las no semestre em que serão oferecidas, cursando-as sem prejuízo ao seu aprendizado e andamento dos estudos dentro dos prazos previstos.

17 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O procedimento de avaliação no Curso Superior de Bacharel em Administração segue o que preconiza a Resolução Nº 94 –CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o discente de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

Em concordância com o Art. 137, a avaliação da aprendizagem no curso dar-se-á por meio de provas, tarefas realizadas em sala de aula, individualmente ou em grupo, trabalhos monográficos entre outros. Esses instrumentos serão utilizados conforme a natureza da avaliação que pode ser teórica, prática ou a combinação das duas formas. O docente pode aplicar quantos instrumentos forem necessários para alcançar os objetivos da disciplina, contanto que respeite a aplicação mínima de 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo. Ainda sobre o docente, compete a ele divulgar aos discentes o resultado de cada avaliação antes da realização da seguinte.

As avaliações são realizadas semestralmente, e a pontuação mínima para promoção é 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Sendo assim, as frações de 0,3, 0,4, 0,6 e 0,7 são arredondadas para 0,5; e as 0,1, 0,2, 0,8 e 0,9 são arredondadas para o número natural mais próximo.

Conforme o Art. 161 da Resolução n.94-CONSUP/IFAM, será considerado promovido o discente que obtiver a Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) por disciplina. Caso a MD seja menor do que 6,0,

porém igual ou superior a 2,0, o discente tem garantido o direito de realizar o Exame Final, o qual será explicado nos tópicos seguintes.

As expressões utilizadas para o cálculo da Média da Disciplina (MD) e da Média Final da Disciplina (MFD) são determinadas no Art. 162 da Resolução N° 94 –CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015, quais sejam:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 6,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

As disciplinas na modalidade semipresencial deverão considerar, para efeito de cálculo da média da disciplina, o artigo n.157, da Resolução n. 94- CONSUP/IFAM, devendo observar a seguinte expressão.

$$MD = \frac{\sum_{i=1}^n AVEA}{n} + 2.NAP \geq 6,0$$

$$MD = \frac{\sum_{i=1}^n AVEA}{n} + 2.NAP \geq 6,0$$

17.1 PROVA DE SEGUNDA CHAMADA

Conforme o artigo 143, da Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, os discentes que, por motivo devidamente justificado, não comparecerem à avaliação presencial, poderão em um prazo de setenta e duas (72h) desde a sua realização, considerando os dias úteis, requerer avaliação em segunda chamada.

A solicitação deverá ser feita por meio de requerimento encaminhado ao protocolo do *Campus*, anexando documentos comprobatórios que justifiquem a ausência na avaliação presencial. Compete à Coordenação de Curso, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados e em concordância com o cronograma do curso.

17.2 EXAME FINAL

O Exame Final consiste numa avaliação cujos conteúdos serão estabelecidos pelo docente, podendo contemplar todo o conteúdo ou os conteúdos julgados como de maior relevância para o discente no componente curricular.

Terá garantido o direito de realizar o Exame Final, o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \text{ (dois)} \leq MD < 6,0 \text{ (seis)}$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária ministrada na disciplina.

Compete ao docente divulgar a relação dos discentes para o Exame Final, por meio de convocação, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação do Curso.

O Exame Final será realizado, preferencialmente, após a publicação do resultado final da disciplina. Deve constar, obrigatoriamente, de uma prova escrita, podendo ser complementada, a critério do professor, por prova prática e/ou oral. Para efeito de cálculo da Média Final da Disciplina (MFD) será considerada como supracitado a expressão:

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 6,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

O discente que, submetido ao Exame Final, obtiver neste uma nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) é considerado aprovado.

17.3 PROMOÇÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Para efeito de promoção ou retenção nos Cursos de Graduação serão aplicados os critérios especificados pela Resolução nº 94-CONSUP/IFAM:

- será considerado promovido no componente curricular o discente que obtiver a Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas por componente curricular.
- o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ na disciplina e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária ministrada na disciplina, terá garantido o direito de realizar o Exame Final nesse componente curricular.
- o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular oferecido em cada período, estará retido por nota nesse componente curricular.
- o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular oferecido em cada período, será considerado retido por falta.

18 APOIO AO DISCENTE

O IFAM dispõe de apoio ao discente por meio do Departamento de Assistência Estudantil (DAES), que foi criado por meio da Portaria nº1773 - GR/IFAM, de 02 de setembro de 2016 e faz parte da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Embora o Departamento tenha sido criado em 2016, o apoio ao discente existe desde 2011.

O art. 109 da Resolução nº 02-CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, apresenta as competências do DAES: acompanhar o desempenho acadêmico do corpo discente; propor programas de apoio psicopedagógico ao estudante; propor e coordenar as ações juntamente com os campi para redução da influência dos fatores socioeconômicos no desempenho do corpo discente; apoiar as ações de integração de discentes com necessidades educacionais específicas

aos projetos/programas de educação inclusiva do Instituto, propor diretrizes e coordenar a atuação dos programas institucionais relacionados à Assistência Estudantil.

Para tanto, operacionaliza juntamente com os campi a Política de Assistência Estudantil (PAES/IFAM), regulamentado pela Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 09 de junho de 2011, estabelecida em conformidade com o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 do Ministério da Educação, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Outros dispositivos base são:

- Portaria nº 611-GR/IFAM, de 19 de abril de 2022;
- Resolução nº 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015.

A PAES/IFAM, em consonância com o PNAES, tem como prerrogativa a garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos discentes, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Os principais programas e ações de atendimento aos discentes são operacionalizados por meio da atuação de equipe multiprofissional.

18.1 PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL:

O Programa é destinado aos discentes com renda per capita mensal de até um salário mínimo e meio, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM. A concessão de qualquer benefício é por meio de edital de seleção que oferta prioritariamente assistência estudantil via "prestação de serviços" e em sua impossibilidade, por "repasso financeiro direto ao discente". Os benefícios são:

- Benefício Alimentação;
- Benefício Transporte;
- Benefício Moradia;
- Benefício Alojamento;
- Benefício Creche;
- Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar.

18.2 PROGRAMAS INTEGRAIS

Os Programas Integrais são destinados aos discentes com renda per capita mensal de até um salário mínimo e meio, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM. Os Programas são conceituados como ações interventivas para atenção integral dos discentes, visa dar suporte às necessidades sociais, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A seleção dos discente é por meio de edital, o qual disponibiliza as seguintes linhas de intervenção:

- Programa de Atenção à Saúde;
- Programa de Apoio Psicológico;
- Programa de Apoio Pedagógico;
- Programa de Apoio à Cultura e Esporte;
- Programa de Inclusão Digital;
- Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superlotação;
- Programa de Apoio Acadêmico à Monitoria.

Vale mencionar que os discentes contam também com atendimento médicoodontológico e serviço psicológico. Maiores informações podem ser obtidas no Guia do Discente. Em adição, há outras formas de apoio ao discente no que tange à pesquisa, à extensão, ao ensino.

18.3 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo oferecer, de forma universal, a alimentação escolar saudável e ações de educação alimentar e nutricional aos discentes. Para tanto, o PNAE utiliza alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento de discentes e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

Além disso, o PNAE apoia o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, conforme prevê a Lei nº 11.947/2009.

18.4 SEGURO DE VIDA

O Seguro de Vida para estagiário é um seguro obrigatório, conforme a Lei de Estágio nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. O IFAM possui contrato com uma empresa especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo de Seguro de Acidentes Pessoais para os discentes em campo de estágio regularmente matriculados no IFAM, bem como para os estagiários matriculados em outras instituições de ensino e que desenvolvam atividades didático-pedagógicas no IFAM.

O Contrato de Seguro Contra Acidentes Pessoais abrange os discentes de todos os *campi* do IFAM, durante o período de realização do Estágio Obrigatório, seja este realizado dentro ou fora do Instituto, sendo necessário que o *Campus* encaminhe sua lista de estagiários ao DAES e a mantenha atualizada. O Seguro oferece cobertura para: morte acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas, além de outras assistências gerais e específicas.

No *Campus* Coari, o apoio ao discente se dá por meio do Núcleo de Apoio ao Educando, setor responsável por trabalhar e operacionalizar os programas e ações de Assistência Estudantil, nele estão lotados os profissionais da equipe multiprofissional, os quais prestam atendimentos aos discentes em suas demandas mais imediatas e conforme o nível de vulnerabilidade apresentada.

Além do Núcleo, o *Campus* Coari dispõe da Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE), setor responsável por articular processos e pessoas para a implantação/implementação das ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, bem como das ações em educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, envolvendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão e tem como objetivo a criação da cultura de promoção, de capacitação, de educação para a inclusão, convivência e aceitação da pessoa com deficiência para permanência na instituição e autonomia na sociedade

Desta forma, o apoio ao discente do IFAM objetiva proporcionar aos discentes, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito escolar.

18.5 NÚCLEO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – NAPNE

O NAPNE tem como objetivos levar profissionalização para pessoas com necessidades educacionais específicas - PNE (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) por meio de cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino visando a inserção dos PNE's.

Os NAPNE nos Campi auxiliam discentes e servidores com necessidades educacionais específicas. Nesses núcleos podem ser encontrados auxílio de interprete de Libras, adaptações de materiais didáticos, entre outros recursos para melhor atendimento dos discentes com deficiência. Os NAPNE desenvolvem também cursos livres de extensão e outras atividades inclusivas.

18.6 INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

A atividade de Pesquisa no IFAM é uma excelente forma de incentivo à promoção da carreira de pesquisador para seu quadro de discentes, proporcionando a eles a produção do conhecimento e a experiência de ciência, tecnologia e inovação que visem dar continuidade aos seus estudos ou a especialização para uma carreira futura.

É através da pesquisa que os discentes desenvolvem propostas de projetos de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação com temáticas de seus interesses no curso que estão se aperfeiçoando no IFAM. As propostas podem ser de qualquer área teórica ou experimental que contribua para sua formação e posteriormente, sirva para o seu futuro no mercado de trabalho ou para continuidade dos estudos. A atividade possui orientação de um professor pesquisador qualificado. O discente pesquisador recebe uma bolsa como apoio financeiro do próprio Instituto ou a partir de Instituições de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Instituto oferece bolsas de pesquisa e extensão com pagamento de auxílio financeiro do próprio IFAM ou financiado pelas Instituições de Fomento do País ou Estado do Amazonas. As bolsas têm vigência de 08 (oito) a 12 (doze) meses, não geram vínculo empregatício e a remuneração tem valor diferenciado para níveis Médio Técnico e Superior, conforme estipulado

no edital. Além disso, os discentes do Instituto podem participar como voluntários nos projetos de pesquisa e extensão, sem remuneração.

O IFAM concede bolsas de Iniciação Científica dos Programas do Governo Federal e Estadual, sendo estes os principais Programas de Iniciação Científica:

- Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), para o nível de graduação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) para discentes de Graduação;
- Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) para discentes de graduação, financiado pela FAPEAM;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e de Inovação Tecnológica (PADCIT) direcionado ao apoio de projetos de Inovação de docentes interessados no desenvolvimento de Pesquisa Aplicada e Inovação Tecnológica, sendo convidados a participar os discentes de ambos os níveis.

Os requisitos podem ser consultados no Guia do Discente.

18.7 PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO – INCUBADORA DE EMPRESAS AYTY

Empreender é identificar as oportunidades oferecidas e buscar desenvolver ferramentas para aproveitá-las de forma criativa, assumindo riscos e desafios. O IFAM promove oportunidades de empreendedorismo para seus discentes, através da AYTY.

Mais informações presentes no Guia do Discente

18.8 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PIBEX)

É o programa de incentivo financeiro que tem por finalidade despertar no corpo docente, técnico e discente a prática extensionista, incentivando talentos potenciais que proporcionem o conhecimento metodológico das ações de extensão por meio da vivência de novas práticas formativas. O PIBEX oferece bolsas para desenvolvimento de projetos de extensão, sendo o próprio Instituto a fonte financiadora. Essas bolsas têm vigência de até 12 (doze) meses e a remuneração tem valor diferenciado para discentes de Nível Médio e Superior, sendo estipulado em edital de chamada. Além disso, possibilita ainda aos discentes a participação como voluntários nos projetos de extensão.

Mais informações presentes no Guia do Discente

18.9 PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS – PAEVE

É um programa que visa apoiar a realização de ações de extensão na modalidade “evento” que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, com o envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFAM. Objetiva ainda divulgar produção extensionista do IFAM e a socialização de saberes entre os partícipes, contribuindo para o fortalecimento da relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Mais informações presentes no Guia do Discente

18.10 CURSOS DE EXTENSÃO

É ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou à distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos. (FORPROEXT, 2015)

Mais informações presentes no Guia do Discente.

18.11 MOBILIDADE ACADÊMICA, NACIONAL E INTERNACIONAL, DE DISCENTES DO IFAM

A Resolução nº 050-CONSUP/IFAM, 12 de dezembro de 2014, estabelece as normas e procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, nacional e internacional, de discentes dos Cursos do IFAM.

Neste documento a Mobilidade Acadêmica se conceitua como o processo pelo qual o discente desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico em nível nacional ou internacional. São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do discente.

A mobilidade acadêmica no IFAM poderá ocorrer por meio de:

- a) Adesão a Programas do Governo Federal;
- b) Adesão a Programas de Mobilidade Internacional por meio de Convênio interinstitucional com instituição de ensino superior internacional previamente celebrado;
- c) Programas de Mobilidade do IFAM;

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

- Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;
- Promover a interação do discente com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;
- Contribuir para a formação de discentes dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora do IFAM;
- Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do discente, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre discentes, professores e instituições nacionais e internacionais;
- Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFAM;
- Contribuir para o processo de internacionalização do ensino no IFAM.

18.12 OUVIDORIA

A Ouvidoria se constitui em uma instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados pelo IFAM.

As manifestações podem ser dos seguintes tipos:

- a) Denúncia: Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno (Auditoria Interna, Unidade de Correição) e externo (TCU, CGU, PF).
- b) Elogio: Demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido pelo IFAM.
- c) Reclamação: Demonstração de insatisfação relativa a serviço público oferecido pelo IFAM.
- d) Solicitação: Requerimento de adoção de providência por parte da Administração do IFAM.
- e) Sugestão: O demandante apresenta uma comunicação verbal ou escrita propondo uma ação de melhoria ao IFAM.

A comunidade acadêmica pode entrar em contato com a Ouvidoria Geral pelo telefone: (92) 3306-0022 ou pelo correio eletrônico: ouvidoria@ifam.edu.br, além de ter a possibilidade de ser ouvido pessoalmente na sala da Ouvidoria Geral, localizada no térreo do prédio da

Reitoria do IFAM, situado na Rua Ferreira Pena, 1109, Centro, Manaus/AM, CEP: 69025-010, ou na Ouvidoria Interna do IFAM/Coari, situada na Estrada Coari-Itapéua, km. 02, s/n - bairro Itamaraty, Coari/AM, CEP: 69460-000, ou pelo endereço <http://www.ouvidorias.gov.br/cidadao/registre-sua-manifestacao>.

19 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global. O conjunto de conteúdos, competências e habilidades que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Bacharelado em Administração, Resolução nº CNE/CES nº 05, de 14 de outubro de 2021, o Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

I - integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II - abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III - analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV - aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de

que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

V - ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VI - gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VII - ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;

VIII - comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

IX - aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

O Curso Superior de Bacharel em Administração forma um profissional ético, crítico, reflexivo e capacitado a contribuir na construção e implementação de estratégias, táticas e processos competitivos e inovadores, voltados à viabilidade e sustentabilidade das organizações, a partir do uso de habilidades e competências de gestão e liderança. Compreender a realidade social, política e econômica do contexto em que atua, para nele inserir-se e atuar de forma ética e competente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Neste contexto, emergem as seguintes competências específicas, que integram o perfil desejado do formando:

I - capacidade e aptidão para gestão de projetos, recursos, finanças, produção, logística, entre outros, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão;

II – capacidade para motivar, coordenar, liderar e resolver conflitos pessoais ou em grupos, desenvolvendo gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador;

III – compreender as várias funções da organização, otimizá-las e auxiliar no relacionamento da organização com o seu ambiente.

20 CORPOS DOCENTE E ADMINISTRATIVO

20.1 CORPO DOCENTE

O corpo docente do Curso Superior de Bacharel em Administração atuará de forma articulada com a coordenação pedagógica e com as demais unidades do IFAM, onde todos os profissionais deverão buscar um embasamento teórico/prático aplicado em Administração, visando atender as expectativas do curso, respeitando o corpo conceitual do mesmo. A coordenação do curso será responsável por elaborar um Plano de capacitação docente, visando atender as qualificações demandadas pelo quadro de professores, em consonância com o corpo conceitual apresentado.

Eventualmente, poderão ser convidados professores externos para ministrar conteúdos específicos em que o IFAM/CCO não conte com profissionais capacitados a ministrá-los, sendo responsabilidade da Coordenação Pedagógica articular tal participação, fazendo a devida contextualização e inserção dos mesmos no processo em andamento, evitando intervenções desconexas da concepção, dos propósitos e das finalidades do curso. Como estratégia para o (re)pensar das práticas desenvolvidas no curso em termos didático-pedagógicos, foi instituído uma agenda de reuniões sistemáticas, onde ocorrem:

- momentos de atualização pedagógica e reflexões a respeito do curso e das estratégias adotadas no mesmo;
- socialização de experiências e práticas realizadas;
- elaboração, aperfeiçoamento, avaliação e revisão de planejamentos por disciplinas ou áreas;
- auto avaliação do trabalho realizado na (s) disciplina(s) ministrada(s), etc. Cada professor terá destinado duas horas por semana de sua carga horária, em dia previamente

estabelecido, para as reuniões pedagógicas. É previsto anualmente em calendário a realização de reuniões de planejamento, com todos os docentes da instituição.

QUADRO 5 – RELAÇÃO DOS DOCENTES

Nome	Graduação	Titulação	Vínculo Institucional	Regime de Trabalho
ALEX PEREIRA DO CARMO	Administração	Especialização	Efetivo	DE
ANDRÉ LUIZ LARANJEIRA ROCHA	Informática	Especialização	Efetivo	DE
ANGÉLICA FALEIROS DA SILVA MAIA	Química	Doutorado	Efetivo	DE
ANTÔNIO EDSON SILVA DE MENEZES	Informática	Graduação	Efetivo	DE
ANTÔNIO SUWA MESQUITA JÚNIOR	Matemática	Especialização	Substituto	40 horas
BRUNA APARECIDA MADUREIRA DE SOUZA	Ciências Agrárias	Doutorado	Efetivo	DE
CARLOS HENRIQUE FERREIRA NETO	Informática	Especialização	Efetivo	DE
CLÁUDIO AFONSO PERES	Filosofia	Doutorando	Efetivo	DE
CRISTIANE BRAZ PEREIRA	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Especialização	Efetivo	DE
DANIEL PEREIRA DE MELO	Matemática	Especialização	Substituto	40 horas
DENISON NAZARENO DE SOUSA	Educação Física	Especialização	Efetivo	DE
ELCIVAN DOS SANTOS SILVA	Física	Mestrado	Efetivo	DE
ELIONAI DE SOUZA MAGALHÃES	Informática	Mestrado	Efetivo	DE
EZEQUIEL DE SOUZA	Sociologia	Doutorado	Efetivo	DE

GEORGE PEREIRA REIS	Geografia	Mestrado	Efetivo	DE
GISELANE CAMPOS	Geografia	Doutoranda	Efetivo	DE
HARRISON CORRÊA LOPES	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira /Língua Estrangeira – Inglês	Mestrando	Efetivo	DE
HEDVAN FERNANDES PINTO	Informática	Mestrado	Efetivo	DE
HUDINILSON KENDY DE LIMA YAMAGUCHI	Arquitetura e Urbanismo/ Administração Pública	Mestrado	Efetivo	DE
JACKSON MITOSO ALHO	Administração	Mestrado	Efetivo	DE
JAENILTON LIMA	Física	Especialização	Substituto	40 horas
JEAN FELIPE SILVA DE ABREU	Recursos Pesqueiros	Mestrado	Efetivo	DE
JOSÉ RENAN DE SOUZA BELÉM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Mestrando	Efetivo	DE
JOSELDO ALASSON MOREIRA ARAÚJO	Matemática	Mestrado	Efetivo	DE
JOSUÉ CORDOVIL MEDEIROS	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Doutorando	Efetivo	DE
KLEVERTON DOS SANTOS CABRAL	Informática	Especialização	Efetivo	DE
LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	Contabilidade	Mestranda	Efetivo	DE
LINDEMBERG ARRUDA DA SILVA	Administração	Graduação	Substituto	40 horas
MARCIO QUARA DE CARVALHO SANTOS	Biologia	Doutorando	Efetivo	DE
MARCOS BERNARDO DE LIMA	Desenho Técnico	Mestrado	Efetivo	DE
MÁRLON BRENO COSTA SANTOS DA GRAÇA	Biologia	Doutorado	Efetivo	DE
MÍRIAN LIMA DO NASCIMENTO MENDES	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Especialização	Substituto	40 horas

PEDRO ISSA FIGUEIREDO	Administração	Mestrado	Efetivo	DE
ROBSON FREITAS DA SILVA	História	Mestrado	Efetivo	DE
SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	Administração	Especialização	Efetivo	DE
SIDNEY CAVALCANTE COSTA	Administração	Mestrando	Efetivo	DE
SIMONE MACIEL FERNANDES	Biologia	Mestrado	Substituto	40 horas
VLAMIR DO NASCIMENTO SEABRA	Filosofia	Doutorando	Efetivo	DE
WENDELL TORRES LIMA	Física	Graduação	Voluntário	20 horas
WILLISON EDUARDO OLIVEIRA CAMPOS	Química	Doutorado	Efetivo	DE

20.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O IFAM/CCO conta com corpo de técnicos de nível médio e de graduação das mais diversas formações em seu quadro funcional, conforme Quadro 6.

QUADRO 6 – RELAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Nome	Função	Vínculo Institucional	Regime de Trabalho
AUDINETE DA SILVA PEREIRA	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
CARLOS BRITO DA COSTA SILVA	Bibliotecário/Documentista	Efetivo	40 horas
CARLOS DA ROCHA SANTOS	Odontólogo	Efetivo	40 horas
CLÁUDIA DE SOUZA CASTRO	Assistente Social	Efetivo	40 horas
CLIDSON MONTEIRO DA COSTA	Assistente de Aluno	Efetivo	40 horas
DHEIME CAVALCANTE AVELAR	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas

DHONATHAN DE SOUZA LOPES	Assistente de Aluno	Efetivo	40 horas
ELDER MORIZ CORREA	Técnico em Assuntos Educacionais	Efetivo	40 horas
EMERSON DA SILVA ALFAIA	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
FRANCIELE DE SOUZA CASTRO	Assistente de Aluno	Efetivo	40 horas
FRANCINALDO PACAIO GAMA	Técnico em Contabilidade	Efetivo	40 horas
FRANCIONE LARANJEIRA DANTAS	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
FRANCISCO JÂNIO CORTEZÃO BARROS	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
GENIVAL NUNES DE SOUZA	Técnico em Assuntos Educacionais	Efetivo	40 horas
GIL ROBSON PEREIRA DE LIMA	Técnico em Tecnologia da Informação	Efetivo	40 horas
GLEISON MEDINS DE MENEZES	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
HERNILSON DA SILVA LIMA	Auxiliar de Biblioteca	Efetivo	40 horas
HUMBERTO MENDONÇA PEREIRA	Contador	Efetivo	40 horas
IVANILSON PARENTE DA SILVA	Administrador	Efetivo	40 horas
JAIZIN DA SILVA E SILVA	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
JOSÉ JEN'S BANEN BENCHIMOL	Técnico em Enfermagem	Efetivo	40 horas
JOSEPH MATOS DA SILVA	Técnico em Segurança do Trabalho	Efetivo	40 horas
JURANDY MOREIRA MARCIEL AIRES DA SILVA	Administrador	Efetivo	40 horas
LUCILENE SALOMÃO DE OLIVEIRA	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
LUZIVALDO MENDONÇA DE SOUZA	Técnico em Edificações	Efetivo	40 horas
MARIA DA PAZ FÉLIX DE SOUZA	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
MAURICIO ROBERTO DA SILVA	Pedagogo	Efetivo	40 horas
MOYSÉS HASSAN DA SILVA SOBRINHO	Técnico em Assuntos Educacionais	Efetivo	40 horas
OBIDIEL MARTINS DE MELO	Técnico em Tecnologia da	Efetivo	40 horas

	Informação		
OZIEL COELHO ANTUNES	Pedagogo	Efetivo	40 horas
PAMILA FERREIRA MONTEIRO	Nutricionista	Efetivo	40 horas
PEDRO CARVALHO DA COSTA	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
REMIGIO CENEPO ESCOBAR RODRIGUES	Técnico de Laboratório de Informática	Efetivo	40 horas
RICARDO DOS SANTOS FARIA	Médico	Efetivo	20 horas
RITA DE CÁSSIA COSTA LEAL	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
RONEISON BATISTA RAMOS	Administrador	Efetivo	40 horas
THAYNA ALINE LOPES DA SILVA	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	Efetivo	40 horas
THIAGO SAYMON ALVES DE FREITAS	Assistente em Administração	Efetivo	40 horas
THIAGO SILVA DE SOUZA	Técnico de Laboratório de Informática	Efetivo	40 horas

21 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador de Curso exercerá as atividades de gestão, concomitantemente à sua atuação em sala de aulas, pois conforme o § 7º do Artigo 9º da Resolução nº66-CONSUP/IFAM, de 15 de dezembro de 2017, “*O docente designado para exercer atividades de Direção (CD-3) ou Chefia de Departamento (CD-4), Função Gratificada (FG) e Função de Coordenação de Curso (FCC) poderá ter reduzida a carga horária de aulas, totalizando um quantitativo semanal de no mínimo 8 (oito) horas.*”

O Coordenador do Curso deve cuidar da gestão acadêmica do curso. A experiência docente do Coordenador de curso não é apenas desejável, mas sim necessária. O Coordenador deve ministrar aulas no curso que administra. A obrigação acadêmica em sala de aula com os discentes do curso torna-o mais "esperto" e "compreensivo" nas questões discente/professor, professor/professor, currículo, etc. Nenhum outro professor poderá alegar, por exemplo, que o Coordenador não está na linha de frente, no dia- a dia da sala de aula.

Neste contexto, o próprio MEC instituiu alguns indicadores para o perfil e funções do coordenador de curso, destacando os seguintes:

- ✓ “A participação do Coordenador do Curso nos órgãos colegiados acadêmicos da IES”;

- ✓ “Experiência profissional acadêmica”;
- ✓ “Experiência profissional não - acadêmica (relacionada ao curso)”;
- ✓ “Área de Graduação (pertinência com o curso)”;
- ✓ “Titulação-Dr/Ms/Especialização (pertinência com a área do curso)”;
- ✓ “Regime de trabalho na Instituição”.

É importante que o Coordenador de Curso, antes de tudo, seja um líder capaz de incentivar e favorecer a implementação de mudanças que propiciem a melhoria do nível de aprendizado, estimulando a crítica e a criatividade de todos os envolvidos no processo educacional. O Coordenador deve ser proativo, com o perfil de um gestor de oportunidades, contrapondo-se ao de gestor de recursos, burocrata, cultor do status-quo, com atitudes apenas reativas.

Deve ser uma pessoa de amplo relacionamento tanto no meio acadêmico como na área profissional. Os contatos com dirigentes e profissionais de sucesso facilitam a promoção de intercâmbios e palestras para os discentes de seu curso. Deve ser ético, enérgico em suas ações, com decisões justas até mesmo na proposta de substituição de professores e colaboradores que não correspondam às expectativas do Curso.

A exigência de titulação de mestrado ou doutorado é importante na medida em que o Coordenador de Curso irá liderar docentes portadores desses títulos. Liderar mestres e doutores sem a equivalente qualificação não é tarefa fácil. Mestres e doutores dificilmente aceitarão a liderança de um colega que não tenha, no mínimo o grau de MSc e não conheça a metodologia de pesquisa científica.

A exigência do MEC para que as titulações do Coordenador tenham pertinência com a área do curso é importante, mas não devemos nos limitar a este parâmetro. É fundamental, também, que o Coordenador de Curso tenha algum treinamento na área pedagógica, pois, como poderia analisar e aconselhar seus professores em matérias como metodologia do ensino, critérios para aferição do processo ensino-aprendizagem, dentre outras, sem conhecer o ramo?

A experiência profissional não-acadêmica, enfatizada pelo MEC em seus documentos de avaliação, também é de suma importância. Se o Coordenador de Curso já exerceu atividades profissionais relativas ao curso que gerencia terá, obviamente, uma melhor visão do mercado de trabalho e saberá, por conseguinte, melhor conduzir os objetivos do programa curricular. Sua experiência inspirará "confiança" e "credibilidade" por parte dos discentes e também dos professores. Sua experiência profissional, a qualificação acadêmica e a dedicação ao curso, aliados à sua capacidade de liderança lhe conferirão a desejável característica de "professor identificado com a profissão inerente ao curso". Os docentes reconhecem isto em seus pares e os discentes simpatizam muito mais com os docentes que demonstram maior experiência no

mercado de trabalho. Há, portanto, uma tendência de se valorizar o Coordenador de Curso que tenha experiência no mercado de trabalho, aquele que "encarna" a profissão para a qual o curso se propõe a formar seus discentes.

As atribuições do Coordenador de Curso estão divididas em três áreas de atuação: a gestão acadêmica / didático-pedagógica; gerência do curso, infraestrutura e a gestão política e institucional do curso.

Gestão acadêmica / didático-pedagógica.

O Coordenador do Curso é o responsável pela articulação e presidência da comissão e elaboração e reformulação do PPC, juntamente com a equipe do NDE, que deve ter seus objetivos e fundamentos bem claros e definidos. É importante destacar pontos diferenciais na concepção do curso, vinculando-o à missão da instituição de ensino e seus compromissos com a qualidade do processo educacional. O projeto pedagógico deve sofrer revisões periódicas e, para tanto, o Coordenador do Curso deve promover reuniões para a sua discussão com professores, coordenador de avaliação, discentes, ex-discentes e empresários.

Gerência do curso, infraestrutura

O Coordenador do Curso, embora seja o responsável exclusivo pela gestão acadêmica, didático-pedagógica do curso, não pode descuidar-se das atividades-meio do ensino. É certo que a gestão administrativa institucional dos recursos materiais e humanos está a cargo de outros gerentes universitários, o Diretor de Faculdade os pró-reitores, etc, mas, o Coordenador de Curso não pode se omitir em tomar iniciativas para deflagrar o processo decisório e ações referentes à infraestrutura para o ensino.

Gestão política e institucional do curso

É certo que a gestão política, incluindo a promoção do curso, é atribuição institucional e, por isso, recai sobre o Diretor de Faculdade e a administração superior da instituição. Entretanto, cabe também ao Coordenador promover o curso junto à própria comunidade acadêmica, aos ex-discentes e até mesmo externamente. O Coordenador de Curso não deve esperar que a administração superior da IES faça por si mesma e isoladamente, a promoção do curso. É preciso que o Coordenador de Curso tome a iniciativa, faça acontecer, usando para isto os meios de comunicação da IES. Ele, melhor que ninguém, conhece os candidatos. Por isso saberá alcançá-los, conquistá-los e mantê-los fiéis. Para a clientela existente, os discentes, a atenção deve ser redobrada, pois eles vivem o dia-a-dia do curso e merecem todo apoio, até mesmo para evitar a sua evasão.

22 COLEGIADO DE CURSO

Órgão consultivo e normativo, no âmbito de sua atuação, constituído por representantes dos quadros docente, discente e técnico-administrativo, que têm suas atribuições previstas na Resolução N.º. 22 - CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015, que trata do Colegiado do Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Entre suas atribuições destaca-se: I. Analisar, avaliar e propor alterações ao Projeto Pedagógico do Curso a ser analisado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE; II. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso; III. Acompanhar os processos de avaliação (externa e interna) do Curso; IV. Decidir, em primeira instância, recursos referentes à matrícula, convalidação de disciplinas, à validação de Unidades Curriculares e à transferência de curso ou turno; V. Emitir análise de Aproveitamento de estudos, conforme Resolução n.º 94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, Art. 100; VI. Avaliar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do curso; VII. Propor, elaborar e implementar, projetos e programas, visando melhoria da qualidade do curso; VIII. Analisar solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos discentes e não previstas no Regulamento de Atividades Complementares; IX. Analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos discentes do curso e propor ações para equacionar os possíveis problemas.

O Colegiado de Curso Superior de Bacharel em Administração será composto por 05 (cinco) membros titulares e por 04 (quatro) suplentes assim distribuídos: 03 (três) membros docentes titulares e 02 (dois) membros docentes suplentes; 01 (um) representante discente titular e 01 (um) representante discente suplente; 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo titular e 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo suplente.

Somente poderá concorrer ao Colegiado do Curso, professores em exercício efetivo e que seja oriundo do corpo docente que ministre aula para o curso.

As reuniões de trabalho serão convocadas pelo Presidente do Colegiado ou por requerimento de metade mais um de seus respectivos membros. Para a convocação das reuniões de trabalho, devem-se indicar os motivos na pauta da reunião. O Coordenador do Curso presidirá as reuniões do Colegiado, sem direito a voto.

23 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

A Resolução N.º. 049 - CONSUP/IFAM, de 12/12/2014, normatiza e institui o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, e em seu Art.2º. considera que “O Núcleo Docente Estruturante é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação do IFAM, e tem por finalidade a implantação, atualização e revitalização do mesmo”.

Entre suas atribuições destaca-se: (i) contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso; (ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre diferentes atividades de ensino constantes no currículo; (iii) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; (iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação; (v) avaliar e atualizar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso; (vi) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados Superiores; (vii) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidos no Projeto Pedagógico do Curso; (viii) analisar e avaliar as Ementas da Matriz Curricular.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Bacharel em Administração será composto por 05 (cinco) membros titulares, todos os professores pertencentes ao corpo docente do curso, sendo o Coordenador do Curso, o presidente, e mais 4 (quatro) membros do corpo docente do Curso Superior de Bacharel em Administração.

Os representantes docentes do NDE do Curso Superior de Bacharel em Administração serão eleitos pelos professores efetivos do IFAM/CPA e que ministram disciplinas no curso, para um mandato de 03 (três) anos, sendo que a sua renovação acontecerá de forma parcial, garantindo a permanência de 50% de seus membros (Inciso I do Art. 5º da Resolução Nº. 049 - CONSUP/IFAM).

24 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Complementando a prática profissional e o estágio supervisionado de ensino, o acadêmico deverá cumprir, no mínimo, 60 horas em outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, denominadas de Atividades Complementares, de acordo com a Resolução 23 - CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013, e reconhecidas pelo Colegiado de Curso. São atividades de cunho acadêmico, científico e cultural que deverão ser desenvolvidas pelos bacharelados ao longo de sua formação, como forma de incentivar uma maior inserção em outros espaços acadêmicos.

As atividades acadêmica-científica-culturais são de fundamental importância para a formação dos professores, que antes absolutizavam os limites da sala de aula, pois introduzem, com esse componente, uma estratégia complementar privilegiada e rica de possibilidades. Com isso, tanto a instituição formadora poderá planejar atividades dessa natureza quanto o discente poderá buscar essa participação em outros espaços e momentos da formação.

Comungando com as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, entende-se que é imprescindível para a instituição disponibilizar tempo e espaços curriculares diversificados, como por exemplo: congressos, seminários, oficinas, grupos de pesquisa, atividades de extensão, monitorias, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, visitas técnicas entre outros, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

Para efeito de formação será considerada a participação do discente em outras atividades acadêmico-científico-culturais, diferenciadas das atividades curriculares planejadas e organizadas com exclusividade nos cursos de Graduação, pois essas atividades e aprendizagens são tão significativas para a atuação profissional quanto as curriculares.

Essas atividades devem envolver ensino, pesquisa e extensão, com respectivas cargas horárias previstas no Anexo II da Resolução N. 23 – CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013, aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas. Nessa mesma Resolução, trata-se da natureza e finalidades das atividades complementares, bem como da realização e validação dessas atividades e da relação entre coordenação do curso e as atividades.

A cada período letivo, o Coordenador do Curso determinará os períodos de entrega das solicitações das atividades acadêmico-científico-culturais e de divulgação dos resultados.

O discente do Curso Superior de Bacharel em Administração terá um portfólio, contendo comprovantes dessas atividades. Para a contabilização das atividades acadêmico-científico-culturais, o discente do Curso deverá solicitar, por meio de requerimento à Coordenação do Curso, a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado só poderá ser contabilizado uma única vez, ainda que possa ser contemplado em mais de um critério. Uma vez reconhecido o mérito, o aproveitamento e a carga horária pelo Coordenador do Curso, essa carga horária será contabilizada.

O Coordenador do Curso encaminhará os processos aos membros do Colegiado de Curso para análise e apresentação de parecer que serão analisados na Plenária do Colegiado. Após a aprovação, a computação dessas horas de atividades acadêmico-científico-culturais pelo Colegiado, o Coordenador do Curso fará o devido registro relativamente a cada discente no

Sistema Acadêmico. O Colegiado de Curso pode exigir documentos que considerar importantes para computação das horas das outras atividades acadêmico-científico-culturais.

Só poderão ser contabilizadas as atividades que forem realizadas no decorrer do período em que o discente estiver vinculado ao Curso.

Os casos omissos e as situações não previstas nessas atividades serão analisados pelo Colegiado de Curso.

25 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado em Bacharelado em Administração é OBRIGATÓRIO e obedecerá a carga horária mínima de 160 horas, distribuídas ao longo do curso em dois (2) semestres, com carga horária semestral de 80 horas, iniciando as atividades o discente que se matricular na disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I, oferecida a partir do sétimo semestre.

O Estágio Curricular Supervisionado em Bacharelado em Administração tem por objetivo complementar a formação profissional oferecida no Curso, propiciando ao acadêmico: i) a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso; ii) estabelecer contato com os problemas inerentes a profissão; e iii) a oportunidade de receber orientação de profissionais capacitados já inseridos no mercado de trabalho.

O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no IFAM e em espaços, instituições e organizações que se dediquem a atividades e conteúdos compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharel em Administração.

Todos os estágios curriculares para o curso estarão sob orientação docente, e os trabalhos serão apresentados a uma Banca Examinadora. Concomitantemente, o discente produzirá relatórios parciais de estágio, com estruturas previamente definidas na Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, e na Resolução nº 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, que aprova o Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas e na Resolução nº 113-CONSUP/IFAM, de 20 de dezembro de 2021, que aprova a alteração da Resolução nº 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015.

A atribuição de avaliar a efetividade e assimilação das atividades desenvolvidas durante o Estágio será da Comissão de Estágios, que será composta por três professores do corpo

docente do curso, sendo o coordenador escolhido entre os três membros. As normas detalhadas do Estágio Supervisionado seguirão aquelas preconizadas pelo IFAM.

26 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC constitui-se em uma atividade científica de sistematização do conhecimento adquirido durante o curso, abrangendo um determinado objeto de estudo ou problema, e será desenvolvido mediante orientação e avaliação docente. É uma atividade obrigatória para a conclusão do curso Bacharelado em Administração, entrando como componente curricular, cujo resultado deverá ser apresentado, por parte do discente, preferencialmente sob a forma de monografia, sendo aceitas outras modalidades regulamentadas.

A disciplina de Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso I será ofertada no sétimo semestre e destina-se ao planejamento do TCC, sendo ministrada por um professor que orientará os discentes na elaboração do projeto focado na análise ou proposição de uma nova realidade. A disciplina terá como pré-requisito as disciplinas de Português Aplicado à Administração e Metodologia Científica, e a integralização de 2.400 horas da Matriz Curricular.

A disciplina de Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso II, no oitavo semestre, tem como objetivo desenvolver a análise, a pesquisa e elaborar o TCC, sob orientação de um professor, o qual guiará o acadêmico com orientações para a elaboração do trabalho final. A disciplina tem como pré-requisito Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso I.

As normas para a elaboração, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso segue o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Administração, nos termos da Resolução Nº 43 – CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017.

As bancas de defesa de TCC serão compostas por três avaliadores, sendo pelo menos dois professores do quadro do Curso Bacharel em Administração. O professor orientador terá sua carga-horária destinada à atividade de orientação, podendo orientar no máximo oito discentes.

Ao discente que for aprovado na defesa do TCC e que tiver cumprido todos os componentes curriculares previstos na Matriz Curricular do Curso será conferido o Diploma de Bacharel em Administração.

27 INSTALAÇÕES FÍSICAS E RECURSOS PARA O ENSINO

Um ambiente construído corresponde a uma alteração do espaço, desta forma, entende-se como indispensável que esta interferência busque propiciar um ambiente saudável, oferecendo utilidade e conveniência a todas as pessoas. A Lei nº 10.098, dispõe sobre acessibilidade mediante a eliminação de barreiras e obstáculos, em locais como espaços públicos, cuja implantação ou alteração das estruturas físicas devem ser viabilizadas através de projetos arquitetônicos que atendam aos requisitos da legislação e da ABNT. (BRASIL, 2000).

Conforme o Decreto nº 5.296, no seu artigo 8º inciso I, acessibilidade é:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

A construção das atuais instalações físicas do *campus* Coari ocorreu em um contexto de crescente aumento da legislação que trata das questões de acessibilidade. Portanto, desde a criação busca-se garantir a acessibilidade à sua estrutura física, tornando o espaço educacional acessível, em igualdade de condições, para que ninguém seja excluído, empenhando-se em avaliar e aprimorar continuamente os espaços.

27.1 DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES FÍSICOS

O Campus oferece aos acadêmicos do Curso Superior de Bacharel em Administração uma estrutura que favoriza o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descritos quadros demonstrativos a seguir:

QUADRO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
TERRENO	60.000
CONSTRUÍDA	8.184,92
NÃO CONSTRUÍDA	51.815,08

Fonte: DAP/CALM

QUADRO 8 – AMBIENTES FÍSICOS DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
DIREÇÃO GERAL	1	27,20
NÚCLEO DE APOIO AO VESTIBULANDO - NAVE	1	13,16
SECRETARIA	1	17,44
CHEFIA DE GABINETE	1	21,62
RELAÇÕES HUMANAS - RH	1	21,94
WC. FEM. PRÓXIMO À COPA	1	3,38
WC. MAS. PRÓXIMO À COPA	1	3,38
COPA	1	13,16
COORDENAÇÕES DE CURSOS	1	52,65
SALA DE PROFESSORES	1	75,47
SALA DE ESTUDOS	1	61,81
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DAP	1	49,43
DEPÓSITO DE ALIMENTOS	1	20,48
WC. FEM. - PRÓXIMO AO DEPE	1	10,13
WC. MAS. - PRÓXIMO AO DEPE	1	10,13
DEPARTAMENTO DE ENSINO - DEPE	1	58,79
BIBLIOTECA	1	155,27
COORDENAÇÃO DE REGISTRO ACADÊMICO E PROTOCOLO - CRA	1	34,22
REPROGRAFIA	1	17,55
MANUTENÇÃO	1	17,55
SALA DE VÍDEOCONFERÊNCIA	1	45,63
CONSULTÓRIO MÉDICO	1	27,50
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	1	14,22
AUDITÓRIO	1	168,86
LABORATÓRIO EAD - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	1	49,73
COORDENAÇÃO DE GESTÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI	1	32,76
PROVEDOR DE INTERNET	1	8,78
COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO - COEX	1	37,73
DEPÓSITO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	1	17,55
SALA ASSISTENTE DE ALUNOS	1	23,69
LANCHONETE	1	49,79

COZINHA LANCHONETE	1	9,83
DEPÓSITO LANCHONETE	1	6,41
WC. FEM. ALUNAS	1	28,49
WC. MAS. ALUNOS	1	28,49
SALAS DE AULAS	9	447,53
LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA E FÍSICA	1	49,73
SALA ASSISTENTE DE ALUNOS	1	23,69
DEPÓSITO DE LIVROS	1	40,95
ALMOXARIFADO	1	40,95
DEPÓSITO - 1 E 2	2	22,59
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA 1, 2 E 3	3	151,90
LABORATÓRIO DE EDIFICAÇÕES	1	58,79
LABORATÓRIO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - 1 E 2.	2	117,59
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA E QUÍMICA	1	58,79

Fonte: DAP/CALM

QUADRO 9 – COMPUTADORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

LABORATÓRIO	ITEM	MODELO	MARCA	QUANTIDADE
LAB I	Microcomputador	OPTIPLEX 790	DELL	20
LAB II	Microcomputador	OPTIPLEX 790	DELL	20
LAB III	Microcomputador	OPTIPLEX 790	DELL	10

QUADRO 10 - GABINETES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	HP COMPAQ 6005 PRO MICROTOWER AMD PHENOM 2 X4 B95 X64 3GHZ, 1X DDR3 4GB 1066MGZ SMART, 1X SAMSUNG 160 GB SATA HDD.	6
02	COMPUTADOR DESKTOP DELL OPLEX 790, INTEL CORE i3 2100 3.10 GHZ, 1X DDR3 4GB 1066MGZ SMART, 1X SAMSUNG 160 GB SATA HDD.	2
03	SERVIDOR TORRE – XEON, DIGITALCOMPUTER, INTEL XEON 3,0 GHZ, 1X DDR2- 1GB 400 MHZ TRAVEL, 1X SAMSUNG 160 GB SATA HDD.	1
04	COMPUTADOR DESKTOP MESA - LENOVO TINKCENTER, INTEL CORE PENTIUM 4 3,2 GHZ, 1 GB DDR2- 667MHZ, SAMSUNG, 1X WD HDD 80GB SATA.	10
05	COMPUTADOR PC-DESKTOP – LENOVO 3000J SERIES, INTEL PENTIUM 4 3 GHZ, 1 GB DDR -400 MHZ, 1X SAMSUNG HDD 80 GB SATA.	1

QUADRO 11 – MONITORES DE VÍDEO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	LCD 15" NORMAL AOC MODELO LM522	1
02	LCD 15" WIDESCREEN PROVIEW MODELO FV726AW	10
03	LCD 17" WIDESCREEN HP MODELO L190HB	7

QUADRO 12 – HARD-DISK DRIVE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	HDD / IDE / 40 GB / 7200 RPM SEAGATE ST340014A	3
02	HDD / SATA / 160 GB / 7200 RPM SAMSUNG HD161HJ	9
03	HDD / IDE / 40 GB / 7200 RPM WEST DIGITAL WD400	6
04	HDD / SATA / 80 GB / 7200 RPM WEST DIGITAL WD800JD	6
05	HDD / SATA / 80 GB / 7200 RPM WEST DIGITAL WD800BD	1
06	HDD /SATA / 320 GB / 7200RPM SEAGATE BARRACUDA720012	1
07	HDD /SATA / 250 GB / 7200RPM SEAGATE BARRACUDA720012	1
08	HDD / SATA / 80 GB / 7200 RPM WEST DIGITAL WD800	6
09	HDD / SATA / 1TB / 7200 RPM SEAGATE BARRACUDA 720012	1
10	HDD / SATA / 500 GB / 7200 WEST DIGITAL WD5000AAKS	1
11	HDD / SATA / 500 GB / 7200 SAMSUNG HD502HJ	1
12	HDD / IDE / 40 GB / 7200 RPM SEAGATE BARRACUDA 720012	2
13	HDD / IDE / 40 GB / 7200 RPM SAMSUNG SP0411N	1

QUADRO 13 – MOTHERBOARD

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	PLACA-CPU/LGA775/MATX/INTEL – GIGABYTE GA-945GCM-S2L	15
02	PLACA-CPU/LGA775/MATX/INTEL – GIGABYTE GA-VM900M	9
03	PLACA-CPU/LGA775/ATX/INTEL – IBM SOCKET 775	9
04	PLACA-CPU/LGA478/ATX/INTEL – IBM SOCKET 478	8
05	PLACA-CPU/LGA478/MATX/INTEL – INTEL D845GVSN	8
06	PLACA -CPU /AM1/MATX/AMD – ASROCK AM1B-M	1

27.2 BIBLIOTECA

Para auxiliar na estrutura curricular do curso Superior de Bacharel em Administração estará disponível o acervo constante na biblioteca do IFAM *Campus* Coari, em consonância com a política de universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, nos termos da Lei 12.244, de 24 de maio de 2010.

A biblioteca do IFAM-Coari está situada em seu próprio Campus no km 2 da Estrada Coari/Itapeuá, bairro Itamarati. Na estrutura institucional, a biblioteca está subordinada ao Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão - DEPE. Nos termos da Lei 4.084, de 30 de junho

de 1962 e da Lei 9.674, de 25 de junho de 1998, que versam sobre a profissão de bibliotecário, a biblioteca do IFAM-Coari é gerida por um bibliotecário, devidamente habilitado, e conta, também, com um auxiliar de biblioteca. A biblioteca tem como finalidade planejar, coordenar, controlar as atividades de informação vinculadas ao acervo bibliográfico e promover e apoiar atividades e pesquisa de fomento a leitura bem como a ação cultural.

O horário de funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta-feira, das 08:00 h às 21:00 h. Em sábados letivos, a biblioteca atenderá em horário previamente acertado com a chefia imediata. As principais atividades e serviços são:

- Seleção e aquisição de material de informação nacional, por compra, doação e permuta;
- Catalogação, classificação e preparo físico do material de informação;
- Serviço de disseminação;
- Orientação aos usuários quanto ao uso da biblioteca;
- Orientação ao usuário sobre o acesso à internet;
- Controle e agendamento;
- Empréstimo;
- Atendimento e orientação a comunidade interna e externa;
- Orientação quanto ao uso dos catálogos e localização de material de informação nos acervos;
- Manutenção e organização dos acervos;
- Exposição de recentes aquisições;
- Apoio a projetos.

As obras de referências são livros de consulta, trazem informações superficiais, introdutórias, básicas. São chamadas obras de referência porque indicam onde encontrar o assunto procurado de uma forma mais detalhada. Em geral, não podem sair das instalações da biblioteca, não sendo dessa maneira emprestadas. Incluem-se nessa categoria: dicionários, enciclopédias, atlas, índices, entre outros.

Ressalta-se que a biblioteca do Campus Coari observa o Regulamento Interno das Bibliotecas do IFAM, nos termos da Resolução nº 46 CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015, bem como a Resolução nº 31 CONSUP/IFAM, de 23 de junho de 2017, que trata do Regimento do Sistema Integrado das Bibliotecas do IFAM. O Regulamento Institucional das Bibliotecas do

IFAM dispõe sobre as normas que regem e orientam as rotinas dos serviços prestados pelas Bibliotecas de todo o IFAM e ficam sujeitos a este regulamento todos os usuários das bibliotecas, independente da sua condição de enquadramento.

No âmbito dos processos e procedimentos de formação e desenvolvimento de acervos em bibliotecas, a biblioteca do Campus Coari segue as orientações da Nota Técnica nº 01 PROEN/IFAM, de 20 de setembro de 2018, que oficializa as diretrizes e os critérios que orientam a atualização das bibliografias básicas e complementares dos projetos pedagógicos dos cursos e dos processos das atividades de formação e desenvolvimento de coleções. *Pari passu*, indica critérios para incorporação de novos materiais aos acervos e para descarte dos objetos informacionais que perderam sua indicação de uso e não mais se encontram em concordância com as necessidades informacionais dos usuários, por questões de suporte ou por desatualização.

27.2.1 Espaço Físico

O prédio da Biblioteca possui uma área total de 155,27 m², com área da administração e balcão de atendimento, área de estudos, área de informática, área do acervo e área para guarda-volumes, infraestrutura que atende às necessidades institucionais.

As bibliotecas precisam ser cada vez mais inclusivas e estar fisicamente acessíveis a pessoas com deficiência é uma obrigação. Sendo assim, a biblioteca do IFAM/Coari apresenta acessibilidade, possuindo estações individuais e coletivas para estudos. Os terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida.

A acessibilidade proporciona ao usuário uma relação mais interativa e um maior e melhor aproveitamento dos serviços oferecidos. De um modo geral, devemos ter a acessibilidade como uma facilitadora e não como uma norma que privilegia apenas um perfil de usuários, pois ela é um item que não pode deixar de fazer parte de uma biblioteca. A biblioteca do IFAM/Coari oferece o acervo em BRAILLE, para os deficientes visuais. O leiaute apresenta facilidade para adequações às pessoas portadoras de deficiências.

27.2.2 Acervo

O acervo da Biblioteca é composto por obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas etc.), obras gerais, obras técnicas, literatura, periódicos, teses, dissertações, trabalhos de

conclusão de curso (monografias), folhetos, apostilas e multimeios (CD's, DVD's e mapas). Tal acervo é organizado segundo a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e catalogado de acordo com o Código AACR. O acesso ao acervo é livre nas estantes, para que o usuário possa ter mais liberdade de escolha em sua pesquisa. A Biblioteca possui acesso ao Portal de Periódicos da CAPES e realiza treinamentos com os usuários.

➤ Acervo Bibliográfico Geral

Atualmente, o acervo da Biblioteca do IFAM/Coari é relatado no **Relatório Situacional da Biblioteca IFAM/Coari 2021**, emitido em 03/09/2021, assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2.200-2/2001, do qual consta os seguintes números:

- ✓ 6.366 (seis mil, trezentos e sessenta e seis) exemplares de livros, registrado no Livro Tombo;
- ✓ 546 exemplares de livros extraviados;
- ✓ 219 livros doados;
- ✓ 5.601 (quatro mil trezentos e setenta e três) exemplares de livros no acervo da biblioteca IFAM-Coari;
- ✓ CD-121-Multimeios;
- ✓ DVD-252-Multimeios.

Os multimeios são importantes para a dinâmica e inovação metodológica de ensino, isso facilita a aprendizagem e conseqüentemente torna-se as aulas mais atraentes e estimuladoras no âmbito educacional.

➤ Acervo Bibliográfico na Área de Administração

QUADRO 14: ACERVO BIBLIOGRÁFICO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	TÍTULO DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	5
2	EMPREENDEDORISMO	6
3	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5
4	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	1
5	EMPREENDEDORISMO DECOLANDO	2
6	EMPREENDEDORISMO NA VEIA	2
7	PRINCIPIOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	5
8	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO	5
9	GESTÃO DE PESSOAS	4
10	PSICOLOGIA NAS ORGANIZAÇÕES	6
11	PSICOLOGIA PARA ADMINISTRAÇÃO	6
12	ADMINISTRAÇÃO DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL	5

13	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	9
14	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	6
15	TOMADA DE DECISÃO NA ORGANIZAÇÃO	1
16	TRATAMENTO DE EFLUENTES E CURTUMES	1
17	PLÁSTICO BEM SUPÉRFLUO	1
18	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	1
19	ORGANIZAÇÃO, SISTEMA E MÉTODOS VOLUME 1	6
20	ORGANIZAÇÃO, SISTEMA E MÉTODOS VOLUME 2	8
21	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3
22	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8
23	TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO APLICADA	2
24	GESTÃO EMPRESARIAL	4
25	GERENCIAMENTO DE PROJETO	8
26	GESTÃO DE PROJETOS	6
27	GERENCIAMENTO DE PROJETOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6
28	QUALIDADE AMBIENTAL ISO 14000	4
29	ISO 8000	4
30	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO	10
31	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES	10
32	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO 2ª ED	7
33	PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE PRODUÇÃO	19
34	GERENCIAMENTO DE CADEIRA E SUPRIMENTOS	12
35	LOGÍSTICA EMPRESARIAL	6
36	LOGÍSTICA E GERENCIAMENTO DE CADEIA	4
37	MARKETING DO SÉCULO XXI	9
TOTAL		207

27.2.3 Automação Do Acervo

A Biblioteca do IFAM/Coari utiliza o software de automação do acervo Gnuteca (software livre), que possibilita o acesso *online* ao catálogo do acervo, para consultas pelos usuários. O software pode ser acessado pelo link <http://gnuteca.ifam.edu.br/>.

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) disponibiliza, aos servidores e discentes, acesso à plataforma digital Minha Biblioteca, para acesso a e-books. A plataforma é composta por 15 editoras e 38 selos editoriais com acesso a mais de 12 mil títulos em português para a comunidade acadêmica, com acesso simultâneo. A plataforma pode ser acessada pelo o link <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/biblioteca/minha-biblioteca>

A biblioteca do IFAM/Coari tem acesso à Associação Brasileiras de Normas Técnicas – ABNT. A ABNT é responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (ABNT NBR), elaboradas por seus Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE). O serviço é disponível a todos os discentes e servidores do IFAM. O acesso à plataforma da ABNT ocorre através do link

(<http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/biblioteca/noticias-1/aceso-as-normas-da-abnt/view>).

O Repositório Institucional do Instituto Federal do Amazonas possui o objetivo de reunir, organizar e disponibilizar a produção técnica e científica, contribuindo assim para o livre acesso às informações produzidas no Instituto e voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A plataforma está disponível mediante o link http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/?locale=pt_BR.

27.3 EQUIPAMENTOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

As atividades desenvolvidas em laboratórios buscarão complementar a produção do saber através de distintos contextos de aprendizagens, indispensáveis para o ensino das habilidades previstas no curso. Para manutenção dos laboratórios de ensino o IFAM/CCO irá disponibilizar dois (2) Técnicos de Laboratório de Informática e dois (2) Técnicos em Tecnologia da Informação. Entendendo que a atividade científica e pedagógica numa instituição de ensino superior deve fornecer condições para que a formação de seus discentes esteja pautada na formação integral destes futuros profissionais, o curso Bacharel em Administração do IFAM/CCO conta com os espaços necessários para a realização de suas atividades.

27.4 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O IFAM/CCO possui nas suas estruturas físicas os equipamentos de segurança determinados pelas Normas Regulamentadoras, que disciplinam a matéria. O Instituto conta em seu quadro funcional com um (1) Técnico de Segurança do Trabalho. Os equipamentos, a seguir demonstrados, estão distribuídos no Campus, de forma a propiciar o imediato acesso, na hipótese de ocorrência de sinistros, que justifiquem o seu uso.

QUADRO 15 – EXTINTORES DE INCÊNDIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	EXTINTOR DE INCÊNDIO, TIPO PQM 06 KG, ABC	14
02	EXTINTOR DE INCÊNDIO, TIPO AGM 10 L	6

28 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

Forma e conteúdo são indissociáveis. Por esta concepção, os recursos e materiais didáticos pedagógicos, analógicos e/ou digitais devem estar garantidos e justificados no Projeto Político Pedagógico e em consonância com os ambientes virtuais multimídias e interativos, com a dinâmica pedagógica e com a garantia de efetivo acompanhamento pedagógico dos discentes pelos profissionais da educação. Para as disciplinas ofertadas na modalidade a distância, estão previstas a elaboração e a organização dos seguintes materiais, os quais estarão sustentados na Plataforma MOODLE:

- **Manual do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem:** guia de orientação para o uso do Ambiente Virtual de Ensino adotado no IFAM;
- **Caderno Didático,** com a denominação geral da disciplina, que será aquele norteador da utilização dos demais materiais (objetos de aprendizagem) para a visão panorâmica e contextualizada da temática da respectiva disciplina. Também constará de exercícios de aprendizagem individual e coletiva, especificando as que devem ser enviadas aos tutores para acompanhamento e avaliação. Quando for o caso, também serão associados vídeos relacionados aos temas e indicados no guia de estudos;
- **Videoaulas:** vídeos educativos nos quais o professor aborda os temas relacionados à sua disciplina, apresenta situações, processos, relatos, etc.;
- **Roteiros de Aprendizagem:** os Roteiros de Aprendizagem, preparados pelos professores, orientam os discentes nos estudos semanais. Nele, estão detalhadas, semanalmente, as leituras obrigatórias e complementares, os vídeos que devem ser assistidos e as atividades individuais e em grupos que devem ser realizadas;

De acordo com a necessidade, professores e tutores ainda podem utilizar outros recursos especiais para atendimentos individuais aos discentes ou a pequenos grupos. Esse conjunto de materiais estará disponível a cada discente, após matrícula nos respectivos componentes curriculares ministrados na modalidade a distância.

29 ATIVIDADES DE TUTORIA

Conforme a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, a tutoria é obrigatória para cursos a distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância. Segundo Landim (1997) “tutor é o elemento importante e indispensável na rede de comunicação que vincula os cursistas à instituição de ensino promotora do curso, pois, além de manter a motivação dos discentes, possibilita a retroalimentação

acadêmica e pedagógica do processo educativo (p.125).” O professor vinculado ao componente curricular atuará como tutor, sendo, exatamente, o professor que ensina a distância. Esta visão é reforçada pela mencionada Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, cujo parágrafo único do artigo 2º enuncia: *“Parágrafo Único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância”*.

A função do professor-tutor é solidificada mediante o diálogo, as orientações, o esclarecimento de dúvidas, os estímulos, as provocações e o acompanhamento dos discentes, fazendo-se presente na construção do conhecimento dos discentes, em que pese a distância física entre as partes.

A oferta de disciplinas na modalidade a distância é regida pelas normativas institucionalizadas do IFAM e estão relacionadas a inclusão de métodos e práticas de ensino e aprendizagem nas quais estão incorporados o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVA) e Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA) para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como encontros presenciais pelo(s) docente(s) do componente curricular e atividades de tutoria definidas nos regulamentos internos.

29.1. MEIOS UTILIZADOS NA TUTORIA

Para garantir o processo de interlocução permanente e dinâmico, a tutoria utilizará a rede comunicacional viabilizada pelos meios digitais, que permitirá a todos os discentes contar com apoio e informações relativas às disciplinas da modalidade a distância. A comunicação será realizada nas formas de contato discente-tutor e discente-discente, pelos meios digitais disponíveis.

Os sistemas de comunicação para o desenvolvimento da educação a distância precisam estar vinculados à popularização e à democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação, potencializadas em ambientes virtuais multimídias e interativos. É importante que as tecnologias, bem como as condições de acesso aos sistemas de telecomunicação, contribuam para a efetiva interatividade dos discentes com os recursos didáticos entre si e com outros atores que participem do processo de ensino e aprendizagem, para que eles possam “resolver com rapidez questões referentes ao material didático e seus conteúdos bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo” (BRASIL/MEC/SEED, 2007, p.11). Além disso, as tecnologias devem garantir oportunidades para o desenvolvimento de

projetos compartilhados, para o reconhecimento e o respeito em relação às diferentes culturas e para a construção do conhecimento (BRASIL/MEC/SEED, 2007).

Nesse sentido “o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação” e, por se constituir em indicador fundamental para a indução da qualidade na educação a distância, deve ser garantido o uso de qualquer meio tecnológico disponibilizado” (BRASIL /MEC/SEED 2007, p. 10).

Este PPC prevê as vias efetivas de comunicação e de interação, potencializadas em ambientes virtuais multimídias e interativos, sempre com efetivo acompanhamento pedagógico, entre todos os participantes do processo educacional, prevendo momentos de encontros presenciais e criando condições para diminuir a sensação de isolamento, apontadas como uma das causas da evasão e, sobretudo, de perda de qualidade no processo educacional na EaD. A frequência dos encontros presenciais será determinada pela natureza da área do curso oferecido e pela metodologia de ensino utilizada (BRASIL/MEC/SEED, 2007).

Os recursos dos meios digitais serão empregados para disseminar informações sobre as disciplinas, abrigar funções de apoio ao estudo, proporcionar acesso ao correio eletrônico, fóruns e “chats”, além de trabalhos cooperativos entre os discentes.

O "Ambiente Virtual de Aprendizagem" a ser desenvolvido na Internet será organizado, especificamente, para as disciplinas a serem ofertadas na modalidade a distância. Toda a comunicação e divulgação contará com o auxílio da Internet.

A videoconferência também será utilizada como ferramenta para a interlocução tutor-discente. A videoconferência permite não somente a interação entre os discentes situados na mesma sala remota, mas também em intersalas e com o professor-tutor.

Durante o semestre serão realizados dois encontros presenciais: um no primeiro e outro, no último mês. Nos quatro meses restantes, serão desenvolvidas quatro sessões de videoconferência, onde os professores/tutores poderão utilizar o espaço para interação com os discentes. Caso haja necessidade, a ferramenta será utilizada em outros momentos.

30 MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E DISCENTES

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de educação sem que os docentes e discentes necessitem estar no mesmo local e ao mesmo tempo. A dinâmica da EaD concretiza-se no envio e recebimento de mensagens e disponibilização de recursos didáticos específicos para este tipo de ensino, tais como, os livros acessíveis na versão digital, recursos audiovisuais

(videoaulas, webconferências, podcasts) disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), etc.

Os mecanismos de interação buscarão o diálogo mais intenso e constante entre as partes, visando a melhoria da qualidade da oferta e dos processos formativos, de maneira que se garanta a melhoria da formação e desempenho dos discentes. Nos termos propostos neste PPC, o professor vinculado ao componente curricular atuará como tutor.

Cabe ao professor-tutor a responsabilidade pelas atividades de ensino e de aprendizagem em curso. O professor-tutor atua formulando e construindo projeto de curso, programas, definição de conteúdos específicos e pedagógicos e mídias, em articulação com os gestores e equipe pedagógica. Além disso, seleciona materiais de apoio e aprofundamento teórico dos conteúdos, promove espaços de construção coletiva do conhecimento, bem como participa dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

O discente deverá ter acompanhamento pedagógico regular e acesso (por e-mail ou por outro meio apropriado) ao professor-tutor, possibilitando e garantindo eficaz interação das dinâmicas formativas, com a devida comprovação desta ação.

Referente ao currículo, os docentes devem selecionar e elaborar o conteúdo curricular, bem como definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares, que possibilitem diversificar as possibilidades de acesso ao mesmo currículo.

31 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

Na modalidade de Educação a Distância, toda a relação de ensino e aprendizagem requer o uso de material didático pedagógico, utilizando múltiplas linguagens: verbal, textual, hipertextual ou hipermediática. O material didático inclui as atividades pedagógicas e seus recursos (livro, texto, vídeo, áudio, imagem, entre outros), articulados com as dinâmicas formativas, cujas concepções e estratégias pedagógicas devem contribuir para a melhoria da formação do discente, que, por sua vez, deve ter assegurado seu acompanhamento pedagógico pelo professor e tutor, do mesmo modo a possibilidade de compartilhamento de sua formação com os colegas, a fim de contribuir para sua formação de qualidade, que propicie-lhe desenvolvimento cognitivo, crítico, ético e social do discente.

A logística de produção e disseminação dos materiais didáticos-pedagógicos será devidamente articulada, de forma que enriqueça sobremaneira os ambientes de aprendizado

(ambientes presenciais, virtuais multimídias e interativos), sempre com garantia de acompanhamento pedagógico do discente pelos profissionais da educação.

Assim, como os demais componentes do ambiente de ensino e aprendizagem, os recursos didáticos estarão coerentes com a proposta pedagógica e, sobretudo, terão por objetivo contribuir para a inclusão e, desse modo, estarão acessíveis a todos os discentes e profissionais da educação envolvidos com os processos formativos. Isso implica acessibilidade, portabilidade, navegabilidade, flexibilidade e, muitas vezes, redundância de oferta do mesmo material, por exemplo: um artigo pode ser simultaneamente distribuído em formato HTML, PDF, áudio-podcast e impresso, para garantir o acesso a todos os discentes.

Para ser acessível, um vídeo deve ter legendas opcionais para deficientes auditivos, por exemplo. Outra possibilidade é que o material pedagógico também seja visualizado mediante vídeos com mensagem em língua de sinais.

Os ambientes virtuais multimídias e interativos, sempre com acompanhamento pedagógico, à semelhança dos momentos presenciais de aprendizagem, propiciarão a navegação de softwares específicos para deficientes visuais e pessoas com baixa visão. Isto inclui a audiodescrição de imagens e vídeos, entre outros recursos. O IFAM investe na capacitação de equipes multidisciplinares envolvendo os professores e tutores para a produção de seus materiais e recursos didáticos, considerando os parâmetros de acessibilidade, as DCNs e os requisitos legais relativos a diversidade e acessibilidade.

Atualmente, as atividades de Educação a Distância no IFAM estão expandidas aos catorze *campi* e aos três campus avançados do Instituto. O Campus Coari é um Polo de Educação a Distância, do Sistema de Educação a Distância do IFAM. Na forma EAD, o Campus oferta curso de graduação de Física e Pedagogia e, também, curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica e curso de Pós-Graduação em História, Cultura Africana e Afro-brasileira.

32 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14084.htm>. Acesso em: 19 ago. 2021.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19674.htm> Acesso em 19 ago. 2021.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 sobre a incorporação de conteúdo que trate de ética e políticas de educação ambiental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que trata das atividades de tutoria.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 19 ago 2021.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> Acesso em: 31 jan. 2022.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 19 ago. 2021.

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2010, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior

no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192> Acesso em 31 jan. 2022.

_____. Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>> Acesso em 31 jan. 2022.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

_____. Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

_____. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

_____. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema.

_____. Resolução nº 02-CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e dá outras providências.

_____. Resolução nº 29-CONSUP/IFAM, de 04 de novembro de 2011, que estabelece os Procedimentos e Critérios para a distribuição da Carga Horária dos Docentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas de que trata o Anexo ao Decreto nº 94.664 de 23 de julho de 1987, Portaria nº 475/87 e Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

_____. Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que aprova o Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

_____. Resolução nº 23-CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

_____. Resolução nº 49-CONSUP/IFAM, de 12 de dezembro de 2014, que disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

_____. Resolução nº 21-CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015, que aprova como Aporte Documental e Norteador para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, os formulários/modelos integrantes desta resolução e anexados nos autos do processo nº 23443.000410/2015-31.

_____. Resolução nº 22-CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015, que aprova as Normas que regulamentam a Composição e o Funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM que com esta baixa, conforme consta no processo nº 23443.000574/2015-69.

_____. Resolução nº 46-CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015, que aprova o Regulamento Interno das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, nos termos estabelecidos no Apêndice B, conforme texto votado e aprovado pelo colegiado que consta nos autos do processo nº 23443.002382/2015-97, que com esta baixa.

_____. Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

_____. Resolução nº 96-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, que aprova o Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

_____. Resolução nº 31-CONSUP/IFAM, de 23 de junho de 2017, que trata do Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

_____. Resolução nº 43-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017, que aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

_____. Resolução nº 66-CONSUP/IFAM, de 15 de dezembro de 2017, que aprova o Regulamento das Atividades Docentes e a Distribuição da Carga Horária Semanal da Docência no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Plano de Carreiras do Magistério Federal no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

_____. INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância - reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP, 2017.

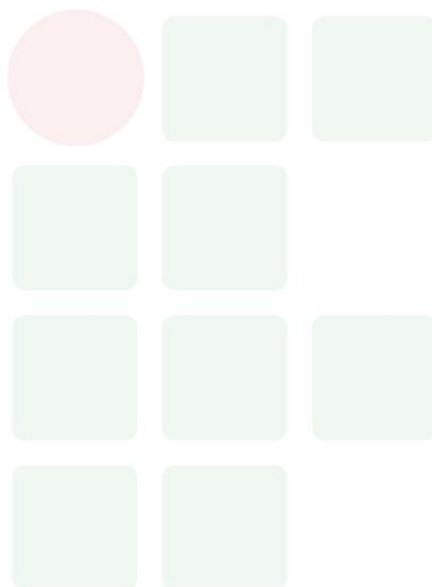
_____. Resolução CNE/CES Nº 7, DE 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.

_____. Nota Técnica Nº 01- PROEN/IFAM, de 20 de setembro de 2018, que estabelece um documento norteador, exigido nas avaliações do MEC para padronização e formalização dos

procedimentos para a formação e desenvolvimento de coleções nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio de diretrizes recomendadas, respeitando-se as peculiaridades de cada biblioteca, possibilitando a interação e facilitando o compartilhamento de soluções.

_____. Resolução N° 161-CONSUP/IFAM, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

_____. Resolução N° 174-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019, que aprova as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.



ANEXOS: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS**ANEXO 1: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO PRIMEIRO PERÍODO**

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		HUDINILSON KENDY DE LIMA YAMAGUCHI	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
Introdução à Pesquisa Científica e Tecnológica. Normatização do Documento Científico. Classificação da Ciência e da Pesquisa. Pesquisa Bibliográfica. Planejamento da pesquisa. Utilização da Internet na Pesquisa Científica. Busca de dados em base de dados de patentes. Metodologia de Pesquisa. Manejo de Ferramentas úteis para apresentações em público. Normas da ABNT e Redação científica.			
OBJETIVO GERAL			
Desenvolver conhecimentos acerca dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento dos princípios norteadores da pesquisa científica e a aplicação do método científico para a resolução de problemas e desenvolvimento dos conteúdos relacionados a formação humana integral do bacharel em Administração, buscando fundamentação nos guias da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. 317 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre Cinco Abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.			
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 315p. ISBN: 978-85-224-5758-8.			
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.			
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
WAZLAWICK, Raul Sidnei. Metodologia de pesquisa para ciência da computação. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		IRACEMA RAMOS MARTINS	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA PORTUGUÊS APLICADO À ADMINISTRAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Habilidades de leitura e interpretação crítica de diversos gêneros textuais informativos e acadêmicos. Produção de textos bem estruturados, coesos, coerentes com argumentações consistentes. Desenvolvimento da comunicação oral. Estudo do uso da língua padrão.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Formar leitores competentes capazes de interpretar e produzir textos coesos de acordo com a língua padrão nas diversas situações de comunicação.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ABAURRE, Maria Luiza M. Pontara, Marcela. Gramática: texto, análise e construção de sentido. Editora Moderna, 2006. CEREJA, William Roberto. Gramática: texto, reflexão e uso. São Paulo: Atual, 2012. DEMAI, Fernando Melo. Português Instrumental. Editora Érica, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>GARCEZ, L.H.C. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever; São Paulo: Martins Fontes, 2004. GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: Aprenda a Escrever, Aprendendo a Pensar; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lubia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: para os cursos de contabilidade, economia e administração. São Paulo: Atlas, 2000. SARMENTO, Leila Lauer. Português: literatura, gramática produção de texto/Leila Lauer Sarmento, Douglas Tufano. São Paulo: Moderna, 2010.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO I		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
Bases históricas. Abordagens clássica, humanista e organizacional. Novas configurações organizacionais. Organização. Planejamento. Direção: comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade.			
OBJETIVO GERAL			
Formar uma visão crítica sobre a evolução do pensamento administrativo, seus principais teóricos e suas principais contribuições na formação dos conceitos da administração e entender, para atuar profissionalmente, o ambiente econômico e de responsabilidade ética, social e ambiental com o qual interagem as organizações na atual na fase “da globalização e de competitividade de mercados”.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Makron, 2003.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da escola científica e competitividade. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CHIAVENATO, Idalberto, A Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>DRUCKER, Peter. Introdução a administração. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.</p> <p>MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas de Gouveia. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira. 2005.</p> <p>ROBBINS, Stephen Paul. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva. 2005.</p> <p>STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. São Paulo: Prentice. 1982.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		HEDVAN FERNANDES PINTO	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA INFORMÁTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	-	

EMENTA

Tecnologia dos sistemas de informação: o hardware e o software. Utilização Básica de Sistemas Operacionais. Utilização de softwares na elaboração e apresentação de projetos, relatórios organizacionais e planilhas eletrônicas. Internet e Intranet. Aspectos de Segurança. Tecnologias emergentes. O impacto da tecnologia nos indivíduos e na sociedade em geral.

OBJETIVO GERAL

Apresentar uma visão geral de conceitos básicos de informática e sistemas computacionais, para possibilitar ao discentes o correto uso e aplicação de sistemas informatizados pertinentes à área de Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORNACCHIONE JR.; Edgard B. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALBERTIN, Alberto Luiz. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática - Novas aplicações com microcomputadores. Ed. McGraw Hill.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NORTON, Peter. Introdução à Informática. Ed. Makron Books.

LAMBERT, Joan. Microsoft Office 2016 Step by Step. 1 Ed. Microsoft Press, 2015.

STAIR, Ralph M. Princípios de Sistemas de Informação - Uma Abordagem Gerencial - LTC Editora.

STUART, Brian. Princípios de sistemas de operacionais: Projetos e aplicações. 1 Ed. Cengage Learning. 2010.

BRUNI, Adriano L; PAIXÃO, Roberto B. Excel Aplicado À Gestão Empresarial. 2 Ed. Atlas. 2011.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		GISELE MELO UCHÔA	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA FUNDAMENTOS DE ECONOMIA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

A economia de mercado, origens e destino da produção. A circulação em uma economia de mercado. As relações econômicas internacionais. O setor público. O sistema financeiro. A unidade produtora, sua inserção no sistema. Repartição e apropriação do produto social. Economia local e seus arranjos produtivos.

OBJETIVO GERAL

Instigar o interesse pelos problemas econômicos, possibilitando a familiarização com as teorias econômicas, mostrando a interação e aplicabilidade da disciplina no contexto econômico atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin; OLNEY, Martha. Princípios de Economia. Elsevier. 2010.

MANKIW, N.G. Introdução à Economia. (Tradução da 3ª ed). São Paulo: Thomson Learning, 2009.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia equipe de professores da US. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 2012.

PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. Princípios de Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed., 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2015.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald J. Introdução à economia. São Paulo: McGraw- Hill do Brasil, 1985.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		ANTÔNIO ROBERTO DE DEUS CARVALHO	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA MATEMÁTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Equação do primeiro e segundo grau; Plano cartesiano; Função do primeiro grau; Função do segundo grau; Máximo e Mínimo da função do segundo grau; Função exponencial; Função logarítmica; Introdução a Limite, Derivada e Integral; Problemas de aplicação.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver no discente a capacidade de relacionar os conteúdos matemáticos com as mais diversas áreas da administração a fim de proporcionar um entendimento mais profundo nas disciplinas específicas do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IEZZI, Gelson. Fundamentos da Matemática Elementar 1. São Paulo: Editora Atual, 2004.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIOVANNI, José Ruy. Matemática fundamental 360º volume 1. São Paulo: FTD, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ÁVILA, Geraldo S. S. Cálculo das Funções de uma Variável. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática contexto e aplicações 1. São Paulo: Ática, 2016.

STEWART, James. Cálculo volume 1. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IEZZI, Gelson. Fundamentos da Matemática Elementar 2. São Paulo: Editora Atual, 2004.

THOMAS, George Brinton. Cálculo. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2008.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA CONTABILIDADE BÁSICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	

EMENTA

Conceito e Evolução da Contabilidade (objeto, usuários e campo de atuação). Contas patrimoniais e de resultado. Regimes contábeis (caixa e competência). Constituição de Empresas. Plano de contas. Escrituração: Livros contábeis, contas, método das partidas dobradas, lançamentos contábeis, Balancete de Verificação, apuração do resultado e encerramento do exercício. Operações típicas de empresas comerciais (inventário periódico e permanente). Características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Demonstrações Contábeis.

OBJETIVO GERAL

Compreender que a Contabilidade é uma ciência social, que estuda o patrimônio das entidades, com objetivo de fornecer informações financeiras para a tomada de decisão e funcionamento das organizações.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Contabilidade Básica. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Curso de Contabilidade para não Contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion. – 8. ed. – [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária / Clóvis Luís Padoveze. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez, 1948-Contabilidade Básica/Paulo Viceconti, Silvério das Neves.-16.ed.rev.e atual.-São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6.404/76 (10.303/01 e 11.638/07). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade. 6.ed. 2010.

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. da C. Contabilidade introdutória: descomplicada. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2011. 210 p. CTAN. (657 / C957c / 4.ed.).

IUDÍCIBUS, Sérgio de Introdução à teoria da contabilidade: para graduação / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion, Ana Cristina de Faria. – 6. ed– [2. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2018.

LACOMBE. F. J. M.; RIBEIRO O.M. Gestão e controle do patrimônio: a contabilidade prática. São Paulo: Saraiva, 2013.

ANEXO 2: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SEGUNDO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		CLÁUDIO AFONSO PERES	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA INTRODUÇÃO À FILOSOFIA E ÉTICA PROFISSIONAL		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	-	
EMENTA			
<p>História da Filosofia. História da Ética. Reflexão Filosófica. Pensamento Racional. Os valores. Moral e ética. Caráter histórico e social da moral. Dever e liberdade. O compromisso moral. Ética Aplicada. As teorias de Piaget e Kohlberg. A construção da personalidade moral. A liberdade incondicional e o livre arbítrio. Ética e liberdade. Teorias éticas. A Conduta humana e a conduta profissional, Ética, trabalho e cidadania. Reflexão acerca da ética contemporânea. Aspectos filosóficos do exercício profissional na área da administração. Ética Profissional.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Apresentar e discutir as noções básicas sobre filosofia, ética e moral na sociedade, considerando as compreensões históricas dessas categorias e os temas relacionados visando contribuir com a formação do profissional bacharel em administração e auxiliar em sua vivência na atividade profissional futura.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução da 1 edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosoi; revisão da tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti – 4 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: Introdução à filosofia. Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins-3ed. – São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>SÁNCHEZ Vásquez, Adolfo. Ética. Barcelona: Editora Crítica, 1984.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>TORRES, J. C. B. Manual de Ética - Questões de ética teórica e aplicada. 1. ed. Petrópolis e Caxias do Sul: Vozes e EDUCS, 2014.</p> <p>COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirn. Fundamentos da Filosofia. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>VAZ, Henrique C. De Lima. Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Iniciação à Filosofia. Ática, 2014.</p> <p>ARISTÓTELES. Ética a Nicomâco, São Paulo: Martin Claret, 2001.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		EZEQUIEL DE SOUZA	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	

EMENTA

Sociologia como ciência. Conceitos básicos de Sociologia. Sociologia aplicada à Administração. Estrutura e organização social. Mudanças sociais. Cultura organizacional. Interação e grupos sociais nas organizações. Estratificação e mobilidade social nas organizações. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Mudança Organizacional e Sociedade.

OBJETIVO GERAL

Compreender o conhecimento sociológico como instrumento de análise da realidade social e como suporte teórico para o campo da administração, proporcionando capacidade crítica e analítica para o enfrentamento de diferentes situações e problemas presentes no ambiente organizacional.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Sociologia Aplicada à Administração. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. Sociologia aplicada à administração. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
DIAS, Reinaldo. Sociologia das Organizações. 2 ed. 2ª. impr. São Paulo: Atlas, 2012.
LAKATOS, Eva Maria. Sociologia da administração. São Paulo: Atlas. 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro. Sociologia Aplicada à Administração. 2 ed. 9ª reimp. São Paulo: Atlas, 2003.
FLERY, Maria Tereza. FISCHER, Rosa Maria (orgs.). Cultura ou poder das Organizações. São Paulo. Atlas, 1992.
PRESTES MOTTA, F.C. Teoria das organizações: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
TRAGTENBERG, M. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Cortez, 1989
WEBER, Max. Fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, E. (Org) Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO II		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO I
48	12	-	

EMENTA

Controle e coordenação. As funções administrativas frente às novas tendências. Sistemas organizacionais. Organizações de aprendizagem. Processos organizacionais. Desempenho organizacional. Estratégias organizacionais. Relações interorganizacionais e ambiente. Gestão organizacional frente aos novos paradigmas.

OBJETIVO GERAL

Apresentar as teorias administrativas complementares às apresentadas em TGA I, fornecendo uma visão macro da organização e sua relação com o ambiente que o circunda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Makron, 2003.
 MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da escola científica e competitividade. São Paulo: Atlas, 2004.
 MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto, A Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
 DRUCKER, Peter. Introdução a administração. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
 MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas de Gouveia. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira. 2005.
 ROBBINS, Stephen Paul. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva. 2005.
 STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. São Paulo: Prentice. 1982.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	

EMENTA

O direito: origens, conceitos e definições. Direito público. Noções. Leis. Constituição. Administração pública. Nacionalidade e cidadania. Direitos e garantias individuais. Direito privado. A codificação civil. Sujeitos de direito. Pessoas: naturais e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Domicílio e residência. Bens. Noção geral de obrigações.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o discente de Administração com o embasamento jurídico necessário ao exercício profissional, tendo em conta que as questões jurídicas são variáveis impostas para a tomada das decisões empresariais, dando-lhe pré-requisito para as outras disciplinas jurídicas do curso.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados às Instituições de Direito Público e Privado. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Gen - Forense, 2020.
- GRILLO, Marcelo Gomes Franco. Instituições de direito público e privado. 1. ed. São Paulo: Gen - Atlas, 2020.
- MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 24 out. 2020.
- DOWER, Néelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Introdução ao estudo do direito: teoria geral do direito. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2015.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. V. 1, 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de direito público e privado. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		GISELE MELO UCHÔA	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA
48	12	20	

EMENTA

Desafios de Política Econômica na 1ª República. A Decadência do Modelo Agrário - Exportador e a Industrialização Substitutiva de Importações. Mudanças Socioeconômicas, Políticas e Demográficas Estruturais. O Pós -Guerra e o Plano de Metas. Golpe e Regime Militares: reformas, milagre econômico e os choques externos. Endividamento Externo e Aceleração Inflacionária. Os Planos de Estabilização e a Constituição Cidadã. Privatizações. O Tripé Macroeconômico, o Boom das Commodities e a Inclusão Social. Crise Fiscal, Recessão e Retrocessos.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar a aquisição de uma visão crítica e capacidade analítica acerca da história econômica contemporânea brasileira.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Economia Brasileira Contemporânea. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABREU, M.P. org. A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica na República. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GIAMBIAGI, F. e A. VILLELA. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Ed. Campus. 2005.
- GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Ed. Atlas. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABREU, M. A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 2014.
- BACHA, E. e DE BOULLE, M.B. org. O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2015.
- BAER, W. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV.1985.
- MELLO, J.M.C. Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8.ed. São Paulo: Brasiliense. 1990.
- TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		OSVALDO ANTÔNIO RIBEIRO JÚNIOR	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA MATEMÁTICA FINANCEIRA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	MATEMÁTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO
48	12	20	

EMENTA

Conceitos matemáticos. Razões e proporções. Regra de sociedade. Regra de três. Porcentagem. Juros simples e sua aplicação. Descontos simples. Juros compostos e sua aplicação. Descontos compostos. Capitalização e sistemas de amortização. Anuidades e empréstimos. Valor do dinheiro no tempo: valor futuro e valor presente.

OBJETIVO GERAL

Fornecer conceitos e análise financeiras, bem como aprimorar o pensamento matemático, aplicando tais conceitos a administração, auxiliando assim na tomada de decisão.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Matemática Financeira. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATHIAS, W. F. & GOMES, J. M. Matemática Financeira. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, André L. C. da. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2005.

CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Financeira Fácil. 14ª Ed. Editora Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANCO, Anísio Costa Castelo. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Thomson, 2002.

BRUNI, Adriano Leal & Fama, Rubens. Matemática Financeira. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Gustavo Faria de. Matemática financeira descomplicada: para os cursos de economia, administração e contabilidade. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. Matemática financeira aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA CONTABILIDADE DE CUSTOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	CONTABILIDADE BÁSICA
48	12	20	
EMENTA			
Contabilidade Financeira X Contabilidade Gerencial X Contabilidade de Custos. Conceitos de custos: custos, despesas e investimentos. Classificação dos custos. Sistemas de custeio. Materiais. Mão de obra e Gastos Gerais de fabricação. Sistema de inventário Periódico e Permanente. Custos Indiretos de Fabricação (CIF). Custo Departamental. Custeio baseado em atividades (ABC), custo padrão, custeio direto e margem de contribuição. Ponto de equilíbrio e fixação do preço de venda.			
OBJETIVO GERAL			
Proporcionar aos discentes conhecimentos sobre a análise da estrutura de custos de uma atividade empresarial e ao final do semestre o discente estará capacitado para tomar decisões estratégicas envolvendo os custos e identificar problemas ou oportunidades para sugerir soluções nas atividades empresariais.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Contabilidade de Custos. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 11ª edição (livro texto), editora Atlas, 2015. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 11ª edição (livro de exercícios), editora Atlas, 2015. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos – 5ed. São Paulo: Saraiva 2018. SILVA, Raimundo N., LINS, Luiz Santos. Gestão de Custos - Contabilidade, Controle e Análise, 4ª edição. Atlas, 04/2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CREPALDI, S. A. Curso de Contabilidade de Custos. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Curso de Contabilidade para não Contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion. – 8. ed. – [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2019. LEONE, George Sebastião Guerra. Curso de contabilidade de custos. 4ª. Edição, editora Atlas, 2010. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos Fácil. 9ª edição, editora Saraiva, 2014. STOPATTO, Mauro. Contabilidade de Custos Simplificada e Interativa - Uma Abordagem Gerencial. 1. ed. – São Paulo: Atlas 2020.			

ANEXO 3: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO TERCEIRO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO	DISCIPLINA		CÓDIGO
3º	MARKETING		
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
Marketing nos dias atuais, tipos de marketing, atividades de marketing, o profissional de marketing, mercado, segmentação, demandas, composto de marketing, ciclo de vida do produto, mix de comunicação, merchandising, necessidades e desejos, comportamento do consumidor, trade marketing, o processo de compras, marketing estratégico, fidelização, vendas, pesquisas de marketing, plano de marketing.			
OBJETIVO GERAL			
Capacitar o discente nas atividades de marketing, de modo a levá-lo a compreender a importância estratégica de sua aplicação no contexto empresarial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
COBRA, Marcos. Administração de vendas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
LAMB, Charles W.; HAIR JUNIOR, Joseph F.; MCDANIEL, Carl. MKTG. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Ediouro, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
DIAS, Sérgio Roberto. Pesquisa de Mercado. Campinas: Saraiva, 2012.			
RIVA, João et al. Marketing Promocional: um olhar descomplicado. São Paulo: Cengage Learning, 2013.			
SCHIFMAN, Leon G. Comportamento do Consumidor. Rio de Janeiro: LTC, 2000.			
SIMONETTI, Sérgio. Trade marketing: estratégias e práticas para o ponto de venda. Curitiba: Juruá, 2009.			
SKACEL, Robert K. Plano de Marketing. São Paulo: Nobel, 2006.			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		OSVALDO ANTÔNIO RIBEIRO JÚNIOR	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Natureza e Fundamentos do Método Estatístico; Fases do trabalho Estatístico; Apresentação Estatística; Tabelas, gráficos, expositivas (descritiva/analítica); técnicas de Amostragem; Distribuição de frequência: gráficos, medidas de variação; Assimetria e Curtose.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o pensamento estatístico, bem como sua percepção, em problemas aplicados a administração, auxiliando assim na tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. e TOLEDO, G. L. Estatística Aplicada. São Paulo: Atlas. 1976.
NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. Curso básico de estatística 12.ed.- São Paulo: Ática, 2009.
SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e estatística. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 5.ed. rev.. Florianópolis: UFSC, 2002. 340 p. il.
CRAMER, Harald. Métodos matemáticos de estatística. Madrid: Aguilar, 1968.
FELLER, William. Introdução à teoria das Probabilidades e suas aplicações São Paulo: Edgard Blucher, 1976.
MILONE, Giuseppe; Angelini, Flavio. Estatística geral. São Paulo: Atlas, 1993.
STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Harbra, 2001.
VIEIRA, Sonia. Bioestatística: tópicos avançados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO II
48	12	-	
EMENTA			
<p>Processos organizacionais, a função de O.S&M, organização, sistemas, métodos, organização formal e informal, burocratização e desburocratização, hierarquia, níveis administrativos, autoridade, departamentalização, descentralização, estruturas organizacionais, organograma, fluxograma, cronograma, análise administrativa, processos empresariais, formulários, layout, manuais de organização, arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, reengenharia, mudança organizacional. Terceirização.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Apresentar os fundamentos organizacionais, métodos e técnicas de organização, de sistemas e métodos, visando entender a estrutura e os processos organizacionais para otimização das empresas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARAUJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. Vol. 1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ARAUJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. Vol. 2. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização Sistemas & Métodos - 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>BARBARA, SAULO. Gestão por processos. São Paulo: Qualitmark, 2006.</p> <p>D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: atlas, 2001.</p> <p>HAMMER, Michael e CHAMPY, James. Reengenharia. Rio de Janeiro: Campus, 1994.</p> <p>VASCONCELOS; HEMSLEY. Estruturas das organizações. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
48	12	-	
EMENTA			
Fundamentos e princípios do Direito do Trabalho. Sujeitos da relação de emprego: empregador e empregado. Relação de trabalho e relação de emprego. Contrato de trabalho. Elementos do Contrato de Trabalho. Alteração, suspensão, interrupção e extinção do contrato de trabalho. Proteção da relação de emprego. Estabilidade. FGTS. Salário e remuneração. Dissídio individual. Dissídio coletivo.			
OBJETIVO GERAL			
O curso de Direito do Trabalho tem por objetivo a transferência de noções básicas das relações trabalhistas entre empregado e empregador de tal forma que sirvam de instrumento na gestão de pessoas. O curso deverá também apresentar noções de relações sindicais, envolvendo os conflitos coletivos de trabalho e formas de solução, capacitando o administrador para participação em negociações coletivas de trabalho. O conteúdo básico diz respeito à legislação trabalhista.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm > Acesso em: 24 out. 2020.			
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2013.			
DIAS, Ricardo R. Direito do Trabalho. 7ª edição. Ed. Método, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em: 24 out. 2020.			
CHIAVENATO, Idalberto. Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho: como reter talentos na organização. 6. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.			
LAZARI, J. B. PEREIRA DE CASTRO, C.A. Manual do Direito Previdenciário. Editora Forense. 21ª ed. 2018.			
MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2013.			
MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.			
ROMAR, C. T. M; LENZA, P. Direito do Trabalho Esquematizado. Saraiva. 5ª ed. 2018.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
Visão geral da Administração Financeira. Análise das Demonstrações Contábeis. Análise Financeira, Análise patrimonial. Análise Econômica. Desempenho Operacional e Alavancagem. Planejamento e controle financeiro.			
OBJETIVO GERAL			
Dotar os discentes de conhecimentos teórico e práticos da administração financeira, enfocando a importância da análise econômico-financeira das demonstrações contábeis para dá suporte às organizações no processo de tomada de decisão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial / Masakazu Hoji. – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.			
HOJI, Masakazu. Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal / Masakazu Hoji. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.			
MEGLIORINI, Evandir. Administração financeira: uma abordagem brasileira / Evandir Megliorini, Marco Aurélio Vallim Reis da Silva. -- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.			
WARREN, Carl S. Contabilidade Gerencial/Carl S.Warren, James M.Reeve, Philip E.Fess;2.ed.São Paulo :Thomson Learning, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ASSAF, Neto, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2021.			
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 14ª edição, São Paulo: Pearson, 2017.			
IUDÍCIBUS, Sérgio de Introdução à teoria da contabilidade: para graduação / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion, Ana Cristina de Faria. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.			
MENDES, Sérgio. Administração Financeira e Orçamentária - Teoria e Questões. 7ª edição. – São Paulo: Atlas, 2020.			
PADOVEZE, Clóvis Luis. Planejamento Orçamentário 3.ed.rev.e atual – São Paulo:Cengage Learnig, 2015.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		GISELE MELO UCHÔA	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA MERCADO DE CAPITAIS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	-	

EMENTA

Conceito, abrangência e características do mercado de capitais. Sistema financeiro nacional. Mercado financeiro. Dinâmica do mercado. Produtos financeiros. Mercados de ações e de futuros. Mercado de derivativos. Risco e retorno. Seleção de carteiras. Análise do risco de crédito.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao discente o conhecimento básico da estrutura do mercado financeiro e de capitais do Brasil, suas estruturas, funcionamento e a importância dos mesmos na conjuntura econômica e para o desenvolvimento do país, permitindo que o mesmo tenha habilidade para identificar no seu dia-a-dia os conceitos e conteúdo da disciplina transformando-os em ferramentas de gestão e de tomadas de decisões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. São Paulo: Atlas, 1999.

BMF&Bovespa; CVM. Mercado de valores mobiliários brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: CVM, 2014.

<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2004. xxvi, 624 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BMF&Bovespa; CVM. Mercado de derivativos no Brasil: conceitos, produtos e operações. 1ª Edição. Rio de Janeiro: CVM, 2015.

CAOQUETTE, John B; ALTMAN, Edward I; NARAYANAN, Paul. Gestão do risco de credito. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

CORRÊA, A.L. e RAÍCES, C. Derivativos Agrícolas. São Paulo: Globo, 2005.

HOJI, M. Administração Financeira e Orçamentária. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLAGI FILHO, A. e ISHIKAWA, S. Mercado Financeiro e de Capitais. São Paulo: Atlas, 2000.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	CONTABILIDADE DE CUSTOS
48	12	-	

EMENTA

Estrutura das demonstrações contábeis. análise econômico-financeira: análise vertical e horizontal, análise por índices e coeficientes: de liquidez, de rentabilidade, de endividamento, de atividade, prazos médios e de solvência; análise de lucratividade. Análise da Demonstração do fluxo de caixa.

OBJETIVO GERAL

Entender e analisar as demonstrações contábeis, visando extrair informações sobre o desempenho e a situação econômico-financeira das empresas para tomada de decisões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, S. Análise de balanços. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L.; e BENEDICTO, G. C. Análise das Demonstrações Financeiras. 3ª ed. São Paulo: Thomson. Cengage Learning.

SILVA A. A. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, A. A. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5ªedição São Paulo:Atlas 2017.

WARREN, Carl S. Contabilidade Gerencial/Carl S.Warren, James M.Reeve, Philip E.Fess;2.ed.São Paulo :Thomson Learning, 2008.

ANEXO 4: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO QUARTO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO	DISCIPLINA		CÓDIGO
4º	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL		
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	12	
EMENTA			
<p>Processos humanos nas organizações. Poder nas organizações e administração de conflitos. Bases de uma dinâmica de liderança eficaz e os estilos existentes. Tensão e conflito. Feedback. Funcionamento e desenvolvimento de grupos. O processo perceptivo e as diferenças individuais. As teorias de motivação e o nível de satisfação das pessoas. A dinâmica do relacionamento interpessoal. Ajustamento humano a produtividade.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Este curso tem como objetivo circunscrever e problematizar o objeto de estudo da psicologia, a fim de desenvolver a capacidade crítica e analítica do discente sobre o ser humano no contexto da administração de empresa e da gestão pública. Para tanto, pretende-se apresentar aos discentes a psicologia como ciência humana e como esta se constitui como conhecimento, a partir de seus métodos.</p>			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
<p>A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Psicologia Organizacional. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida. São Paulo: Zahar Editora, 2017.</p> <p>ROTHMANN, Ian. COOPER, Cary L. Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho. São Paulo: Elsevier, 2017.</p> <p>ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, José Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. DEJOURS, Christophe. Banalização da injustiça social. São Paulo: FGV Editora, 2011.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>GOULART, I. B. & SAMPAIO, J. R. (Orgs.) Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: Estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.</p> <p>ROBBINS, S. P. JUDGE, T. A. SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.</p> <p>SENNETT, Richard. O artífice. São Paulo: Record, 2016.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA GESTÃO DE PESSOAS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

A gestão de pessoas nas empresas, administração de recursos humanos e de pessoal, liderança, trabalho em equipe, desenho de cargos, recrutamento, seleção, treinamento, integração, desenvolvimento de pessoas, avaliação de desempenho, remuneração, benefícios, processo de manter pessoas, processos de monitorar pessoas, admissão de empregado, contrato de trabalho, carteira de trabalho e previdência social, jornada de trabalho, folha de pagamento, direitos e obrigações trabalhistas, punição disciplinar, desligamento de pessoal.

OBJETIVO GERAL

Compreender a importância da gestão de pessoas nas organizações, ensinando suas atividades de trabalho e a respectiva relevância para o sucesso organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: O capital Humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Marilene Luzia da. Administração de Departamento Pessoal. 9. ed. São Paulo: Érica, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. Desenvolvimento nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Remuneração, benefícios e relações de trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011.

MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Ed. Futura, 2003.

VERGARA, Sylvio Constant Vergara. Gestão de pessoas. 3.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		BRUNA APARECIDA MADUREIRA DE SOUZA	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	

EMENTA

Conceito de agronegócio. Elementos do agronegócio. Modos de produção na agricultura (Agricultura familiar, tradicional e moderna). Os processos atuais que caracterizam o agronegócio e suas redes de mercados. Complexo Agroindustrial. Sistema agroindustrial. Cadeias produtivas (carnes, pescado, frutas e grãos). Clusters. Arranjos produtivos.

OBJETIVO GERAL

Estudar os conceitos básicos do agronegócio, identificar historicamente os objetivos do agronegócio brasileiro, bem como o funcionamento do sistema econômico, conhecer noções básicas de mercado, discutir e analisar elementos básicos de um sistema econômico. Estudar as redes de mercados que se estabelecem entre indústria, agricultura e agroindústria.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Agricultura Familiar e Agronegócio. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013

CALLADO, A. A. C. Agronegócio. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA RIBEIRO, C. O.; WIDONSCK, C. A.; PALERMO, D. M.; REGO, R. M. F. Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira. 1ª ed São Paulo: Saint Paul, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATALHA, M. O. Gestão do agronegócio: textos selecionados. EDUFSCAR, 2019.

KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS. Tradução de Theón Amon. 7ª. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

JOSÉ NETO, J. Agricultura Familiar: Processos Educativos e Perspectivas de Reprodução Social. 1ª ed. Paraná: Appris, 2018.

ALVES, L. R. A.; BACHA, C. J. C. Panorama da Agricultura Brasileira. 1ª ed. Ribeirão Preto: Alínea, 2018.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; CALEMAN, S. M. Q. Gestão de sistemas de Agronegócio. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA DIREITO TRIBUTÁRIO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
48	12	-	

EMENTA

Evolução histórica do Direito Tributário. Princípios. Conceitos. Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Sistema Constitucional Tributário. Obrigação Tributária. Crédito Tributário e Lançamento. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Espécies de Tributos. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. Administração Tributária.

OBJETIVO GERAL

O discente deverá ser capaz de compreender o sistema tributário e seus aspectos jurídicos em toda a sua complexidade e extensão. O discente deverá possuir habilidades para gerenciar as obrigações tributárias a cargo das empresas. O discente deverá ser capaz de usar a legislação e jurisprudência para organizar, descrever e sistematizar as informações para a tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.

PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário: completo. 5. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro Rio de Janeiro: Gen, 2013. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 24 out. 2020.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

FREITAS, Vladimir Passos de. Código Tributário Nacional Comentado: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. Impostos: federais, estaduais e municipais. 8. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

SABBAG, Eduardo. Código Tributário Nacional comentado. 1. ed. São Paulo: MÉTODO, 2017.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I
48	12	12	

EMENTA

Decisões de investimentos e orçamento de capital. Administração de capital de giro; administração de disponibilidades, administração de valores a receber e administração de estoques. Financiamento a longo prazo.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o raciocínio crítico sobre temas da administração financeira de curto e longo prazo, bem como postura ética no processo de tomada de decisão.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Administração Financeira II. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial / Masakazu Hoji. – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

HOJI, Masakazu. Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal / Masakazu Hoji. – 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MEGLIORINI, Evandir. Administração financeira: uma abordagem brasileira / Evandir Megliorini, Marco Aurélio Vallim Reis da Silva. -- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

WARREN, Carl S. Contabilidade Gerencial/Carl S. Warren, James M. Reeve, Philip E. Fess. 2.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF, Neto, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2021

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 14ª edição, São Paulo: Pearson, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de Introdução à teoria da contabilidade: para graduação / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion, Ana Cristina de Faria. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Planejamento Orçamentário 3.ed.rev.e atual – São Paulo: Cengage Learnig, 2015

ROSS, Stephen A. Princípios de administração financeira. 2 ed.10.reimpr. – São Paulo, Atlas, 2011.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA GESTÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Evolução e conceitos de administração de materiais. Funções e objetivos da administração de materiais. Localização e alcance da Administração de Materiais nas organizações. Armazenamento de materiais. Gestão e controle de estoques. A função compras. A organização e o pessoal de compras. Compra na qualidade certa. Compra no preço certo. Fontes de fornecimento. Organizações alternativas para compras. Processo de negociação.

OBJETIVO GERAL

Fundamentar o discente de graduação com relação à importância da implementação da administração de materiais e recursos patrimoniais pelas organizações como meio de promover o desempenho, a competitividade e sustentabilidade das mesmas em um cenário de mudanças aceleradas. A disciplina também busca exercitar de forma objetiva e subjetiva o conteúdo aprendido em sala de aula e na prática, além de fortalecer o aprendizado de forma crítica e consciente em: Organizar e reorganizar a área de administração de materiais nas organizações; Gerenciar as unidades de compras e de armazenagem e movimentação de materiais; Implantar e utilizar métodos e instrumentos atinentes ao gerenciamento de estoques; Aplicação de codificação de Materiais; Colaborar no desenvolvimento e implantação de sistemas de informações gerenciais na área de administração de materiais; Importância e procedimentos de inventário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2005.

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de materiais. Rio de Janeiro: 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDES, Sandro. Licitações e contratos: teoria, jurisprudência e mais de 440 questões fundamentadas. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. Licitações e contratos da administração pública. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Lei nº 8.666/93: licitações, contratos, pregão, sistemas de registro de preços. Rio de Janeiro: Forum, 2008.

NOGUEIRA: Amarildo de Souza. Logística Empresarial: uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Adriana de Paula Lacerda; JUNGLES, Antônio Edésio. Como gerenciar as compras de materiais. São Paulo: Pini, 2008.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		ALEX PEREIRA DO CARMO	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA GESTÃO PÚBLICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	14	
EMENTA			
Estudo da administração pública brasileira, observando sua evolução. Estudo da organização do Estado e das Políticas Públicas e dos princípios constitucionais da Administração Pública nas diversas esferas da estrutura administrativa.			
OBJETIVO GERAL			
Compreender os fundamentos básicos e procedimentos da Administração Pública, analisando as possibilidades de melhorias nas políticas administrativas vigentes.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Gestão Pública. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2010. 280 p.			
DENHARDT, Rberto H. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 367 p.			
SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006. 156 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALONSO, Félix Ruiz; LÓPEZ, Francisco Granizo; CASTRUCCI, Plínio de Lauro. Curso de ética em administração: empresarial e pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 250 p.			
ARRUDA, Inaldo Araújo. Contabilidade pública: da teoria á prática. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FREIRE, Elias. Ética na administração pública. ed. 4. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			
JANNUZZI, Paulo de Martino. Especialização em gestão pública: indicadores socioeconômicos na gestão pública. Florianópolis: UFSC, 2010.			
SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. São Paulo: Atlas, 2011.			

ANEXO 5: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO QUINTO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO	DISCIPLINA		CÓDIGO
5º	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO		
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
Planejamento Tributário: Conceitos, objetivo e classificação; Elisão, evasão, fraude e sonegação fiscal; Sistema Simplificado de Tributação (Simples Nacional), Lucro Presumido, Lucro Real, Tributos Municipais. Apurações dos tributos Municipais.			
OBJETIVO GERAL			
Proporcionar aos discentes conhecimentos básicos relacionados ao cálculo dos tributos das esferas municipal, estadual e federal, suas principais obrigações acessórias com objetivo de auxiliar no processo de tomada de decisão no planejamento tributário.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática - Gestão Tributária Aplicada, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
FABRETTI, Lúdio Camargo et al. As micro e pequenas empresas e o Simples Nacional: tratamentos tributário, fiscal e comercial. São Paulo: Atlas, 2019.			
PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CREPALDI, Silvio Aparecido. Planejamento Tributário: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.			
FILHO, Edmar Oliveira Andrade. Imposto de Renda das Empresas. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
GUBERT, Paulo Andrez Pinheiro. Planejamento tributário: análise jurídica e ética – à luz da Lei complementar 104/200. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.			
MUNIZ, Érika Gadêlha; CHAVES, Francisco Coutinho. Contabilidade Tributária na Prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.			
SOUSA, Edmilson Patrocínio de. Contabilidade Tributária-Aspectos Práticos e Conceituais Atlas: 2018.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA GESTÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Introdução. Projeto. Planejamento e controle. Melhoria. Planejamento da produção. Manuseio de materiais. Análise do investimento. Controle de produção. Administração dos fluxos materiais e de produtos. Histórico. Conceitos e estrutura da administração de produção. Sistemas de produção. Planejamento e controle da produção. Desenvolvimento de novos produtos. Técnicas modernas de administração de produção. Manutenção industrial. Balanceamento da produção. Qualidade e produtividade. Tipos de Layout. Competitividade. Indicadores de Produção.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o discente para elaborar e administrar uma estrutura de produção de pequena complexidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2000, Capítulos 12 e 13.

SLACK, Nigel et alii. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2002, 2.ed.

STEVENSON, William J. Administração das operações de produção. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Henrique L. et alii. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II / ERP. São Paulo: Atlas, 1999.

DAVIS, Mark et alii. Fundamentos da administração da produção. Porto Alegre: Bookman, 2000 – Capítulos: 1, 2, 3, 4, 7, 9, 9s, 10, 11, 12, 13 e 16.

HEIZER, J.; RENDER, B. Administração de operações – bens e serviços. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

MARTINS, P; LAUGENI, F. Administração da produção. São Paulo: Pioneira, 1998.

MEREDITH, J.R.; SHAFER, S.M. Administração da produção para MBAs. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MOREIRA, Daniel. Administração da produção e operações. São Paulo: Thomson-Pioneira, 2000.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		ALEX PEREIRA DO CARMO	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Tipos e usos de informação. Sistema de Informação Gerencial. Sistemas de apoio à decisão. Sistemas especialistas. Desenvolvimento de indicadores de desempenho. Tecnologia da informação: uso estratégico e aplicação nos diversos subsistemas da empresa. Administração estratégica da informação. A informação como vantagem competitiva. Organizações virtuais. Comércio eletrônico. Profissionais de sistemas de informação. Segurança e questões éticas em sistemas de informação.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o discente para elaborar uma solução para o gerenciamento da informação com a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, Tadeu. Sistemas de Informações Gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI. São Paulo: Atlas, 2010.

LAUDON Kenneth C.; LAUDON Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais. 7.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na era da internet. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIO, S. R. et al. Sistemas de Informação: um enfoque gerencial. 2a edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

CARDOSO, Virginia; CARDOSO, Gisele. Sistema de Banco de Dados. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOINA, Paulo Rogério. Tecnologia de Informação: Planejamento e Gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KROENKE, David. Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Saraiva, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA DIREITO EMPRESARIAL		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
48	12	-	

EMENTA

História e fontes do direito comercial. Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial e seus aspectos. Registro de empresa. Nome empresarial. Preposto. Sociedades empresariais. Responsabilidade dos sócios e administradores. Propriedade industrial. Títulos de crédito.

OBJETIVO GERAL

A disciplina tem por objetivo a compreensão da sistemática e estruturação do direito empresarial no que diz respeito ao conceito, princípios formadores e características dos institutos e o respectivo tratamento jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLETO, Aline Cristina; ALBANO, Cícero Jose. Legislação e Organização Empresarial. Curitiba: Livro Técnico, 2010.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa, vol. 1 – 9ª ed. e vol. 2 – 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial–volume 1 – 29ª Edição e volume 2 – 31ª Edição – atualizada por Rubens Edmundo Requião – Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 24 out. 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. Novo Manual de direito comercial – Direito de empresa. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial - 11ª Ed: Atlas, 2016.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NIARADI, George. Direito Empresarial para Administradores. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005.

SANTA CRUZ, André Luiz. Direito Empresarial Esquematizado - 7ª Ed. 2017.

VADE MECUM - Civil e Empresarial – Saraiva. 2017.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	-	

EMENTA

Comportamento organizacional, o indivíduo, atitudes e satisfação no trabalho, emoções e sentimentos, personalidade e valores, percepção e tomada de decisão individual, motivação, o grupo, equipes de trabalho, comunicação, liderança, poder e política, conflito e negociação, sistema organizacional, cultura organizacional, clima organizacional, mudança organizacional, personalidade e sociedade, comportamento em grupo, cooperação na empresa, a psicologia na administração, satisfação no trabalho e comprometimento com a organização.

OBJETIVO GERAL

Entender o aspecto humano no contexto organizacional para compreender o comportamento das pessoas no ambiente de trabalho e assim oferecer subsídios para gestão de pessoas nas empresas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROBBINS, Stephen P., JUDGE, Timothy A., SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores: integrando teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCK, Peter. Comportamento Organizacional. São Paulo: Makron Books, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

BRAGHIROLI, Elaine Maria. Psicologia geral. 22.ed. Porto Alegre: Vozes, 1990.

DAVIDOFF, Linda L. Introdução a Psicologia. São Paulo: Ed. Pearson Makron, 2005.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. Organização e Poder. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		JACKSON MITOSO ALHO	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA GESTÃO DA QUALIDADE		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Aspectos básicos da Qualidade: ciclo PDCA, métodos de prevenção e solução de problemas: MASP, FMEA, FTA e 6 Sigma; Técnicas gerenciais: brainstorming, gráfico de Pareto, lista de verificação, estratificação, histograma, gráfico de dispersão, cartas de controle, plano de ação, gráfico de Gantt, SETFI, GUT, matriz de contingências; Normalização: normalização internacional, nacional e de empresas; normas básicas; elaboração de normas técnicas e especificações; aspectos básicos da qualidade industrial; análise da qualidade; normas básicas para planos de amostragem e seus guias de utilização; os critérios de excelência e os prêmios regionais e nacionais.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Dominar os fundamentos básicos da gestão da qualidade e aplicá-los na indústria de alimentos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>AGUIAR, Silvio. Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao programa seis sigma. Nova Lima: INDG, 2006.</p> <p>CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. GEROLAMO, Mateus Cecílio. Gestão da qualidade ISO 9001:2009: princípios e requisitos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SANTOS, Marcio Bambirra, Mudanças organizacionais: técnicas e métodos para a inovação. 2. ed. Belo Horizonte: Lastro, 2007.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Administração da qualidade e da produtividade: abordagem do processo administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>ECKES, G. A revolução dos seis sigmas: o método que levou a GE e outras empresas a transformar processos em lucros. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>HARRINGTON, H. J.; KNIGHT, A. A implantação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>SILVA, João Martins. O ambiente da qualidade na prática: 5S. Belo Horizonte: FCO 1996.</p>			

ANEXO 6: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SEXTO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		MÁRLON BRENDO COSTA SANTOS DA GRAÇA	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	10	
EMENTA			
Histórico do Movimento Ambientalista Global; Impactos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável; Agenda 21 Global e Brasileira; Gestão Ambiental Pública; Legislação e Licenciamento Ambiental no Brasil; Gestão de Recursos Naturais na Amazônia; Gestão de Espaços e Territórios – Consultoria, Certificação, Planejamento e Recuperação Ambiental; Educação Ambiental; Gestão Ambiental para Empresas; Marketing e Tecnologia da Informação Verde; Ecodesign e Produção Mais Limpa (P+L); Gestão Ambiental Doméstica.			
OBJETIVO GERAL			
Essa disciplina busca discutir a interação homem-natureza com foco em estratégias mitigadoras de impactos ambientais resultantes da relação entre o uso/apropriação dos recursos/espaços naturais e o desenvolvimento da sociedade humana a partir de perspectivas passadas, presentes e futuras, sempre evidenciando a função de gerência do gestor ambiental. Discussões que encorajem a formação de mentalidade crítica nos discentes quanto à ação, função e posição do ser humano no meio ambiente, bem como suas interdependências são pertinentes. Realizam-se atividades que centrem os discentes como gestores em situações-problema, além de visitas técnicas que mostrem a realidade de atividades econômicas e socioambientais ligadas ao uso, aproveitamento e gestão dos recursos naturais amazônicos.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Gestão Ambiental e Sustentável. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
Barbieri, J.C. 2016. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4ª edição. São Paulo, Saraiva. 312p. Bursztyn, M.A.A.; Bursztyn, M. 2013. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. 1ª edição. Rio de Janeiro, Garamond. 616p. Nascimento, L.F. 2012. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Departamento de Ciências da Administração, UFSC. CAPES: UAB. 148p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALMEIDA, F. 2012. Desenvolvimento Sustentável 2012-2050: visão, rumos e contradições. Rio de Janeiro, Editora Elsevier. 288p. BARRETO, C.; DRUMMOND, J.A.L. 2017. Strategic planning in Brazilian Protected Areas: uses and adjustments. Journal of Environmental Management, 200: 79–87. FEARNSIDE, P.M. 2016. Brazilian politics threaten environmental policies. Science, 353: 746–748. MELLO-THÉRY, N.A. 2011. Território e gestão Ambiental na Amazônia. São Paulo, Annablume. 200p. TEISSERENC, P.; GUERRA, G.A.D.; ROCHA, G.M.; MAGALHÃES, S.B. 2008. Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia. Belém, NUMA/UFPA. 329p.			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA LOGÍSTICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Primórdios da logística. Visão Estratégica da Logística. Distribuição Física de Produtos. Nível de Serviço ao Cliente. Gestão de Transportes. Modais de Transportes; Gestão de Armazenagem. Logística de Distribuição de Produtos. Tecnologia da Informação (TI) aplicada à Logística de Distribuição de Produtos. Logística Reversa. Embalagens. Logística de Supermercados. Logística Militar. Logística na Amazônia.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Abordar os principais aspectos e conceitos da logística a partir do enfoque integrado dos elementos que compõem a cadeia de suprimentos, caracterizando a importância do planejamento logístico para a administração da organização. Apresentar as facilidades logísticas que possibilita o estabelecimento dos canais de distribuição enfatizando o papel da TI como agente catalisador da eficiência dos sistemas de distribuição de produtos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: logística empresarial. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>BOWERSOX, Donald J; COPPER, M. Bixby. Gestão Logística de Cadeias de Suprimentos. São Paulo: Bookman, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CORONADO, Osmar. Logística Integrada: modelo de gestão. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati (Org.). Logística Empresarial: a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	12	

EMENTA

O processo empreendedor, tipos de empreendedorismo, o empreendedor, características empreendedoras, identificação de oportunidades, o mundo dos negócios, as micro e pequenas empresas, franquias, modelo de negócios, as startups, plano de negócios, fonte de recursos para empreendimentos.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente uma visão empreendedora ampla através de assuntos relacionados ao empreendedorismo para que os mesmos estejam preparados a abrir seu próprio negócio.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados ao Empreendedorismo e Inovação. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- OSTERWALDER, Alexander. Business Model Generation – Inovação em Modelos de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
- WILDAUER, Egon Walter. Plano de Negócios: Elementos constitutivos e processo de elaboração. São Paulo: Ibpe, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier- SEBRAE, 2014.
- CHIAVENATO, IDALBERTO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia compreensivo para iniciar e tocar sem próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo para Visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- TOLOTTI, Marcia; CAVALCANTE, Glauco. Empreendedorismo: decolando para o futuro. Rio de Janeiro: Elsevier-SEBRAE, 2011.
- PERIN, Bruno. A revolução das startups. Uberlândia: Alta Books, 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA DIREITO DO CONSUMIDOR		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
48	12	-	

EMENTA

Evolução histórica do Direito do Consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da responsabilidade nas relações de consumo. Das práticas e das cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes da relação de consumo. Das sanções administrativas. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do sistema nacional de defesa do consumidor e da convenção coletiva de consumo.

OBJETIVO GERAL

A disciplina tem por objetivo a compreensão da sistemática e estruturação do direito do consumidor no que diz respeito ao conceito, princípios formadores e características dos institutos e o respectivo tratamento jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor. SP: Atlas. 2012.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2011.
- RIZZATO NUNES, Luiz Antônio. Cursos de Direito do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 24 out. 2020.
- BONATTO, Cláudio. CDC – Cláusulas Abusivas. Porto Alegre. Editora Livraria do Advogado, 2004.
- CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - 27ª Ed. 2017 - Col. Saraiva de Legislação.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MORAIS, Ezequiel; PODESTÁ, Fábio Henrique; CARAZAI, Marcos Marins. Código de Defesa do Consumidor: comentado. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		GISELE MELO UCHÔA	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE NEGÓCIOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	10	
EMENTA			
Projeto e planejamento. Etapas do projeto. Análise de mercado. Localização. Escala do projeto. Financiamento. Análise financeira e viabilidade econômica. Avaliação de projetos sociais. Externalidade e efeitos ambientais. Riscos e incertezas.			
OBJETIVO GERAL			
Desenvolver conhecimento e habilidades importantes para a elaboração e análise de projetos de investimento, de viabilidade econômico-financeira, sociais e ambientais.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Análise de Viabilidade Econômica de Negócios. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 458 p.			
EHRlich, Pierre Jacques; MORAES, Edmilson Alves de. Engenharia econômica: avaliação e seleção de projetos de investimento. 6. ed. São Paulo: Atlas, c2005. 177 p.			
HIRSCHFELD, Henrique. Engenharia econômica e análise de custos: aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 519 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 272p.			
GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, c2004. xxviii, 745 p.			
LEMES JÚNIOR, Antônio B.; RIGO, Cláudio M.; CHEROBIM, Ana Paula, M. S.; Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			
MYERS, Stewart C. Financiamento e Gestão de Risco. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 479 p.			
REZENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D.; Análise Econômica e Social de Projetos Florestais. 2 ed.; Viçosa-MG: Ed. UFG, 2001.			





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA GESTÃO DE PROJETOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	
EMENTA			
<p>Conceitos básicos de gestão de projetos: objetivos, princípios, ciclo de vida e fases de um Projeto (inicialização, planejamento, execução, controle e encerramento); seleção de alternativas para elaboração inicial de um Projeto; formação de equipe, estrutura organizacional e matriz de responsabilidades para Projetos; planejamento do tempo, orçamentação, controle e análise de desempenho. Gerenciamento de equipes.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Fornecer ao discente conhecimentos básicos sobre gestão de projetos, enfocando os programas e atividades de gestão, a partir de recursos e técnicas administrativas para melhorias de resultados.</p>			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
<p>A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Gestão de Projetos. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>XAVIER, Carlos Magno da Silva. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>KEELING, R. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>ALDABÓ, R. Gerenciamento de projetos: procedimentos básicos e etapas essenciais. 1 ed. São Paulo: Artliber, 2001. 141 p.</p> <p>BRUCE, A.; LANGDON, K. Como gerenciar projetos. São Paulo: Publifolha, 2000. 71 p. (Série Sucesso Profissional.).</p> <p>CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de Projetos Empresarias. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>CARVALHO, M. D., & Rabechini Jr, R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos (5a. ed.). São Paulo: Atlas, 2019.</p>			

ANEXO 7: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SÉTIMO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		BRUNA APARECIDA MADUREIRA DE SOUZA	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	PORTUGUÊS APLICADO, METODOLOGIA CIENTÍFICA
16	4	-	
EMENTA			
Planejamento e organização das ações; elaboração de projetos de pesquisa, extensão e estágio; definição de metas e objetivos; revisão da produção científica; técnicas de elaboração de monografia e apresentação pública.			
OBJETIVO GERAL			
Aplicar e consolidar técnicas de pesquisa e observação. Capacitar o discente em relação aos aspectos teórico metodológicos apresentados durante o curso. Proporcionar complementação do ensino e da aprendizagem. Integrar teoria e prática, consolidando a formação intelectual e profissional do discente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo. Cortez, 2007.			
BERTUCCI, Jante Lara de Oliveira. Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de curso. Atlas, 2008. 124p.			
LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. Atlas, 2011.			
SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso (TCC): guia de Elaboração passo a passo. 1ª ed; Cengog Learning, 2010.			
OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer relatórios, monografias. 5 ed. Elsevier, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de projetos de pesquisa científica. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2007.			
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007.			
PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3ª ed. São Paulo: Respel, 2005.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		JACKSON MITOSO ALHO	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA COMÉRCIO ELETRÔNICO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
32	8	10	
EMENTA			
<p>Tecnologia da Informação e negócios. Conceitos de comércio eletrônico. Negócios eletrônicos e novos modelos de negócio. Sociedade e comércio eletrônico. Bases do comércio eletrônico. Vendas no Varejo no Comércio Eletrônico. Consumidores, mercado e propaganda no comércio eletrônico. Comércio eletrônico e a indústria de serviços. Comércio eletrônico business to business; business-to-consumer; consumer to consumer. Análise e projeto de sistemas de comércio eletrônico. Plataformas e sistemas para comércio eletrônico. Marketing na internet. Sistemas de pagamento eletrônico. Infraestrutura para o comércio eletrônico. Estratégia e implementação. Situação Atual e Tendências.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Apresentar os conceitos gerais sobre o tema comercio eletrônico, com ênfase nos fundamentos e conceitos ligados a mercados eletrônicos, nas tecnologias e questões de pesquisa relacionadas ao tema.</p>			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
<p>A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados ao Comércio Eletrônico. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio Eletrônico. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>CARDOSO, André Lima; ARAÚJO, Ricardo. Estratégia Digital. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.</p> <p>MEIRA, W.J.; MURTA, C.D.; CAMPOS, S.V.A.; NETO, D.O.G. Sistemas de Comércio Eletrônico - projeto e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 2002.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ALBERTIN, L.A. Comércio Eletrônico. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>GORDON, S., & Gordon, J. (2013). Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro, LTC.</p> <p>LORENZETTI, Ricardo L. Comércio Eletrônico. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo.</p> <p>TURBAN, E; KING.D. Comércio Eletrônico – Estratégia e Gestão. Prentice Hall. 2004.</p> <p>TEIXEIRA, Tarcísio. Comércio eletrônico: conforme o Marco Civil da Internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil/ Tarcísio Teixeira. –São Paulo: Saraiva, 2015.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	
EMENTA			
<p>Organização das Empresas, processo administrativo, Fluxo de caixa, Fatura, Nota Fiscal, Recibos, Cheques, controle de materiais, planejamento de estoques, organização de escritório, documentos de comunicação formal, rotinas secretarias, agenda, Follow-up, triagem e distribuição de documentos, arquivamento, protocolo, relatórios, administração do tempo, equipamentos de trabalho em escritório, <i>check-list</i>, Atendimento ao cliente, qualidade na prestação de serviços, princípios e valores da ação profissional, Marketing pessoal.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Preparar o discente para desenvolver as rotinas administrativas de escritório, de modo que o mesmo aprenda os processos de trabalho secretariais dentro das organizações.</p>			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
<p>A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados às Práticas Administrativas. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004.</p> <p>CASTTIGLIONI, José Antônio de Mattos. Assistente Administrativo. 6. ed. São Paulo: Érica, 2010.</p> <p>NEVES, Maria da Conceição de Oliveira. Práticas Secretariais - Procedimentos para Desenvolvimento de Atividades. São Paulo: Scortecci, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CAMPOS, Alexandre de; BARSANO, Paulo Roberto. Administração: Guia prático e didático. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>JUNIOR, Iaroslau Sessak. Noções gerais de Administração – para auxiliares de escritório. Easycomp, 2001.</p> <p>SABINO, Rosimeri Ferraz; ROCHA, Fábio Gomes. Secretariado - do escriba ao webwriter. São Paulo: Editora Brasfórt, 2004.</p> <p>SENAC, DN. Práticas administrativas em escritório. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.</p> <p>TEIXEIRA, Zulmea Munhoz da Rocha. Práticas Secretariais. João Pessoa: Érica, 1995.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TER INTEGRALIZADO 2400 HORAS
48	12	20	
EMENTA			
Fundamentos da Administração Estratégica; Processo estratégico: Diagnóstico (análise de ambiente interno e externo) e formulação; Integração Estratégica e Implantação; Entender os conceitos de estratégia e sua inter-relação com o processo de planejamento; Compreender e aprender modos de enfrentar a resistência do processo de mudança; Conhecer ferramentas para formulação e integração do planejamento estratégico; Interpretar e acompanhar os indicadores do planejamento estratégico; Conhecer e verificar os impactos do planejamento como ferramenta para gestão estratégica de uma organização.			
OBJETIVO GERAL			
Promover ao discente uma concepção ampla dos processos organizacionais para a formação da estratégia e, ainda, fornecer ferramentas indispensáveis (<i>balanced score card</i> , Matriz Swot, Matriz BCG, entre outras) para a formulação e planejamento da estratégia empresarial.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados à Administração Estratégica. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações da intenção aos resultados. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.			
COSTA, Eliezer Arantes da. Gestão estratégica: da empresa que temos para empresa que queremos. São Paulo: Saraiva, 2007.			
MINTZBERG, Henry. Anslstrand, Bruce e Lampel, Joseph. Safari de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ANSOFF, H. Igor, McDONNEL, Edward J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1992.			
CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			
COSTA, Eliezer A. Da. Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
DRUCKER, Peter F. Administração em tempos turbulentos. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.			
KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced score card. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		GISELE MELO UCHÔA	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	20	

EMENTA

Associativismo e formas históricas de cooperação; O cooperativismo rochdaleano; Globalização e evolução do pensamento cooperativo; Tendências do cooperativismo contemporâneo; Teoria econômica da cooperação; Antecedentes e evolução do cooperativismo brasileiro; Especificidades regionais do movimento cooperativo; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro; As cooperativas existentes no Brasil; Cooperativismo autogestionário e solidário; Diferenças entre microempresa, associação, cooperativa, fundação e sindicato; Etapas para fundação de cooperativas.

OBJETIVO GERAL

Dominar os fundamentos teóricos dos processos associativos e da cooperação.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão será trabalhada nesta unidade curricular de maneira que envolva discentes, servidores e comunidade externa. Os discentes, orientados pelos docentes, realizarão um projeto abordando as temáticas estudadas na disciplina, com possibilidades de conexões interdisciplinares, despertando interesse na resolução de problemas da sociedade, relacionados ao Associativismo e Cooperativismo. As necessidades da comunidade envolvida, o contexto e as possibilidades de recursos existentes serão observados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOHN, M.G.M. Educação não -formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Cooperativismo. 2. ed. Brasília: OCB, 1998.

VASCONCELLOS, M.A.S.; GARCIA, M.E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 2004-2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FROELICH, J. M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí, 2006.

GAIGER, L. I. (Org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito. São Paulo, Ed. Petrópolis. 2008.

SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito -Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Editora Rígel, 2002.

SESCOOP. Conjuntura e perspectivas do cooperativismo de crédito: coletânea de artigos. Brasília: SES COOP, 2008.

ANEXO 8: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO OITAVO PERÍODO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO 8º	DISCIPLINA ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
16	4	-	
EMENTA			
Apresentação do trabalho de conclusão de curso.			
OBJETIVO GERAL			
Ao final da disciplina o discente deverá ser capaz de executar e finalizar um projeto de pesquisa que resultará no trabalho final de conclusão de curso, sob orientação de um docente responsável cumprindo todas as etapas de um trabalho científico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. Atlas, 2011.			
MANUAL TCC IFAM / Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; [organizado por] Karina Batista de Sales ... [et al.]. Manaus: IFAM, 2018. 89 p.: il. Disponível em: < http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/biblioteca/noticias-1/manual-do-trabalho-de-conclusao-de-curso-do-ifam > Acesso em 28 nov 2020.			
SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso (TCC): guia de Elaboração passo a passo. 1ª ed; Cengog Learning, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de projetos de pesquisa científica. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2007.			
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007.			
PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3ª ed. São Paulo: Respel, 2005.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.			

ANEXO 9: DISCIPLINAS OPTATIVAS

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 			
EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		ALEX PEREIRA DO CARMO	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA CONSULTORIA E PERÍCIA OPERACIONAL		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Conhece conceitos básicos em Auditoria Operacional; processos de auditoria operacional; planejamento; avaliação dos controles internos; avaliação dos riscos; relatórios e estudos de caso de auditoria operacional; execução de auditoria em contratos; execução de auditoria de convênios; execução de auditoria em gestão de pessoal; execução de auditoria em processos de pagamentos; execução de auditoria em receitas próprias; execução de auditoria em patrimônio; execução de auditoria em outras despesas; prestação de contas de exercício.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Conhecer, aplicar e avaliar processos de auditoria operacional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. Controle Interno nas Empresas. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>_____. Curso básico de auditoria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>DOANIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>GIL, Antônio de Loureiro. Auditoria Operacional e de Gestão: qualidade da auditoria. São Paulo: Atlas, 1998.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. Auditoria. Tradução: José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Luiz Martins de. Curso básico de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>PEREZ JÚNIOR, José Hernandes. Auditoria das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>TREVISAN AUDITORES E CONSULTORES. Auditoria: suas áreas de atuação. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>VÁSQUEZ, Jaime A. Hernandez. Auditoria integral: um verdadeiro arquétipo de controle empresarial. Boletim do IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. São Paulo, n. 252, mai/99.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA GESTÃO HOTELEIRA E TURÍSTICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Introdução ao estudo para planejamento e desenvolvimento de empreendimentos hoteleiros; Estudo Mercadológico. Descrição da estrutura dos Hotéis; Posicionamento de mercado; Análise da oferta e demanda hoteleira. Análise de oportunidades para desenvolvimento de novos empreendimentos hoteleiros. Tipologia arquitetônica; Inter-relações espaciais das áreas físicas do empreendimento; Dimensionamento dos espaços e dos setores dos meios de hospedagem; Reestruturação e adequação dos espaços físicos existentes.</p>			
OBJETIVO GERAL			
Apresentar conceitos de planejamento e desenvolvimento de empreendimentos hoteleiros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. Caxias do Sul: Educ, 2003.</p> <p>DUARTE, Vladoir. Administração dos Sistemas Hoteleiros. SENAC: São Paulo, 1997.</p> <p>MARQUES. J. Albano. Manual de hotelaria. Ed. Thex, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ASCANIO, Alfredo. Turismo e planejamento hoteleiro. Papirus, 2003.</p> <p>BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 7ª. ed. Editora SENAC, 2002.</p> <p>BARROWS, Clayton. W. POWERS, Tom. Administração no setor de hospitalidade. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Editora Aleph, 2004.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão de hotelaria e turismo. Pearson Prentice Hall, 2005.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		THAYNA ALINE LOPES DA SILVA	
PERÍODO O CONFORME EDITAL	DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Representações Históricas, cultura, identidade e comunidade surda. Políticas Públicas e Linguísticas na educação de Surdos. LIBRAS: aspectos gramaticais. Práticas de compreensão e produção de diálogos em LIBRAS.

OBJETIVO GERAL

Conhecer acerca do processo de promoção da acessibilidade para inclusão e desenvolvimento cognitivo e social das pessoas com deficiência auditiva e surdez.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. Edusp, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira. Artmed, 2004.

FELIPE, Tanya A. LIBRAS em Contexto. LIBRAS em Contexto. Brasília: Libregraf, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira de. Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

BRASIL. Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais. MEC/SEESP, 2000.

DORZIAT, Ana. O Outro da Educação: Pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Vozes, 2008.

FELIPE, T. A. Introdução à Gramática de LIBRAS. Rio de Janeiro: 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Artmed, 1997.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		PEDRO ISSA FIGUEIREDO	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA GESTÃO HOSPITALAR		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

O Gestor Hospitalar atua na administração de hospitais, consultórios, clínicas e outras instituições de saúde. É de sua responsabilidade desde a definição das especialidades que uma clínica deverá atender até o planejamento da manutenção preventiva dos equipamentos médicos, controle de estoques e até mesmo a destinação dos resíduos hospitalares.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver, aperfeiçoar e adequar os conhecimentos e potenciais gerenciais dos participantes para os princípios, metodologias e sistemas organizacionais, no sentido de: Atender às exigências de produtividade e competitividade nos ambientes institucionais de saúde; Familiarizar os participantes com as abordagens mais atualizadas para a gestão de organizações com atuação no setor de saúde; Apresentar estudos de casos, simulações e dinâmicas de grupo, no sentido de promover a troca contínua de experiências entre profissionais e organizações de renome e os participantes do curso; Avaliar os principais instrumentos de controles gerenciais com base nas estratégias organizacionais; Conhecer formas de planejamento e execução de pesquisa e de avaliação nos serviços de auditoria em ambientes de mudança; Analisar cenários e conhecer os elementos integrantes de um Plano de Marketing em Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL. Secretaria de Assistência à Saúde. Manual Brasileiro de acreditação hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- LISBOA. T.C; Organização estrutural e funcional do hospital. Curitiba. Intersaberes, 2016.
- LONDOÑO, M.; MORERA, G.; LAVERDE, P. Administração hospitalar. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010.
- BOEGER, M. A. Gestão em Hotelaria Hospitalar – Editora Atlas, 2003.
- MACHLINE, C. et al. O hospital e a visão administrativa contemporânea. São Paulo: Pioneira, 1983.
- MARTINEZ, S. A administração de serviços e o cliente nas organizações de saúde e hospitalar. O Mundo da Saúde, Washington, ano 26, n. 2, p. 216-224, abr-jun. 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de apuração de custos hospitalares. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SÉRGIO DE OLIVEIRA SANTOS	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA PRÁTICAS DE LIDERANÇA E NEGOCIAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Trabalho em equipe. Necessidades individuais e coletivas. Liderança, motivação, visão de futuro, clima organizacional, autonomia, responsabilidade e confiança entre membros de uma equipe. Negociação e Administração de Conflitos. O grupo e sua integração.

OBJETIVO GERAL

Compreender a importância do trabalho em equipe. Conhecer as principais estratégias de negociação e resolução de conflitos. Aprender sobre os diversos tipos de conflitos e formas de negociação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHRISTOPHER, Elizabeth M. Técnicas de negociação. 7ª ed. São Paulo: Clio, 2003.

MARTINELLI, Dante P. Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINELLI, Dante Pinheiro. Negociação empresarial enfoque sistêmico e visão estratégica. 1ª ed. São Paulo: SARAIVA, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, Jamil. Líder com mente de mestre. Jamil Albuquerque, Júlio Roberto de Oliveira. Ribeirão Preto, SP. Editora Napoleon Hill, 2010.

ALYRIO, Rovigati Danilo; ANDRADE, Rui O. B. de; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Princípios de Negociação: ferramentas e gestão. 2ª ed. São Paulo: ATLAS, 2007.

FREITAS, A. Traços Brasileiros para uma Análise Organizacional. In.: MOTTA, F.C.P. CALDAS, M. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira.; São Paulo: Atlas, 1997.

GUIMARÃES Gilberto. Liderança Positiva para atingir resultados excepcionais. São Paulo. Évora, 2012.

LEMPEREUR, Alain P.; COLSON, Aurelien; DUZERT, Yann. Método de Negociação. 1ª ed. São Paulo: ATLAS, 2009.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		MARCOS BERNARDO DE LIMA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA GESTÃO DA INOVAÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Estudo dos conceitos de inovação, seus reflexos estratégicos em relação ao desempenho das firmas e suas aplicações no mundo corporativo. Discussão de modelos de gestão para desenvolvimento da capacidade inovadora no ambiente empresarial.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Familiarizar os discentes com o conceito de inovação e o seu papel nas organizações.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BESANT, J.; TIDD J. Inovação em Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman 2009.</p> <p>BATISTA, E. O. Sistemas de Informação: O Uso Consciente da Tecnologia para o Gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>BAUER, R. Gestão da Mudança, Caos e Complexidade nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2009. (Livro Eletrônico).</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>MATOS, A. C. M. Sistemas de Informação. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade Social e Empresarial e Empresa Sustentável. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>TURBAN, Efrain; VOLONINO, Linda. Tecnologia da Informação para Gestão: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional 8 ed. Dados eletrônicos, Porto Alegre: Bookman, 2013.</p> <p>CHRISTENSEN, M. C. O Dilema da Inovação. São Paulo: M. Books, 2012.</p> <p>PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. Competindo pelo Futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		ALEX PEREIRA DO CARMO	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA PRODUÇÃO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
Caracterização do problema de planejamento e controle da produção (PCP). Cálculo de Necessidades (MRP). Mapeamento do fluxo de valor. Sistema Kaban. Takt time. Fluxo Contínuo.			
OBJETIVO GERAL			
Apresentar conceitos de planejamento, programação e controle da produção. Abordar pontos da teoria das restrições e compará-los com o sistema de produção enxuta e o sistema de produção empurrada.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CORREA, H.L. CORREA, C.A. Administração da Produção e Operações. 2 ed. Atlas, São Paulo, 2006.			
CORRÊA, H.L., GIANESI, I.G.N., CAON, M. Planejamento, Programação e Controle da Produção, ed. Atlas, São Paulo, 2009.			
DAVIS, M. Fundamentos da Administração da Produção. São Paulo: Bookman, 2000.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FERNANDES, F.C.F., GODINHO FILHO, M., Planejamento e Controle da Produção, ed. Atlas, São Paulo, 2012.			
MARTINS, P.G. LAUGENI, F.P. Administração da Produção. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.			
RITZMAN, Larry P.; KRAJEWSKI, Lee. J. Administração da produção e operações. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2004.			
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.			
TUBINO, D.F. Manual de Planejamento e Controle da Produção. São Paulo: Atlas.2000.			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		LILIANE DE OLIVEIRA SOUZA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Perspectiva histórica e o cenário atual do terceiro setor. Características e desafios das organizações não governamentais. Planejamento e elaboração de projetos. Gestão de Comunicação e Marketing-Terceiro Setor. Captação de Recursos para Gestão do Terceiro Setor. Noções de Direito do Terceiro Setor. Gestão de Recursos Humanos e Gestão de projetos.</p>			
OBJETIVO GERAL			
Formar os discentes para atuarem tanto como gestores ou empreendedores em organizações da sociedade civil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>DRUCKER, Peter. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.</p> <p>OLIVEIRA, de Aristeu e ROMÃO Valdo. Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. São Paulo: Atlas, 2014</p> <p>PEREIRA, Milton. Gestão para Organizações Não Governamentais. 1ª Ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013. Disponível em: http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Livro%20Gest%C3%A3o%20Para%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20N%C3%A3o%20Governamentais%20-%202013.pdf</p> <p>TAKESHY, Tachizawa. Organizações não governamentais e terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2019.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In DAGNINO, E. (org) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>DRUCKER, Peter. Organizações não governamentais e Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>FRANÇA FILHO, G.C. Terceiro Setor, Economia Solidária e Economia Popular. Traçando Fronteiras Conceituais. Bahia Análise & Dados. V.12, n. 1, 2002, p.9-19.</p> <p>HUDSON, Mike. Administrando Organizações do Terceiro Setor. Tradução: James F. Sunderland Cook; revisão técnica: Luiz Carlos Merege. São Paulo: Makron Books, 1999.</p> <p>MULLER, L.H.A. et al. O Terceiro Setor como mercado profissional. Civitas 9 (2) maio-ago. 2009. p. 281-306.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		JEAN FELIPE SILVA DE ABREU	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Introdução ao Agronegócio: Conceitos, Fundamentos e Definições. Histórico do Agronegócio Brasileiro. Gestão Fundiária, Ambiental e Econômica no Agronegócio. Estudo das Cadeias Produtivas: Animal e Vegetal. Gestão dos Resíduos, Recursos Hídricos e Energia. Evolução da Gestão e Inovação Tecnológica no Agronegócio. Mecanização Agrícola e Agricultura de Precisão. Visão Sistêmica do Agronegócio. Logística Aplicada ao Agronegócio. Movimentação e Armazenagem. Comercialização de Produtos Agrícolas. Empreendedorismo no Agronegócio. Crédito Rural e Fomento. Projeto Técnico-Econômico. Arranjos Produtivos Locais. Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável. Agronegócio e Desenvolvimento Econômico. Mercado Mundial: Oportunidades, Desafios e Regulação. Estudo de Caso.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Formar profissionais capacitados em executar e promover soluções para o desenvolvimento sustentável das atividades no agronegócio, de forma a obter uma visão sistêmica das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, propondo soluções inovadoras e tecnológicas, capazes de atuar de maneira interdisciplinar em Instituições Públicas ou Privadas, visando promover o desenvolvimento regional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócio. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MENDES, J. T. G. Agronegócio: uma abordagem econômica. Prentice-Hall: São Paulo, 2009.</p> <p>CALLADO, A. A. C. Agronegócio. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BRUM, A. L.; MULLER, P. K. Aspectos do Agronegócio no Brasil. 1. Ed. Editora: UNIJUI, 2009;</p> <p>BERNARDO, L. A. Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas. 2. Ed. Editora: Atlas, 2012.</p> <p>GOMES, C. F. S.; GOMES, L. F. A. M. Tomada de Decisão Gerencial: Enfoque Multicritério. 4. Ed. Editora: Atlas, 2012.</p> <p>ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. Agronegócio: Gestão e Inovação. Editora: Saraiva, 2006.</p> <p>ADISSI, P. J.; PINHEIRO, F. A.; CARDOSO, R. S. Gestão Ambiental das Unidades Produtivas. Editora: Elsevier, 2012.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		ROBSON FREITAS DA SILVA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA E INDÍGENA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

A formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. Representações sobre a população negra e indígena na sociedade brasileira, nos diferentes contextos históricos; As diversidades culturais e sincronismos delineados através nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. Afirmação da identidade étnico-racial e a luta por políticas de ações afirmativas.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre as diversidades na formação cultural da sociedade brasileira bem como reconhecer às singularidades dos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas ampliando o universo de compreensão sobre as relações etnicorraciais no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

HILL, Lawrence. O Livro dos Negros. São Paulo, SP: Primavera Editorial, 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BELLUCCI, Beluce. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM/Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

HEYWOOD, Linda M.(org.) Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		MARCOS CIONE FERNANDES DA SILVA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA DESENVOLVIMENTO RURAL		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>O conceito de desenvolvimento e sua evolução histórica, a relação entre concepção sobre desenvolvimento rural e pensamentos econômicos e sociais vigentes. O debate teórico sobre a agricultura familiar. A produção social brasileira no último quarto de século. A sociologia da Agricultura e outros marcos teóricos. Agricultura familiar no Brasil: interpretações recentes. Diferenças entre desenvolvimento rural, agrário e agrícola. Agricultura e sustentabilidade. Agricultura familiar no Brasil. Modernização e políticas agrárias. Globalização e gestão dos agronegócios. O novo rural brasileiro. Consumo e meio Ambiente. Projetos de educação ambiental. Biosfera: conceito, história e organização em ecossistemas. Questão Ambiental: Dívida ecológica, dívida social, dívida econômica. Participação e organização familiar e comunitária. A justiça social. A humanização do trabalho. Os ecossistemas locais. A recuperação, preservação e manejo dos ecossistemas. Legislação Ambiental. Ser Humano e Meio Ambiente. Políticas de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Proporcionar elementos teóricos para o entendimento da dinâmica do desenvolvimento rural, de modo a compreender as mudanças ocorridas no espaço rural e suas implicações sobre a sustentabilidade.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BURGER, Ary. Agricultura brasileira e reforma agrária: uma visão macroeconômica. Guaíba: Agropecuária, 1999.</p> <p>SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, 2ª Edição, Editora UFRGS, 2009.</p> <p>TEDESCO, J. C. Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar. Passo Fundo: UPF, 2006, 206p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios. Repensando o desenvolvimento rural in O Futuro das Regiões Rurais pp. 83-100 – Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2003.</p> <p>CAZELLA A.A. (ed.), BONNAL P. (ed.), MALUF R.S. (ed.). Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil, 2009. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 301 p.</p> <p>FAVARETO, Arilson; MIRANDA, Carlos. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).</p> <p>HASBAERT, R. (2007). HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p> <p>VEIGA, J. E. “A face territorial do desenvolvimento”. Interações, v. 3, n.5, Campo Grande, MS, p. 5- 19, 2002.</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		MARCOS CIONE FERNANDES DA SILVA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Introdução à Comercialização de Produtos Agrícolas; Mercados e preços agrícolas; Organização e Desenvolvimento de Mercados; Custos de Comercialização; Análise e Acompanhamento de Mercados Físicos; Distribuição de Alimentos; Básico de Mercado Futuro; Básico de Mercado de opções; Análise Fundamentalista e Grafista; Estratégias Operacionais com Mercados Futuros e de Opções; Planejamento da Comercialização; Introdução ao Comércio Exterior.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao discentes o conhecimento de aspectos teóricos do processo de comercialização, de estratégias comerciais e de instrumentos de mercado existentes e potenciais, visando fornecer o embasamento necessário para sua atuação nesse segmento da cadeia dos produtos agropecuários. Serão discutidos os mecanismos de gerenciamento de risco de preço e o funcionamento do mercado físico de alguns desses produtos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARQUES, P.V. & AGUIAR, D. R. D. Comercialização de Produtos Agrícolas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, 295p.

BARROS, G. S. de C. Economia da Comercialização Agrícola. Piracicaba, FEALQ, 1987, 306p.

MARQUES, P.V. & MELLO, P.C. Mercados futuros de commodities agropecuárias: exemplos e aplicações aos mercados brasileiros. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros (Bm&F), 1999, 208p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, L.R.A.; BARROS, G. S.A. C.; BACCHI, M.R.P. Produção e exportação de algodão: efeitos de choques de oferta e de demanda. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, p. 383-408, 2008. (5)

BACHA, C.J.C; SILVA, G.S. Instrumentos Privados do Agronegócio. Agroanalysis, Rio de Janeiro, n. 9/10, v. 25, 2005.

BARROS, G. S.A. C.; BACCHI, M. R. P.; BURNQUIST, H. L. Estimação de Equações de Oferta de Exportação de Produtos Agropecuários para o Brasil (1992/2000). Texto para Discussão. IPEA, Brasília, n. 865, p. 1-51, 2002.

BARROS, G. S.A. C.; SILVA, S.F. A balança comercial do agronegócio brasileiro de 1989 a 2005. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 46, n. 4, p. 905-935, 2008.

FRAGA, G. J.; SILVA NETO, W. A. Eficiência no mercado futuro de commodity: evidências empíricas. Revista Econômica do Nordeste, v. 42, p. 125-137, 2011.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; RODRIGUES, R.I. Financiamento da Agricultura: experiências e propostas. Brasília: IPEA, 67 p. (Projeto BRA 97/013), 2000.

HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. 432 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		EZEQUIEL DE SOUZA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Introdução à Ciência Política. Teoria política. Ideologias políticas. O Conceito de Estado. Finalidades e elementos do Estado. Soberania estatal. As funções do Estado. As formas de Estado e o exercício do poder político. Princípios do Estado democrático. Instituições políticas, partidos e sistemas partidários. O Estado constitucional. Forças políticas: grupos de pressão, movimentos políticos e opinião pública. O poder político. A ação política.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Apresentar uma visão geral da Ciência Política como campo de conhecimento, proporcionando um primeiro contato com alguns dos conceitos centrais do arcabouço teórico e empírico da Ciência Política, assim como dos instrumentos básicos para a reflexão política autônoma.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BATISTA, Cristiane; MUÑOZ, Enara. Teoria e prática da política. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2017.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus/Elsevier, 2000.</p> <p>MARTINS, José de Souza Martins. A política do Brasil: lumpen e místico. São Paulo, SP: Contexto, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo. Malheiros, 2011.</p> <p>FERES, J.; POGREBINSCHI, T. Teoria política contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>QUINTANA, Fernando. Ética e Política: da Antiguidade Clássica à Contemporaneidade. São Paulo: Editora Atlas, 2014.</p> <p>WEFFORT, F. (Org.). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 1991(vol.1).</p>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR**



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA GESTÃO DE SERVIÇOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Pressupostos da administração de serviços; as pessoas e os serviços; conceito e a natureza dos serviços; tipologia de serviços; tendências de mercado e a importância do setor de serviços; administração do serviço; terceirização, quarteirização e gestão do nível de serviços; gestão da cadeia de suprimentos e serviços; processos de serviços; clientes e relacionamentos; o cliente como consumidor e como participante do processo de prestação do serviço; a tecnologia para tornar a prestação do serviço mais eficaz e eficiente; a importância da imagem; estratégias de crescimento: reprodução das operações, diversificação, expansão, internacionalização, franquias; fluxos, gargalos, layouts, filas e equilíbrio; planejamento e controle da operação de serviços; gestão da oferta e da demanda; marketing de serviços; qualidade na prestação de serviços; formação de preço do serviço.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o discente de administração para a gestão de empresas voltadas para o setor de serviços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2000.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de operações de serviço. São Paulo: Atlas, 2002.

LOVELOCK, C. H.; WRIGHT, L. Serviços: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, H. L.; CAON, M. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2002.

GRONROOS, C. Marketing, gerenciamento e serviços. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GIANESI, I. G. N.; CORREA, H. L. Administração estratégica de serviços. São Paulo: Atlas, 1996.

LEAO, Nildo Silva. Custos e orçamentos na prestação de serviços. São Paulo: Nobel, 2004.

SCHEMENNER, Roger. Administração de operações em serviços. São Paulo: Futura, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		SIDNEY CAVALCANTE COSTA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	

EMENTA

Valorização da atividade laboral na sociedade; a importância da satisfação no trabalho; motivação e disfunções da atividade laboral; conceitos básicos sobre Saúde e Segurança no Trabalho; legislação e certificação em SST; normas técnicas de segurança e higiene no trabalho; serviços de saúde ocupacional, higiene do trabalho, proteção individual e coletiva, identificação e tratamento dos riscos ambientais, Ergonomia e treinamentos. Estudo do ambiente de trabalho e aplicações específicas. Prevenção de combate a incêndios. Primeiros Socorros.

OBJETIVO GERAL

Apresentar ao discente os principais conceitos envolvidos na gestão e promoção da segurança e saúde do trabalhador, bem como capacitá-lo para intervir de forma a garantir a proteção dos trabalhadores e das instalações em todas as instâncias durante o desenvolvimento de suas atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYRES, D.O.; CORRÊA, J.A.P. Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais. São Paulo: Atlas, 2001.

FILHO, Barbosa, Antônio Nunes. Segurança do trabalho e gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (Orgs.). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PACHECO JÚNIOR, Waldemar. Gestão da segurança e higiene do trabalho: contexto estratégico, análise ambiental e controle e avaliação das estratégias. São Paulo: Atlas, 2000.

MÁSCULO, Francisco Soares; VIDAL, Mario Cesar (Org). Ergonomia: trabalho adequado e eficiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SALIBA, Tuffi Messias. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2002.

SOUNIS, Emílio. Manual de Higiene e Medicina do Trabalho. Editora CONE - SP Lei 6514/1977. Segurança e Medicina do Trabalho. 45ª edição. Editora ATLAS.

ZÓCCHIO, Álvaro. Prática de Prevenção de Acidentes - ABC de Segurança do Trabalho. São Paulo: Editora ATLAS.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR



EMENTÁRIO			
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO		MARCOS BERNARDO DE LIMA	
PERÍODO CONFORME EDITAL	DISCIPLINA EXPRESSÃO GRÁFICA E TRIDIMENSIONAL EM PROJETOS		CÓDIGO
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	NÃO HÁ
48	12	-	
EMENTA			
<p>Criatividade; Importância da criatividade e inovação para as organizações; Pensamento Criativo; Técnicas para estimular a criatividade; Ideia e Inovação; Exemplos de Desenhos Não-Projetivos utilizados em projetos: Gráficos, diagramas, organogramas e fluxogramas; esboços; perspectivas e ilustrações; Introdução ao Desenho Técnico; Desenho Artístico e Desenho Técnico; Desenhos Projetivos; Exemplos de projetos de diferentes áreas; Expressão tridimensional de projetos; Métodos construtivos e materiais utilizados na construção de maquete, modelo e protótipo. Práticas de expressão gráfica e tridimensional para projetos de diferentes áreas.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Contextualizar a importância da criatividade e inovação dentro das organizações apresentando práticas com as principais formas de expressão gráfica e tridimensional utilizadas no desenvolvimento e apresentação de projetos de diferentes áreas do conhecimento.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ACADEMIA PEARSON. Criatividade e Inovação. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>BAXTER, Mike. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. 2. Ed - São Paulo: Edgard Blucher, 1998.</p> <p>BROWN, Tim. Design Thinking: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Editora Alta Book, 2017.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FARIA, Maria.; MARTINEZ, Albertina; VARGAS, Eduardo. Criatividade e Inovação nas Organizações: Desafios para a Competitividade. São Paulo: Editora Atlas, 2013. ISBN 852247883X.</p> <p>LEAKE, James M.; BORGERSON, Jacob L. Manual de desenho técnico para engenharia: desenho, modelagem e visualização. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 288 p. ISBN 978-85-216-1737-2.</p> <p>RIBEIRO, A. Clélio; PERES, Mauro; IZIDORO, Nacir. Desenho técnico e AutoCAD. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. ISBN 978-85-8143-084-3.</p> <p>SCHNEIDER, Wilhelm. Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos do desenho técnico industrial. São Paulo: Hemus, 2008. 330 p. ISBN 9788528905861.</p> <p>SILVA, Arlindo; [ET AL.]. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 475 p. ISBN 978-85-216-1522-4.</p>			

ANEXOS: ATAS TÉCNICAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIORES NO IFAM/CCO

	 <p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS CAMPUS COARI DIREÇÃO GERAL DIREÇÃO DE ENSINO</p> 	
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33	<p>ATA TÉCNICA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS/ IFAM – Campus Coari. No dia primeiro do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às 14h, no auditório do IFAM CCO, situado no Km 02, da Estrada Coari - Itapéua, bairro Itamaraty-Coari-AM, foi realizada a Audiência pública visando a escolha de novos cursos Técnicos e novas propostas de Curso Superior, convocada através de aviso, na página eletrônica do Campus e através de convites formais às entidades e instituições públicas e privadas representativas da sociedade civil, Organizações Não Governamentais-ONG's e Igrejas. Sendo que ficou disponível para assinatura uma lista de presença a todos que compareceram à audiência. Às 14h e 20 minutos a Cerimônia deu início aos atos protocolares, onde o Coordenador de Eventos o Prof. Esp. José Renan Belém, citou a representatividade da sociedade civil organizada, que se fizeram presentes até o final da audiência. Em seguida foi composta a mesa das autoridades: Direção Geral do IFAM CCO, prof. Me. Fabio Teixeira de Lima, Direção de Ensino: Prof. Esp. Moisés Hassan Sobrinho, Representante da Câmara de Vereadores: Prof. Clodair de Melo Nunes, Gerente do SEBRAE: Profª. Ana Clícia Xavier. Para esta Audiência, foi formada uma Comissão (Portaria 243-GDG), com vinte membros. O Diretor Geral fez a abertura da Audiência pública, o Diretor de Ensino: Ressaltou a necessidade da participação da Sociedade Civil para que se efetive uma Gestão Democrática e a responsabilidade social de todos com os novos Cursos que deverão ser ofertados. A gerente do SEBRAE explicou sobre a relevância da audiência pública, para inserir nossos educandos no mercado de trabalho e da importância do IFAM Campus Coari. O representante da Câmara dos Vereadores falou sobre a relevância do poder legislativo em participar da audiência e da educação. Falou também do poder de decisão da sociedade em escolher os novos cursos. Logo após, foram apresentados quatro eixos mais significativos pré-selecionados pela comissão: 1-Gestão e Negócios (Prof. Esp. Sidney Cavalcante), 2-Informação e Comunicação (Prof. Me. Eliana Magalhães), 3-Recursos Naturais e Produção Alimentícia (Prof. Me. Pedro Issa). O Prof. Dr. Ezequiel de Souza comentou como seria a dinâmica da Audiência, em que os grupos se reuniram de acordo com sua área de interesse nas salas de aula. O eixo Informação e</p>	
	<p style="text-align: right;"><i>Fabio Teixeira Lima</i> 1</p>	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DIREÇÃO GERAL
DIREÇÃO DE ENSINO



34 Comunicação, iniciou suas atividades na sala dois com membros da sociedade civil
35 e discentes do próprio instituto. Foi apresentado informações sobre o eixo,
36 atribuições e áreas gerais de atuação, organização curricular, baseando-se no
37 Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016). Dessa forma, ele passou a falar
38 sobre cada Curso do Eixo especificamente, totalizando dez cursos. Para cada
39 curso foram apresentadas informações sobre o perfil profissional, campo de
40 atuação, possibilidade de formação continuada em cursos de especialização
41 técnica, verticalização para cursos de graduação, infraestrutura mínima requerida.
42 Em seguida, houve o debate sobre quais os cursos poderiam ser sugeridos para
43 serem ofertados pelo Campus Coari no quinquênio 2017-2022, sendo que os
44 cursos aprovados pelos membros do eixo Informação e Comunicação foram:
45 Técnico em Computação Gráfica, Técnico em Informática para Internet, Técnico
46 em Análise e desenvolvimento de Sistemas. O eixo Gestão e Negócios, ficou na
47 sala sete, onde o prof. Esp. Sidney Cavalcante apresentou os Cursos técnicos da
48 área. Os cursos aprovados em votação foram: Técnico em Contabilidade, Técnico
49 em Logística; Técnico em Marketing. Os eixos de Recursos Naturais e Produção
50 alimentícia aprovaram os respectivos cursos: Técnico em Agricultura, Técnico em
51 Aquicultura, Técnico em Recursos Pesqueiros, Técnico em Agro-indústria, Técnico
52 em Alimentos, Técnico em processamento de pescado. Vale ressaltar que esses
53 dois eixos ficaram em uma única sala e que teve em torno de quarenta
54 participantes nesta sala, tendo uma demanda maior. Os demais eixos do Catálogo
55 Nacional de Cursos Técnicos ficaram sob a responsabilidade do prof. Me. Daniel
56 Rodrigues e prof. Dr. Marcelino, compareceu na sala para debate dos cursos
57 apenas cinco participantes que ficaram na sala de vídeo-conferência. Os Cursos
58 aprovados pelos membros foram: Técnico em Instrumentos Musicais e Técnico em
59 Desenho da Construção Civil. Foi alegado que o Curso de Desenho da Construção
60 Civil já tem a estrutura necessária para que o Curso possa ser oferecido (maioria
61 dos laboratórios e professores), falou também que o mercado local tem condições
62 de absorver os futuros técnicos formados na área, devido a carência de mão de
63 obra. Também foi Explanado sobre a necessidade de diversificação de cursos,
64 alegando que o município tem dado mais ênfase a área da saúde, e quem faz a
65 escolha por construção civil, precisa ir embora do município, se quiser se qualificar
66 no ramo. Também foi defendido a permanência no curso de edificações paralelo ao

Fabio Teixeira Lima

2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DIREÇÃO GERAL
DIREÇÃO DE ENSINO



67 de desenho como forma de capacitação contínua na área. O segundo momento da
68 audiência pública se deu no auditório, onde foi escolhido um relator de cada eixo,
69 para explicar sobre os cursos, que foram mais votados. Vale ressaltar, que foram
70 indicados Cursos de Nível Superior como: Bacharelado em Administração,
71 Licenciatura em Informática, Bacharelado em Contabilidade, Tecnólogo em
72 Recursos Humanos. Segundo o Diretor Geral, os cursos serão demandados pela
73 Sociedade e serão elaborados posteriormente planos de Curso Técnico nas Áreas
74 demandadas. Vale lembrar que, cada eixo teve um secretário que redigiu as
75 decisões tomadas. No final da audiência, foi lido, os Cursos aprovados em
76 Assembleia, pelo Técnico em Assuntos Educacionais, prof. Me Genival Nunes de
77 Souza e procedeu-se a assinatura da Ata pelos participantes. Em seguida, alguns
78 componentes da Sociedade Civil elogiaram a iniciativa do Campus, em realizar a
79 audiência. O Diretor Geral Me Prof. Fábio Lima deu por encerrada a Audiência as
80 18h do mesmo dia. Nada mais havendo a tratar, nós servidores Genival Nunes de
81 Souza, Thiago Silva de Souza, Gleison Medins de Menezes, Dheime Cavalcante
82 Avelar e Humberto Mendonça Pereira, lavramos a presente ata técnica, contendo
83 os resultados resumidos dos debates, a qual será subscrita pelo Diretor Geral do
84 IFAM Campus Coari.

Fábio Teixeira Lima
FÁBIO TEIXEIRA LIMA

Diretor Geral Pro Tempore do IFAM Campus Coari
Port. nº 1.730-GR/IFAM, de 09.09.2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 CAMPUS COARI
 DIREÇÃO GERAL
 DIREÇÃO DE ENSINO



ASSINATURA EM ATA DOS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO IFAM/CCO NO DIA 01/09/2016 DAS 14h às 18h, COM O OBJETIVO DE ESCOLHER OS NOVOS CURSOS TÉCNICOS E CURSO SUPERIOR.

NOME	RG ou CPF	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
Alexiane Silva de Souza	050.543.662-00	IFAM Aluno
Thianny Kemilly de Souza Nunes	049.469.532-30	IFAM Aluno
Vanessa Junqueira O. dos Santos	041.163.162-45	IFAM (Aluno)
Arivaldo Barbosa de Souza	086.425.242-14	IFAM Aluno
Ellen Mayara Taramita Santos	034.642.712-69	IFAM (Aluna)
Kemilly D. Alves Viana	903.441.272-74	IFAM (Aluna)
Thamires Furtado de Souza	3113618-4	IFAM (Aluna)
De Jays Santana Mendes	928.601.242-22	Colégio das Irmãs
Ernesto Alves de Azevedo	022.026.752-99	II
Kelly da Costa Sousa		Col. Pesca 256
Rebotiana R. de A. Silva	186.88323291	
William dos Santos Gomes	00787830307	
Cláudia Maria	1137762-3	Campana
Marcelo de F. F. Souza	384153392-68	Colégio 2-56
Paulo Sérgio de S. dos Santos	Del. 3742	Colégio F. S. Cardoso
Renata Maria de Souza		Colégio Pescador
João C. de A. Silva Neto	679.427.62-00	Campana
Janaira Souza de Oliveira	085.681.762-84	IFAM (ALUNA)
Ana Cláudia Xavier Adriano	469.260.672-49	SEBRAE
Naemilly Alencar Coelho	315.126.582-80	IFAM (ALUNA)
Amélie S. de Souza	315.126.582-80	APRILIAO
Salvador Gomes		UNICEF
Damião Lima Barbosa	193.24332215	APRODUÇÃO
João Batista Mendes	934.366.372-20	APRODUÇÃO
Maria da Conceição	322966977-87	Aluna IFAM
Mayara Mendes de Mates	394540687-53	COMUNIDADE APPDC
Conilda de Castro Toledo Toledo	335449922-15	Associação de Mulheres e Profissionais
Reginete dos Santos	808.109.962-91	Sebrae
Emerson da Silva Alencar	1370558-0	IFAM
Elizandra da Silva Costa	183843-7	UICAM
FRANCISCA HELENA DE MOURA	199995047462126	Oran - Coari
André Luiz Alves de Souza	650.607.532-41	IFAM - COARI
Vanessa Costa Araújo de Oliveira	00360130201	Comunidade
Maria Antonieta de A. Lima	994.145.392-91	Comunidade
João Carlos Sousa Teixeira	746.540.122-49	Comunidade
André Luiz Alves de Souza	665.414.812-2	AHU C
João Cabral de A. Silva		IFAM - ALUNO
Raquel Brito de Aguiar	009.399.722-08	IFAM - Aluna
André Luiz Alves de Souza	025.293.462-83	Comunidade
Georgina de Souza	824.590.880-00	Docente IFAM/CCO
DANIEL DE SA ROCHA	855.420.223-72	Docente IFAM/CCO
ANTONIO ROBERTO DE DEUS GONCALVES	1053000-2	IFAM/CCO
José Renato de Souza Belém	009873932-86	IFAM
MARCIO QUACA DE CARVALHO SANTOS	904.250.652-00	IFAM/CCO
RAFAEL MOURA COELHO	558783892-87	IFAM/CCO
Renato Batista Ramos	775.720.982-87	IFAM/CCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DIREÇÃO GERAL
DIREÇÃO DE ENSINO



ASSINATURA EM ATA DOS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO IFAM CCO NO DIA 01/09/2016 DAS 14h às 18h, COM O OBJETIVO DE ESCOLHER OS NOVOS CURSOS TÉCNICOS E CURSO SUPERIOR.

NOME	RG ou CPF	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
<i>[Signature]</i>	1641103-0	IFAM
<i>[Signature]</i>	448.406.622-15	IFAM
<i>[Signature]</i>	889.316.762-04	IFAM
<i>[Signature]</i>	415.066.572-89	IFAM
<i>[Signature]</i>	643.692.962-82	IFAM
<i>[Signature]</i>	445.724.762-68	IFAM
PEDRO ISSA FIQUEIREDI	563.857.815-34	IFAM
Marco Antônio da Silva	30.955.552-5	IFAM
Carvalho Afonso Alves	441.876.811-83	IFAM
Marcelino Cordass Neto	416.042.982-68	IFAM COARI
Jackson Alvaro Sousa	190.2632-3	IFAM COARI
João Manoel de Moraes	773.399.732-68	IFAM - COARI
Walter Nicolas de Brito Bacellar	510.324.159-53	IFAM CAMPUS COARI
Renato Grammatina Venâncio	003.583.162-60	IFAM Campus Coari
Paulo Carlos de Souza	466.196.592-77	IFAM - CCO
Ricardo Ricardo S. Campos	867.247.242-00	IFAM CCO TENDENCIA
Carolina Rodei de Souza	02.243.229-5	IFAM - CCO
Marcelo S. de M. Leite	036.499.727-9	IFAM - CCO
Francineide de Souza Santos	010.635.482-50	IFAM - CCO
Wagner Cavalcanti Avelar	739.396.992-91	IFAM - CCO
Luciene Salomão de Oliveira	000.229.732-90	IFAM - CCO
Maria da Paz Sobrinho de Souza	572.516.578-72	IFAM - CCO
Cláudia de Souza Castro	835.779.632-04	IFAM - CCO
Leiziane N. de Souza	464.191.602-00	IFAM - CCO
André Luiz H. Rodri	947.810.252-00	IFAM - CCO
Francineide Kabanjara Santos	933.054.382-53	IFAM - CCO
Adriano Lourenço de Araújo	003.831.852-70	IFAM - CCO

EDUCAÇÃO SUPERIOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DIREÇÃO GERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COORDENAÇÃO GERAL ACADÊMICA

1 **ATA TÉCNICA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA OFERTA DE CURSOS**
2 **SUPERIORES DO IFAM CAMPUS COARI**

3 Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dez minutos,
4 no auditório do Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas -
5 IFAM Campus Coari, foi realizada a audiência pública visando à oferta de cursos
6 superiores a serem implantados no referido campus. A audiência contou com a presença
7 de várias autoridades, representando várias instituições do município de Coari, tais
8 como: UFAM, UEA, CETAM, IDAM, ADAF, SEDUC, SEFAZ, SENAC, ACATHAP,
9 ESPAÇO AJURI, COLPESCA – Z-58 e AMAZON SEADS, além de servidores, alunos,
10 egressos, pais de discentes, entre outros. Foi dado início com a apresentação de um
11 vídeo institucional, logo após o pedagogo Maurício Roberto da Silva anunciou a
12 composição da mesa das autoridades, que contou com presença dos senhores Jaime
13 Cavalcante Alves, Reitor do IFAM, Adanilton Rabelo de Andrade - Pro-Reitor de
14 Administração e Planejamento, Elcivan dos Santos Silva - DG, José Renan de Souza
15 Belém – DEPE, Elder Mortz Corrêa – DAP e Marco Bernardo de Lima – Presidente da
16 Comissão de Audiência Pública. Durante as falas, o Reitor citou a relevância da
17 instituição para o desenvolvimento Regional, para o qual o IFAM tem se mostrado uma
18 instituição que colabora com esse desenvolvimento, sendo relevante a oferta de cursos
19 superiores no Campus. O professor Elcivan e o professor Renan Belém endossaram a
20 relevância desses cursos e a satisfação em receber a sociedade coariense para discutir
21 essa possibilidade. Em seguida, abriu a palavra ao público, a professora Vera Lúcia,
22 Diretora UFAM-Coari, ressaltou a relevância desse momento para a comunidade
23 coariense. Em seguida, o pedagogo Maurício, convidou o docente Pedro Issa Figueiredo
24 para falar sobre a audiência pública realizada no ano de 2016, na qual foram aprovados
25 os cursos de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Informática. Dando
26 seqüência, o Professor Sérgio de Oliveira Santos apresentou o Curso de Bacharelado
27 em Administração e relatou sua participação como presidente da comissão da Proposta
28 Pedagógica Curricular desse curso; o professor Hedvan Fernandes Pinto apresentou o
29 curso de Licenciatura Plena em Informática, explicando sobre o contexto das
30 tecnologias da informação e comunicação, que faz parte da realidade de todos e que
31 está relacionada com as questões sociais. Esses cursos foram apresentados com a
32 intenção de serem referendados pelos presentes, uma vez que já foram aprovados em
33 audiência anterior. Na seqüência, foram apresentados os novos cursos propostos. O
34 professor Jean Felipe Silva de Abreu falou sobre os cursos superiores de Agroindústria e
35 Gestão do Agronegócio e da necessidade de cursos do eixo de recursos naturais para o
36 desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. O professor Marlon Breno Santos da
37 Graça apresentou o curso superior em Agroecologia, informando que ele visa
38 desenvolver metodologias para mitigar impactos ambientais. O professor Jackson Miloso
39 Alho apresentou o curso de bacharelado em Economia, explicando sobre sua demanda,
40 informando que o curso é muito relevante para alavancar a economia local. A professora
41 Liliane da Oliveira Souza apresentou a proposta do curso superior em Ciências
42 Contábeis, falando da área de atuação e o perfil do curso. O professor Carlos Henrique
43 Ferreira Neto explicou sobre o curso superior em Tecnologias em Rede de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 CAMPUS COARI
 DIREÇÃO GERAL
 DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
 COORDENAÇÃO GERAL ACADÊMICA

44 Computadores, explicando sobre o perfil do curso e área de atuação. O Professor
 45 Hedvan Fernandes Pinto apresentou o curso superior de Tecnologias e Sistemas para a
 46 Internet, informando de sua relevância para a vida nos dias atuais. O professor Willison
 47 Eduardo Oliveira Campos apresentou o curso de Licenciatura em Ciências Naturais,
 48 trazendo o perfil e áreas de atuação, comentando que o profissional egresso desse
 49 curso pode atuar no ensino fundamental e médio, como também na pesquisa e na
 50 extensão. Ao final das apresentações dos cursos, o pedagogo Maurício abriu para a
 51 participação da plenária. A Gerente da UEA - Gleide Medine de Menezes informou sobre
 52 os cursos existentes na Instituição e que existe a perspectiva da UEA-Coari se
 53 transformar em Centro Universitário, ampliando a oferta de cursos. O professor Sérgio
 54 da Oliveira Santos esclareceu que os Cursos de Licenciatura em Informática e
 55 bacharelado em Administração foram aprovados na audiência pública de 2016, que já
 56 estão com projetos pedagógicos finalizados e que devem iniciar em breve. O servidor
 57 Ronelsson Batista Ramos citou a relevância dos cursos apresentados e que campus tem
 58 formado egressos que estão atuando nas várias áreas do mercado de trabalho. O
 59 professor Jaime Cavalcante (Reitor) falou das dificuldades da logística amazônica,
 60 explicou a viabilidade da oferta de todos os cursos apresentados, com professores
 61 deslocados de outros campi, refletindo acerca da relevância da inovação tecnológica
 62 que deve ser contemplada na proposta pedagógica dos cursos. A professora Vera Lúcia
 63 I. Bentes, Diretora do ISB/UFAM - Coari ressaltou que os cursos a serem escolhidos
 64 devem contemplar discentes com possibilidades de estudar à noite, destacando a
 65 importância da implementação de cursos nas áreas da engenharia agrícola. A
 66 Coordenadora da UNIP, professora Sellonete Guimarães da Costa refletiu sobre a
 67 necessidade de cursos na área das Engenharias. O representante da SEDUC-Coari,
 68 professor Joaci Souza de Castro, citou sobre a relevância da Área Agrícola e da
 69 demanda de oferta de cursos nesta área. Lamentou a ausência de representantes da
 70 Prefeitura e da Câmara Municipal neste momento, que ele considerou histórico para o
 71 município. O representante do Espaço Ajuri, Francisco José Lima da Silva, fez um
 72 contexto histórico da Educação no município, da implantação das Instituições de Ensino
 73 Superior e do IFAM. Propôs uma reflexão sobre a formação dos discentes para o
 74 trabalho e para a vida, refletindo também sobre os cursos da área de Agropecuária. O
 75 discente egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros Donilson Freitas Guarnão
 76 falou sobre a relevância de se investir no setor primário e sua valorização. O Sr. Amílson
 77 Damasceno (Reitoria) comentou sobre a produção rural de Coari, defendeu o Curso de
 78 Agroindústria e Gestão de Negócios. O servidor Francisco Jânio Cortezão Barros
 79 comentou sobre a relevância da produção rural coariense e da importância dos cursos
 80 desta área. Após as contribuições dos participantes da audiência, em votação aberta,
 81 referendada pela maioria presente a oferta dos cursos superiores de Bacharelado em
 82 Administração e Licenciatura em Informática, em segunda Audiência pública. Em
 83 seguida, abriu-se a votação para os novos cursos sugeridos pelo campus, com os
 84 seguintes resultados: Curso Superior em Agroindústria (56 votos), Curso Superior de
 85 Tecnologia em Agroecologia (39 votos), Curso de Licenciatura em Ciências Naturais (38
 86 votos), Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio (35 votos), Curso Superior de
 87 Sistemas de Internet (25 votos), Curso Superior em Tecnologias em Rede de
 88 Computadores (22 votos), Curso Superior em Ciências Contábeis (15 votos), Curso de

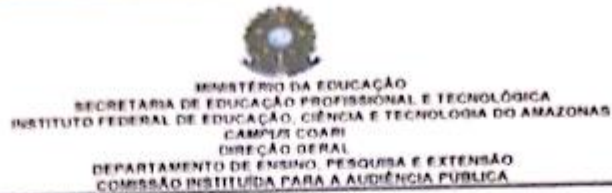


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 CAMPUS COARI
 DIREÇÃO GERAL
 DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
 COMISSÃO INSTITUÍDA PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ASSINATURA EM ATA DOS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
 REALIZADA SOBRE OFERTA DE SUPERIORES NO IFAM CCO, dia 01/07/2022 das
 9h às 12h.**

NOME	RG/CPF	INST. REPRESENT.
Neila Albuquerque da Cruz	1262201-8	Mãe de Aluno - IFAM
Elizianias da Silva Costa	1855845-7	IFAM
Walter de Souza Santos	802.733-052-49	GEEI/SEMED
Gláucio Medeiros de Menezes	682.379.872-68	UEA/INESCO
Maide Campos de Souza	053.503.209-1	IFAM-ALUNA
Thaís Fátima Costa da Encarnação	061.251.192-38	IFAM - Aluna
Delicente Guimarães da Costa	1038329-9	UNIFP
Raissa Brito de Souza	1828437-0	IFAM
Wesley de M. de Souza	2250215-5	IFAM
Denilson N. de Jesus	55766-20	IFAM
Márcia Araújo da Cruz	3212203-9	ALUNA IFAM
Kauly Vasconcelos de Oliveira	048983832-46	ALUNA IFAM
Martina Marilene Moura	062.850.372-40	ALUNO IFAM
Maria Socorro C. da Silva	703-361.042-0	COLEGECA 2 - SE DE
LEONARDO CORREA DA SILVA	021953.872-14	COLEGECA 2-56
RENES EFICÁCIO GIRÃO	007.229.922-62	IFAM - COLEGECA-56
David Porpunga Moraes	946.176.512-68	COLEGECA/IFAM
Henrique de Souza Mendes	1319177-2	IFAM
Marcos Gonçalves de O. Pinto	065.164.782-00	Aluno IFAM
Wanderlândia N. de Oliveira	637.125712-99	Mãe de Aluno
Aluísio Costa Parente	049.275.822-58	Bolsista - IFAM
Wenderson Freitas Guimarães Junior	049.488.862-35	IFAM
Wenderson da Costa Azeite		IFAM
DANIEL FERNANDES DA COSTA	0949428-6	IFAM
Carlos da Silva	931.262.042-87	DIRETOR IFAM
José Roberto de S. P.	059.873.932-86	DIRETOR DE ENSINO
Maíra Camargo Azeite	832-550	REITOR - IFAM
REGINA ISSA FIGUEIREDO	563.857.815-01	IFAM
Thaís Leina S. Bastos	495.985.382-40	IFAM
ADONISOLY KELYDA DE LIMA YAMAGUCHI	667.052.462-34	IFAM
Douglas Frutuoso Gomes	618578072-00	IFAM
Thally Kerolen Reis Ramos	040.521.632-73	Thally Reis

Digitizado com CamScanner



ASSINATURA EM ATA DOS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
 REALIZADA SOBRE OFERTA DE SUPERIORES NO IFAM CCO, dia 01/07/2022 das
 9h às 12h.

NOME	RG/CPF	INST. REPRESENT.
Janiele de Souza Castro	1081802-9	IFAM
Paulo Américo de Castro	1184960-6	IFAM
Thamara Teixeira Montenegro	2004499-6	IFAM
CLAUDIA REGINA PERES	4008183-8	IFAM
CRISTINA DE VILH	1629517-0	IFAM
Christiane Magalhães de Sá	0268992077-32	IFAM
Emerson da Silva Jafaró	1570158-0	IFAM
Carlos Brito	0808.017-2	IFAM
Francine Karayana Dutra	2201732-0	IFAM
Thalita Maly Costa	1203601-2	IFAM
Seu Nivaldo	1961887-0	IFAM
Juliane de Oliveira Souza	0087380841	IFAM
Robson de Oliveira Souza	6844626644	IFAM
Carolina de Souza Santos	1381177-7	IFAM
Francielle de Souza Castro	2512998-8	IFAM
Maqueline Natália de Oliveira	229256213	IFAM
Valério da Silva Reis	22990756352	IFAM
Carla de Souza Campos	588 172 39200	IFAM
Fernando José Luiz de Souza	07741854-0	SEFAZ RJ
Felipe de Souza	16911335-3	ACCENTIAAP
Engenheiro Rodolfo da Silva	15041823-3	ACCENTIAAP/AGUIA
Valdir de Souza	473.322.2053	AMAZON SEEDS
ALBERTO DE MOURA COSTA	548.514-2	SEFAM SEFAZ
Leonardo dos Santos Albuquerque		SEFAM
Simone da Silva de Araújo	385207013	IFAM
Daniel do Silva Vieira		IFAM
Saion Gabriel Lima da Costa	36687766	IFAM
Edson Rômulo Reis de Moura	04802562-75	IFAM
Marcelo Bernardo de Menezes	05492640275	IFAM
Edson Pereira Parente	726.24999216	
SUÉLISSON FERREIRA DE LIMA	828.466.671-27	
Thelton Fernando Barros Reis	23341085-1	Senac
Franilson Pereira da Silva	1058002-6	IFAM

Digitizado com CamScanner

